

**COMUNICAÇÃO
SOCIAL**

M 2000

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E BIBLIOTECONOMIA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROJETO EXPERIMENTAL**

O AI-5 NO JORNAL DO BRASIL

LIZALDO ANDRADE MAIA

FORTALEZA – CEARÁ

JUNHO/2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E BIBLIOTECONOMIA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROJETO EXPERIMENTAL

O AI-5 NO JORNAL DO BRASIL

LIZALDO ANDRADE MAIA

Monografia apresentada ao
Departamento de Comunicação Social
e Biblioteconomia como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em
Comunicação Social

Orientador: Prof. Luís-Sérgio Santos

FORTALEZA – CEARÁ

JUNHO/2000

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luís-Sérgio Santos

Prof. Francisco Gilmar de Carvalho

Profª. Maria de Fátima Bandeira de Paula

“Em quarenta anos de jornalismo
nunca vi liberdade de imprensa.
Ela só é possível para os donos de
jornal”.

Cláudio Abramo.

“O jornal brasileiro sempre viveu à
sombra do poder”

Alberto Dines

Agradecimentos

Ao Prof. Luis-Sérgio, pela orientação.

Ao Prof. e amigo Gilmar de Carvalho, pela ajuda na escolha do tema e pelo incentivo durante todo o curso.

Ao Prof. Tarcísio Santiago e sua esposa, D. Iracira, pela acolhida hospitaleira durante a consulta que fiz às suas coleções de jornais da grande imprensa.

A Fátima e Zélia, funcionárias do arquivo do professor Santiago, que me ajudaram a localizar as edições.

A Cleonice Moreira, Lana Bleicher e Luciola Maia, pela leitura e sugestões.

A Yolanda Gondinho, pelos fac-símiles do Jornal do Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I- CENSURA E AUTORITARISMO.....	5
CAPÍTULO II- LIBERDADE DE IMPRENSA, CONTROLE IDEOLÓGICO E INDÚTRIA CULTURAL.....	23
CAPÍTULO III- O JORNAL DO BRASIL.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
BIBLIOGRAFIA.....	65
ANEXOS	
ANEXO I- ICONOGRAFIA	
ANEXO II-DATAS IMPORTANTES DA CENSURA	
ANEXO III-REGRAS GERAIS DA CENSURA	
ANEXO IV-ATO INSTITUCIONAL Nº. 5	

INTRODUÇÃO

O jornalismo brasileiro nasceu exilado. Foi quando Hipólito da Costa fundou o primeiro jornal, o *Correio Brasiliense*, que era editado em Londres, longe da incômoda e ditatorial presença da coroa Portuguesa. O jornal nasceu sob censura devido às críticas que fazia aos políticos, sendo apreendido várias vezes.

Esse jornal, como os que viriam surgir durante a República, como *A Noite* e *Diário Carioca*, priorizavam a opinião. Nessa época os jornais nasciam para defender uma causa política e não para publicar notícias. Assim, a Independência, a Abolição da Escravatura e a República, e outros fatos históricos deram origem a vários jornais, como os diários hoje em circulação, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* que tiveram origem na causa ou na defesa de interesses partidários.

A partir de meados dos anos 50 que ocorreram as primeiras transformações no jornalismo brasileiro, com a implantação das reformas baseadas no jornalismo norte-americano, onde o espaço dedicado à notícia, à informação era muito maior.

Foi nessa época que os jornais incorporaram o lide e o conceito de objetividade. Clóvis Rossi conceituou jornalismo como o esforço para conquistar *mentes e corações* dos indivíduos, destacando que ele se nutria no mito da objetividade, padrão que os jornais brasileiros adquiriram dos americanos.

Ele entende que os repórteres deveriam colocar-se numa posição neutra ao apresentar o fato, deixando para o leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões. No entanto, isso é um mito, pois cada repórter tem formação cultural e opiniões diferentes. Cada jornalista pode observar o fato de maneira diversa e apreendê-lo de modo distinto.

Carlos Eduardo Lins da Silva adverte que, quando se está falando em objetividade, está-se tratando também de ideologia, pois as duas são interrelacionadas, e apresenta uma pesquisa do jornal *Folha de São Paulo*, em que a maioria dos entrevistados defende que as reportagens devem se ater mais ao fato e com menos interpretações.

Ao contrário, Cláudio Abramo defende um papel mais atuante do jornalismo, dizendo que é possível fazer um grande jornal apenas relatando fatos, mas acredita que um jornal sem opinião não é capaz de cumprir o seu papel, deixando com o leitor a incumbência de julgar por si só. *Porque a diferença entre o que é objetivo e o que não é objetivo, de acordo com a linha do jornal, se reflete em várias coisas. Mesmo entre os jornalistas, o que é objetivo para um pode não ser para outro, dependendo da análise que cada um faz da sociedade em que se vive.* (ABRAMO, 1988, p. 117)

Estabelecendo uma fronteira entre jornalismo opinativo e informativo, José Marques de Melo recusa a idéia de objetividade como acepção de neutralidade, imparcialidade, pois a essência do jornalismo informativo é o relato dos fatos, sua apreciação, seu julgamento racional.

Segundo Melo, a atividade jornalística, eminentemente política, não exclui a reprodução verdadeira dos acontecimentos, seja qual for a orientação ideológica da instituição e que, além da objetividade, *o espaço da autonomia jornalística é o da liberdade, concebida como possibilidade de convivência e de confronto permanente entre diferentes modos de apreender e relatar o real* (MELO, 1985, p.60).

Então, a objetividade só pode ser exercida de modo quando houver garantia de pluralidade de canais de expressão jornalística, permitindo que diferentes fontes de informação possam veicular as respectivas versões sobre os acontecimentos. E não se pode pensar objetividade sem atrelar a este conceito o de liberdade de imprensa.

Pelo menos teoricamente, o jornal deveria restringir sua opinião à página reservada aos editoriais. Na prática, o processo ocorre diferente.

A seleção da informação a ser divulgada é o principal instrumento para expressar a opinião do jornal. Através dessa seleção, da linha editorial, o veículo decide dar destaque a certos assuntos, enfocando determinados personagens e omitindo outros. Além desse, o processo de produção da informação passa por vários filtros - como a escolha das fontes que vai ouvir -, o que Alberto Dines considera uma forma de censura muito sutil, na maioria das vezes imperceptível ao leitor comum.

O sistema de produção dos grandes jornais privilegia demasiadamente ouvir as autoridades do Governo, as chamadas fontes oficiais, e geralmente estruturam uma cobertura no sentido de legitimar os núcleos de poder, como a Presidência da República, os ministérios e o Congresso Nacional, entre outros.

Tanto Dines como Abramo entendem que esta super-valorização das fontes oficiais não deixa de ser uma forma de censura. (...) *Na verdade elas são uma fonte como outra qualquer. Mas fonte oficial ganhou nos últimos anos uma consistência e um peso desproporcional à sua validade* (ABRAMO, 1988, p. 119).

Muitos autores concordam que nunca houve liberdade de imprensa no Brasil. E sim liberdade de empresa, como relata Abramo, advogando que essa liberdade só é possível para o dono do jornal. O jornalista Hélio Fernandes, proprietário da resistente *Tribuna da Imprensa*, em depoimento a Paolo Marconi diz que quando Gutemberg inventou a máquina de imprimir, acabou a liberdade de imprensa. *O jornal livre é aquele que a gente vê nos filmes faroeste, onde tem um velhinho compondo na caixa o jornal tablóide com quatro páginas, ele mesmo escrevendo o editorial e o filho distribuindo pessoalmente o jornalzinho pela cidade* (FERNANDES apud Marconi, 1980, p. 167).

O fato é que na medida em que as empresas jornalísticas se transformaram em complexos industriais com interesses econômicos elevados, alargaram o nível de comprometimento, facilitando a interferência política não só do Estado, mas também de anunciantes, passando a ser, então, heterogêneos os métodos governamentais para censurar a imprensa e interceptar o processo de comunicação.

A forma mais explícita de censura é a política - implantada oficialmente no Brasil a partir de 13 de dezembro de 1968 com a edição do Ato Institucional nº 5 -, praticada pelo Estado como instrumento de controle ideológico, que proibia a difusão de muitas informações, porque seu conhecimento seria inconveniente para determinados setores da sociedade. O que essa censura fez, na realidade, foi escolher entre uma infinidade de notícias e informações, aquelas que deviam ser bloqueadas e as que podiam ser liberadas, criando assim uma imagem unidimensional da realidade.

No capítulo I deste trabalho abordaremos estas questões fazendo um histórico da censura, sua extensão, como se organizava como máquina burocrática do Estado e a relação delicada entre censores e jornalistas censurados.

No capítulo II vamos discorrer sobre mecanismos de controle ideológico do estado autoritário através de seus aparelhos. O papel da Escola Superior de Guerra na consolidação do regime militar e como agia a doutrina da segurança nacional. Além disso, vamos contextualizar o papel da indústria cultural brasileira, especialmente no que diz respeito à imprensa.

Finalmente, no capítulo III, vamos estudar o caso do *Jornal do Brasil* durante o período de 14 de dezembro de 1968 a 2 de janeiro de 1969, quando o jornal esteve submetido a censura prévia. E como o jornal reagiu ao pactuar com a autocensura no período de janeiro de 1969 até 26 de outubro, data em que foi indicado o general Médici para ser o novo presidente da República.

CAPÍTULO I- CENSURA E AUTORITARISMO

CONTEXTO HISTÓRICO

O ano de 1968 começou com Costa e Silva ampliando os poderes do Conselho de Segurança Nacional, que passou a decidir sobre política econômica, educação, política interna e externa, ideologia, sindicalismo, imprensa, religião etc.

Cresciam o ressentimento popular e a oposição ao regime militar. Carlos Lacerda, um dos principais líderes da “ Frente Ampla”, bloco de oposição ao governo, radicalizava os discursos insultuosos contra o Presidente Costa e Silva e seus ministros, especialmente os militares, dizendo que o presidente comandava uma ditadura corrupta. Em abril a Frente Ampla foi extinta pelo governo.

Por sua vez, os estudantes, que já vinham se manifestando contra a ditadura e em prol das reformas na Universidade, intensificavam críticas e o enfrentamento ao regime, através de passeatas e outras manifestações lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade estudantil que a essa altura agia na clandestinidade. A repressão policial contra os movimentos estudantis, que se agudizou em 1968, contrastava com afirmação feita pelo presidente da República na sua posse: *O entendimento perfeito entre o governo e as classes trabalhadoras e estudantis existirá em meu governo por obrigação e não por força* (JORNAL DO BRASIL, 16/03/1967, p. 3)

A contradição entre o discurso liberal democrático dos detentores do poder e a prática militar repressora era latente. O fechamento político estava em andamento e tudo indicava que os movimentos estudantis e operário forneciam à linha dura o pretexto para o endurecimento pleno.

Em março de 68, uma tropa de choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro matou o estudante secundaristas Edson Luís, quando reprimira a tiros um protesto estudantil em frente a um restaurante universitário. A morte do estudante passou a simbolizar a desproporcional violência da ação repressiva militar contra os estudantes e mostrar que a ditadura estava disposta a tudo para calar as oposições ao sistema.

Em junho, os confrontos de rua no Rio de Janeiro entre militares e estudantes se acentuaram, morrendo 28 pessoas. Em protesto, estudantes, intelectuais, artistas, trabalhadores, etc. realizaram a Passeata dos Cem Mil, que, para surpresa geral não foi reprimida, pois o governo ordenou a retirada das tropas das ruas. Aos tumultos das

marchas estudantis somavam-se algumas greves operárias em São Paulo e Minas Gerais, reprimidas com rigor pelo governo.

Neste contexto de violência entre governo e oposição, o deputado Márcio Moreira Alves(MDB-RJ) provocou os “duros” com um discurso estimulando os pais e estudantes a protestarem contra o regime militar não participando das festividades do dia 7 de setembro. As declarações do deputado opositor foram consideradas uma ofensa aos militares.

Radicalizando mais ainda, Márcio Moreira Alves propôs às mulheres brasileiras que não tivessem relações sexuais com seus maridos até que o governo extinguisse a repressão.

O que parecia uma piada, explodiu como uma bomba nos quartéis. Os três ministros militares exigiram que o Congresso Nacional suspendesse a imunidade parlamentar de Márcio Moreira Alves para que ele pudesse ser julgado e processado pelos insultos às Forças Armadas.

Embora a maioria dos parlamentares fosse do partido do governo, a Arena, a Câmara negou-se a suspender a imunidade do deputado, em votação ocorrida no dia 12 de dezembro.

Para combater, de acordo com o governo, atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, e tendo como mero pretexto a negação da Câmara, na noite do dia seguinte, 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva, consultando o Conselho de Segurança Nacional (só o vice-presidente Pedro Aleixo votou contra e os outros 21 ministros a favor), baixou o Ato Institucional n.º 5 (AI-5). Era o golpe dentro do golpe. O Ato dava plenos poderes ao executivo para: por em recesso o Congresso Nacional, cassar mandatos eleitorais, suspender direitos políticos por dez anos, decretar estado de sítio, suspender garantia de “habeas-corpus”, dentre outras.

O Brasil iria conhecer o período mais triste e estarrecedor de sua história: o país era colocado nas mãos das forças mais retrógradas e reacionárias de sua sociedade.

O AI-5, que não fixava prazo para sua vigência, reiterava alguns artigos de atos anteriores e ampliava desmesuradamente o autoritarismo do Presidente e de seus assessores. O Serviço Nacional de Informações e o Conselho de Segurança Nacional ganhavam um novo dimensionamento, aumentando seu poder.

O ato foi acompanhado de novos expurgos: cassação de 88 parlamentares, aposentadoria forçada de ministros do Supremo Tribunal Federal e de vários professores universitários como Florestan Fernandes, Octávio Inani, Fernando Henrique Cardoso e dezenas de outros. Estendeu-se a censura à imprensa, proibindo a publicação de qualquer notícia sobre movimentos operários e estudantis, bem como a divulgação de qualquer crítica ao regime. A mídia era colocada sob o controle do governo militar.

O HISTÓRICO DA CENSURA

A liberdade de imprensa foi assegurada aos brasileiros em 28 de agosto de 1821, assinada por D. Pedro I. Cento e cinquenta e um anos depois, precisamente no dia 6 de setembro de 1972, o decreto de D. Pedro foi censurado pelo Departamento da Polícia Federal, com a seguinte ordem a todos os jornais do País: “Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a Censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito”. A proibição de se referir, nos meios de comunicação de massa, ao ato de D. Pedro I revela a orientação da censura. Protegida pela própria censura, ela não hesitava em fazer proibições ridículas, segura de que elas não chegariam ao conhecimento público. Houve muitos outros episódios que seriam cômicos, se não fossem humilhantes para o País. Como a proibição de publicação do discurso de Filinto Müller, Líder da Arena, partido do Governo, na Câmara negando a existência de censura no Brasil. A censura, parte do Estado autoritário, o protegia e, protegendo-o, protegia a si.

A despeito do segredo que sempre cercou as atividades da censura, é possível, com base em pedaços esparsos de informação, reconstruir sua história, com os seus diversos períodos. Ela seguiu um caminho semelhante ao de muitas outras instituições autoritárias: as suas sementes foram lançadas pelo primeiro ditador brasileiro, Getúlio Vargas, estando presentes no Código Penal de 1940, por obra do jurista Francisco Campos; durante o período democrático, o Brasil não reviu a legislação corporativista: ao contrário, manteve boa parte daquele entulho legal, ainda que o usado comparativamente pouco. Assim, já havia, como em outras áreas de possível ação governamental, uma legislação repressiva e centralizadora, que a ditadura militar utilizou.

A censura não atuou de maneira uniforme durante os 21 anos de ditadura. Houve períodos de maior e de menor intensidade. Ela seguiu o mesmo padrão de outros indicadores do grau de autoritarismo das diversas administrações: foi atuante no período imediatamente seguinte ao golpe de 1964 ; posteriormente, houve flutuações, observando-se ondas que, possivelmente, indicam períodos de maior influência no governo militar, de grupos e pessoas com vocação autoritária. A expansão mais acelerada da ação da censura teve lugar durante o período mais negro pelo qual o país passou: desde o AI-5 em dezembro de 1968, no governo Costa e Silva até o fim do governo Garrastazu Médici. Do início da distensão, durante o governo Geisel, até 1976, somente foram controlados alguns aspectos mais gritantes da censura; a partir de 1976 o governo Geisel controlou a linha dura, houve uma clara diminuição de suas atividades sem que, não obstante, os seus instrumentos fossem eliminados: o ditador não abriu mão deste instrumento ditatorial. Foi somente no final do governo Geisel e início do governo Figueiredo que a liberdade de imprensa foi restaurada no Brasil.

A crer nas palavras de Castelo Branco e Costa e Silva, assim como no testemunho de muitos auxiliares diretos, os dois ditadores supostamente teriam um compromisso com a democracia, em geral, e com a liberdade de imprensa em particular. Para os defensores, este compromisso teve o efeito de evitar que “as coisas fossem ainda piores”. Com isso se pretende isentar, no julgamento da História, estes militares pelos atos insofismavelmente ditatoriais que cometeram, acenando com o que teriam impedido que acontecesse. Há argumentos defendendo que Costa e Silva, na reunião do Conselho de Segurança Nacional, quando da decretação do AI-5, teria voltado a fita que documentava a reunião para que os demais membros do Conselho ouvissem outra vez o discurso do vice-presidente Pedro Aleixo, o único presente a votar contra a decretação do que ele chamou de “violência à Nação”. Segundo depoimento do porta-voz a Zuenir Ventura o presidente teria tentado sensibilizar seus auxiliares a votar contra o ato. Em favor deles, pode e deve ser argumentado que não houve censura direta e oficial até 1968; porém, outros, com maior justiça, argumentam que quem edita o AI-1, o AI-5, quem cassa mandato de deputados eleitos pelo povo brasileiro e decreta o recesso do Congresso institui, com facilidade, a censura. Os atos institucionais, particularmente o AI-5, foram instrumentos ditatoriais de escala maior do que a censura. Além disto não é verdade que durante o governo dos dois primeiros ditadores a liberdade de imprensa tivesse sido rigorosamente

respeitada. Jornais de esquerda e jornais pró-João Goulart, como *Política*, *Folha da Semana*, *O Semanário* e outros, foram invadidos e suas oficinas destruídas. Jornais respeitáveis, mas favoráveis a Goulart, como a *Última Hora*, uma das principais cadeias jornalísticas do País, foram igualmente invadidos e destroçados. O *Correio da Manhã*, que se opôs radicalmente a Goulart, mas denunciou com veemência os excessos da ditadura foi sistematicamente perseguido: a sua sede foi atacada a bomba, invadida e interdita, uma edição foi sumariamente confiscada e sua proprietária, Niomar Bittencourt, presa por mais de dois meses. Por fim, parcialmente como resultado da perseguição de ditadores que pretenderam ingressar na História como democráticos, o *Correio da Manhã* fechou as portas. Assim, definir Castelo Branco e Costa e Silva como fiéis respeitadores da liberdade de imprensa é um desrespeito aos fatos. O máximo que se pode dizer a favor dos dois ditadores é que, em comparação com o que viria depois, que foi muito pior, os seus governos censuraram menos. A História não esquecerá que foi Castelo Branco que impôs os primeiros atos institucionais ao povo brasileiro, nem que foi Costa e Silva quem assinou o AI-5.

O AI-5, assinado em 13 de dezembro de 1968, ampliou mais ainda os poderes da ditadura militar no Brasil, embora a situação anterior estivesse longe de ser democrática. A história da repressão e da liberdade de imprensa no regime militar divide-se claramente em três períodos: antes do AI-5, entre o AI-5 e início do governo Geisel, e de então até a restauração da democracia. Antes do AI-5, a censura estava incluída entre as medidas que poderiam ser adotadas se necessárias para a defesa do regime, assim como em caso de estado de sítio. Posteriormente essas medidas coercitivas foram postas em prática sem que fosse declarado o estado de sítio. Com o AI-5 a situação piorou consideravelmente: no mesmo dia da publicação do Ato, segundo Alberto Dines, o *Jornal do Brasil* foi ocupado por dois oficiais do Exército; no dia seguinte, os jornalistas substituíram o material aprovado, publicando o material proibido; no dia 15, cinco oficiais passaram a censurar o jornal, o que fizeram durante três semanas. O *Correio da Manhã* também foi invadido logo após o AI-5; Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, havia sido preso e confinado à ilha de Fernando de Noronha, fora solto, foi preso outra vez. Em São Paulo, uma edição do *O Estado de São Paulo*, com o memorável editorial "Instituições em Frangalhos", assinado por Júlio de Mesquita, foi confiscada porque protestava contra o AI-5, e em vários pontos do País, abusos semelhantes foram constatados. É claro que o ato deu à

linha dura civil e militar a oportunidade de exercer, na prática, a sua fé fascista e antidemocrática. Em diferentes pontos do país, ações repressivas, inclusive várias contra a imprensa, foram levadas a cabo, sugerindo, por um lado que elas foram parcialmente coordenadas e, por outro, que as forças antidemocráticas estavam à espera do AI-5 para agir contra as pessoas e instituições contrárias à ditadura.

O período entre a edição do AI-5 e a posse de Garrastazu Médici, bem como os anos de seu governo, foram dos mais repressivos da história recente do Brasil, quando boa parte das medidas de exceção foi imposta ao povo brasileiro por um grupo de fardados. A eleição de Geisel teve implicações imediatas para a redução da censura política. Segundo Marconi, o presidente reduziu a censura no dia seguinte à sua posse, mas manteve sob censura permanente *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Pasquim*, *Opinião*, *Veja* e *O São Paulo*, semanário da Arquidiocese Paulista, permitindo, também, a continuação da prática dos telefonemas e dos “bilhetinhos” por escrito proibindo a publicação de determinados assuntos. Foi somente em janeiro, por ocasião do centenário de *O Estado de São Paulo*, que o governo Geisel retirou os censores daquele jornal, assim como os do *Jornal da tarde*, da mesma empresa. Houve, portanto, censores “residentes” naqueles jornais durante quase um ano de governo Geisel. É possível atribuir essa delonga ao fato de que várias dessas publicações eram feitas no Estado de São Paulo, jurisdição militar do II Exército, até então reputado o mais direitista dos quatro exércitos e comandado, na época, pelo general Ednardo D'Ávila Mello, da linha dura militar.

E foi em São Paulo que ocorreu o maior conflito entre os “duros” e os “Geisistas” favoráveis à distensão. Em outubro de 1975 um crime brutal desnudou o que se passava nos porões da ditadura e marcou uma nova fase de luta pela democracia. Investigando a suspeita de reorganização do Partido Comunista agentes do II Exército procuraram o jornalista Vladimir Herzog, chefe do Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo e, como ele não estava, receberam do diretor a promessa de que o jornalista se apresentaria na manhã seguinte. Um dia após a sua prisão, Herzog é encontrado morto em sua cela. Oficialmente, o jornalista teria se enforcado com o cinto do seu macacão, explicação que não se sustentaria a uma perícia, pois na cela não existia um lugar alto onde prender o cinto e, para conseguir matar-se seria necessário que ele ficasse ajoelhado no chão. Todos sabiam o que havia

acontecido. Herzog teria sido assassinado sob torturas. Em Janeiro de 1976, ocorreu nas mesmas circunstâncias o assassinato do metalúrgico Manuel Fiel Filho, torturado e morto quando era submetido a interrogatório. Mais uma vez a versão oficial foi suicídio com uma história que beirava a insanidade: o operário teria se enforcado com uma meia. O general-presidente Ernesto Geisel não tinha escolha e se acobertasse mais esse assassinato seu projeto de abertura política perderia a credibilidade. Respondendo ao desafio da “linha dura”, Geisel foi a São Paulo e demitiu o comandante do II Exército, general D’Ávila Melo, a quem o presidente já havia advertido quando da morte de Herzog, de que não toleraria mais episódio semelhante. Começava então o desmantelamento dos órgãos repressores. O poder dos torturadores eram finalmente golpeado pela demonstração de força de Geisel nos meios militares.

Os defensores do ditador enfatizam que ele encontrou forte oposição militar ao seu projeto de distensão, que incluía o fim da censura, sublinhando que a linha divisória teria sido o afastamento do general D’Ávila Melo. Há algo de verdade no argumento: na imprensa, como em outras áreas, respirou-se melhor após a desmoralização da linha dura. Entretanto seria ingênuo apresentar Geisel como um democrata ou como um defensor da liberdade de imprensa. Segundo Carlos Chagas, *A Tribuna da Imprensa*, *O Estado de São Paulo* e praticamente toda a imprensa alternativa permaneceram sob censura prévia até de julho de 1978; *Movimento*, que surgiu em 1975, durante a administração Geisel, teve 4,5 milhões de palavras censuradas até 1978.

Além disso, houve claras tentativas de forçar os jornais a mudarem o seu conteúdo, como a pressão econômica sobre o *Jornal do Brasil*, em 1978. Para forçar o *Jornal do Brasil* a não publicar crítica a Ditadura, o governo, em poucos dias fez um movimento para algumas empresas retirar a publicidade do jornal, obrigando o diário carioca a publicar algo que não queria e a omitir algo que queria publicar.

Foi somente a partir do início do governo Figueiredo que a liberdade de imprensa cumpriu, no Brasil, com as exigências mínimas de uma democracia; mesmo assim, persistiu a censura sobre os meios eletrônicos de comunicação.

AS FORMAS DE CENSURA POLÍTICA

A censura política foi feita através de diversas formas, e a utilização de uma forma ou de outra tinha conseqüências financeiras e organizacionais, além das obviamente políticas, para o jornal ou revista em questão. A censura prévia implicava

seja na presença de uma equipe de censores na redação, que foi a forma adotada contra vários grandes jornais que se recusaram a submeter à autocensura, seja na obrigação de enviar a Brasília todos os materiais para que fossem examinados, como foi o caso da imprensa alternativa, geralmente de frequência semanal. O envio para Brasília representava um problema de difícil solução: a entrega e o recebimento do material deveria ser feito em Brasília, devendo os editores arcar com o ônus do transporte. Isto acarretou a necessidade de manter uma representação permanente em Brasília; conseqüentemente, as publicações que não puderam financiar esses requisitos simplesmente fecharam.

Além disto, com frequência os materiais só eram devolvidos em cima da hora de publicação, no dia anterior, deixando pouco tempo para organizar a edição. Era somente então que os editores descobriam quais as matérias que haviam sido censuradas, parcial ou totalmente. Claro que isso afetou a qualidade da publicação, não só pela depuração política e ideológica, por um lado, como pela necessidade de inserir textos improvisados, à última hora, por outro.

A EXTENSÃO DA CENSURA

A escassez de informações a respeito da censura deixa no ar uma série de questões. Uma delas refere-se a sua extensão, a quanto era censurado, pois a extensão variou de período para período e de um jornal ou revista para outro.

Um dos mais afetados pela censura foi o semanário *Opinião*, que juntamente com *Movimento*, *Tribuna da Imprensa* e *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo, foram censurados com base no artigo 9 do AI-5. Analisando a atuação da censura na imprensa alternativa, Rivaldo Chinem relata que o semanário *Opinião*, fundado pelo empresário do setor têxtil Fernando Gasparian resistiu a quatro anos e meio de pressões: 221 dos 230 números foram feitos com censura prévia e, das 10.548 páginas escritas pelos seus colaboradores, somente 5.796 chegaram aos leitores. O número 24 foi apreendido mas voltou a circular; os números 26, 195, 205 e o último número, 231, foram efetivamente apreendidos. Além disto, o jornal sofreu um atentado a bomba em 1976.

Vemos que a censura ao *Opinião* foi extremamente dura, e que seria difícil para este semanário resistir incólume à perda de quase metade do seu material escrito. Outros jornais políticos, como *Movimento* e *Tribuna da Imprensa*, também foram

muitos atingidos. Somente em 1976, já no governo Geisel, a censura vetou totalmente nada menos do que 1.170 artigos. Marconi contabiliza que *Movimento*, durante três anos de censura prévia, teve 3.093 artigos vetados, num total de 18.761 laudas, além de 3.162 ilustrações. Ou seja, perto de 20 artigos e cem laudas por número.

A revista *Veja* esteve sob censura prévia durante 119 edições, tendo 10.352 linhas cortadas, 60 matérias totalmente proibidas, assim como 44 fotografias e 20 desenhos e charges. Isto nos dá nada menos de 87 linhas por número, um artigo vetado a cada dois números, uma foto a cada três e um desenho ou charge a cada seis edições. Muito menos, portanto, que a imprensa alternativa como *Opinião* ou *Movimento*. Claro, parte da explicação para a diferença reside no tipo de material que se pretendia publicar, no fato de que *Veja* era uma revista de ampla cobertura e não exclusivamente política.

Finalmente, em alguns casos, a censura foi total, isto é, muitas edições foram simplesmente apreendidas; além disto, revistas e jornais poderiam ser retirados de circulação permanentemente, ainda que o mais comum tenha sido fechar as portas devido às conseqüências financeiras da censura.

AS PRESSÕES ECONÔMICAS

A censura não foi a única forma de repressão aos órgãos de comunicação de massa que se opunham à ditadura. As pressões econômicas foram, igualmente, fundamentais. Niomar Muniz Sodré Bittencourt, proprietária do *Correio da Manhã*, no seu editorial "Retirada", no qual anunciou a sua decisão de abandonar o jornal, mencionou especificamente o boicote dos anúncios do setor público:

O autoritarismo de hoje, porém, não se detiveram nas medidas de força e terror. A eles aliaram as perseguições econômicas. (...) A publicidade do Estado, financiada pelos contribuintes, representado 36% do total do mercado publicitário, foi sonogada maciçamente a uma instituição com quase 70 anos de relevantes serviços prestados à causa da liberdade, do progresso, da cultura e da dignidade humana neste país- doente pela falta de decência- onde a autenticidade e a grandeza tornaram-se luxo, pecado ou crime (CORREIO DA MANHÃ, 08/07/74, p.3).

Na sua indignação, Niomar Sodré limitou-se a mencionar um ponto eticamente fundamental: o Estado é financiado por contribuintes e os usurpadores do Estado brasileiro privatizaram a sua utilização. Premiavam, com o dinheiro do povo, o apoio político à ditadura, e puniam, também com o dinheiro do povo, aquele que se opunham a ela.

Nesse sentido, de acordo com Bernardo Kucinski e Rivaldo Chinem, *Opinião*, graças à linha nacionalista, defendendo, entre outras bandeiras o monopólio estatal do petróleo, beneficiava-se com a publicidade da Petrobrás; entretanto, o acirramento da repressão resultou na suspensão total dos anúncios. Num país em que o Estado desempenha um papel econômico e financeiro fundamental, houve até efeitos secundários, isto é, empresas privadas que, diretamente coagidas ou simplesmente receosas da suspensão de negócios com o Estado, suspenderam a sua própria publicidade. Tal foi o caso da Editora José Olympio, que suspendeu o contrato de publicidade com *Opinião*. *A editora informou que o espaço seria pago, mas o problema era a sua veiculação, pois estavam esperando um empréstimo do BNDE(banco estatal) e as propagandas não eram vistas com bons olhos* (CHINEM, 1995, p. 68). O mesmo aconteceu com a Fundação Getúlio Vargas, que com temor de pressões do governo, suspendeu os anúncios no semanário.

Os jornalistas profissionais tendem a dar mais importância às pressões econômicas do que à censura aberta. Hélio Fernandes defende a tese de que houve uma mudança fundamental na composição da receita dos jornais, que passaram a depender menos das vendas e mais da publicidade. Isto os colocaria em posição débil nas negociações com os anunciantes, particularmente com o Estado.

O jornal-empresa, que tem os mesmos problemas de uma fábrica de sabonetes, de uma siderúrgica, de uma fábrica de cimento, não se pode dar ao luxo de ter a liberdade que vai afetar o desenvolvimento de sua empresa (FERNANDES apud Marconi, 1980, p. 167).

Alberto Dines, enfatiza as pressões feitas por empresas privadas, grandes anunciantes, cujos interesses não poderiam ser contrariados. Hamilton Almeida Filho, coerentemente, considera que o fim da censura formal, durante o governo Geisel, não significou o fim da censura, já que as pressões econômicas produziam o mesmo efeito,

debaixo de uma conveniente fachada democrática. Como Fernandes, ele acha que o crescimento dos jornais e a crescente dependência em relação aos anunciantes dá aos últimos um virtual poder de veto. Parece claro que o próprio êxito comercial de muitos jornais, que passaram de pequenos produtores artesanais a grandes empresas capitalistas, criou limites ao que eles poderiam publicar. A experiências dos países capitalistas ocidentais ensina que há limites à liberdade de imprensa, mesmo em sistemas democráticos, derivados das pressões dos grandes anunciantes para restringir as críticas a indústrias que eles representam.

A censura propriamente dita afetou jornais e revistas, em grandes medidas, através dos prejuízos econômicos, forçando-os a mudar a política, aceitar a censura prévia, ou fechar. Como bem expressou Mino Carta, a decisão de acatar a censura prévia foi, quase sempre, tomada a partir de critérios empresariais.

As ameaças foram usadas com frequência, tanto como parte das proibições quanto verbalmente. Muitos bilhetinhos especificavam as medidas punitivas que seriam tomadas caso não fossem obedecidas as determinações da censura. Os exemplos são muitos: o coronel Antônio Lepiane advertiu *Veja*, em 7/5/74 *sob pena de apreensão e aplicação das medidas legais cabíveis*. Em 21/2/74, o general Bandeira advertiu *O Estado de São Paulo para não mais divulgar 'versinhos' (...) ou haverá apreensão*. Em 18/3/71, se proibia divulgar uma entrevista do general Albuquerque Lima, com críticas ao AI-5, *qualquer contestação ao regime etc.*, culminando com a ameaça: *Qualquer violação o jornal será apreendido e os demais retirados do ar*. Péssimo português à parte, este tipo de ameaça foi frequente. Villas Boas Correa afirma que o general Hugo Abreu, chefe da casa Militar do governo Geisel, ameaçou a *Folha de São Paulo* com suspensão *por 30 dias, mais 30 são 60 e depois fecho por tempo indeterminado* (FOLHA DE SÃO PAULO, 18/11/80, p. 4). A arbitrariedade e a prepotência das ameaças transparecem no uso da primeira pessoa do singular.

O CONTEXTO INTERPESSOAL DA CENSURA

A censura não tem lugar num vácuo de relações humanas. Há contatos pessoais entre censores e censurados. Quando há censores "residentes", o contato é permanente. Há contatos no nível de diretores e proprietários de jornais e revistas, por um lado, e ministros ou comandantes de exércitos, por outro. Os Mesquitas, do *Estado de São Paulo*, conheciam Buzaid, ministro da justiça e haviam conspirado com

várias altas patentes militares para depor Goulart. O ministro da Justiça Armando Falcão, conhecido como o homem do “nada a declarar”, operador da censura no governo Geisel conta que negociou com os Mesquita o abrandamento da censura em *O Estado de São Paulo* e com Victor Cívica em *Veja*.

Os jornalistas são quase unânimes em afirmar que os primeiros contatos feitos com oficiais das Forças Armadas, dentro das circunstâncias, foram surpreendentemente bons. Foram civilizados a despeito dos limites impostos pela situação, na qual uns detêm o poder e o usam para infligir o que os outros consideram um direito natural. A substituição dos oficiais regulares das forças Armadas por policiais foi quase sempre descrita como desastrosa.

Muitos jornalistas e administradores de jornais e revistas acharam, como muitos outros civis, que contatos interpessoais com os censores militares e com abririam certas possibilidades de negociação. Dotados de maior conhecimento, em geral, e sobre a imprensa em particular, acreditavam poder convencer e cooptar os censores. É provável que isto tenha acontecido muitas vezes, mas somente se a pessoa contactada fosse a responsável pela censura. E isto não se sabia. Poucos se deram conta de que a vantagem cognitiva era mais do que compensada pela desvantagem no poder. A negociação era extremamente difícil, nessas circunstâncias, porque os coatores podiam prescindir e os jornais não. Os coatores negociavam com o que tiraram dos jornais. Acenavam com a devolução do que foi roubado, com objetivo de obter ganhos. Cláudio Abramo tinha claro este ângulo, que passava quase sempre despercebido:

(...) jamais sofri pressões diretas, mesmo por que eu tomo a cautela de não conhecer os membros do sistema. Não os conheço, então fica muito difícil sofrer pressões (...) Agora, se você é uma pessoa a quem certos organismos têm acesso fácil, se você almoça com membros do governo ou do sistema de segurança, informações e contra-informações, se os freqüenta, fica mais fácil eles telefonarem exercendo pressões (ABRAMO apud Marconi, 1980, p. 178).

O que era visto por muitos como acesso ao sistema, que poderia facilitar as negociações com este, era percebido por Abramo como uma abertura que facilitava pressões. Note-se que as negociações também significavam obter por bem o que as

proibições obtinham por mal. Além disto, muitas autoridades fizeram, constantemente, pressões para que os jornais publicassem notícias de seu interesse .

Insatisfeitos com a instrumentalização da imprensa através da censura, os militares também *solicitavam* aos meios de comunicação a divulgação de matérias de seu exclusivo interesse. Como descreve Maria Aparecida Aquino, os pedidos chegavam às redações normalmente acompanhadas de uma circular do Superintendente da Polícia Federal onde se *solicitava providências no sentido de determinar* a mais ampla cobertura do órgão sob sua esclarecida direção, da nota em anexo.

Assim, as relações interpessoais entre censores variaram muito, de almoços, jantares, visitas domésticas, conversas agradáveis, troca de ponto de vista, papos telefônicos e troca de presentes, por um lado, a gritos, ameaças, empurrões, discussões, violência, murros, prisões e torturas, por outro.

Mas a censura não afetou apenas as relações entre censores e censurados. Ela afetou profundamente as relações entre jornalistas, proprietários e administradores. Era inevitável. Rivaldo Chinem relata que teve vários artigos censurados e sempre ficava a interrogação se o jornal estava multiplicando a censura por medo . Isso dificultava a relação entre jornalistas.

Na imprensa, como em outras áreas, alguns usaram a difícil posição política de outros para resolver disputas pessoais e profissionais. As delações e denúncias constituíram a forma mais comum de iniciar processos repressivos. Vários jornalistas interpretam a sua saída de um determinado órgão como um sacrifício político visando aliviar a censura e as pressões econômicas; outros como uma solução para rivalidades pessoais e profissionais. Entretanto, também há demissões quando não há censura. Como saber quais demissões foram politicamente motivadas? Como distinguir aquelas nas quais a repressão política foi usada para justificar demissões que se deveram a outras causas? Em que proporção cada um destes fatores influenciou a demissão em cada caso? É impossível saber. O que se pode observar, evidentemente, e a maioria dos autores defende esta idéia, é que os jornalistas que combateram ativamente a ditadura tiveram menor estabilidade no emprego.

A ORGANIZAÇÃO E BUROCRATIZAÇÃO DA CENSURA

Como toda atividade que se aplica a um amplo território, tratando de um grande número de casos, a censura cresceu, organizou-se e burocratizou-se. Devido à cortina de ferro a respeito das suas atividades, pouco se sabia, do lado de fora, a respeito, da sua organização e dos seus problemas. Entretanto, alguns estudiosos, em sua maioria jornalistas afetados diretamente pelas atividades da censura, realizaram um verdadeiro trabalho de detetive político-científico, nos dando uma idéia a respeito do funcionamento daquela. Gerou-se, assim, uma situação típica de Estados autoritários: do lado de dentro, formou-se uma organização burocratizada de âmbito nacional, com os eternos problemas de pessoal, financiamento etc. derivados da extensão totalitária do aparecimento do Estado, que incluía mais e mais áreas de atividades sob a regulamentação da censura; do lado de fora, o povo brasileiro, intencionalmente transformando em massa desinformada, era afetado duramente por uma instituição cuja organização, cuja razão de ser e cujos problemas ele desconhecia. Foi somente depois da abertura que este capítulo infeliz da ditadura pôde ser estudado e passou a ser um pouco mais conhecido.

Aquino destaca como resultado da expansão totalitária, o crescimento do corpo técnico de censores, estimado em meados da década de 70, em 400 no País como um todo. A censura era essencialmente federal e concentrava a quase totalidade das suas atividades em Brasília. Os técnicos tinham curso universitário em uma das cinco carreiras: Direito, Filosofia, Sociologia, Comunicação Social e Psicologia; além disso, freqüentavam um curso de especialização, cuja duração era de três a seis meses, na Academia Nacional de Polícia em Brasília. Segundo Costella, em um determinado momento, passaram a exigir a aprovação em uma bateria de testes psicológicos, o que levou à reprovação de 21 técnicos e 8 fiscais, que recorreram à Justiça em 1976.

A Divisão de Censura, contrariamente ao mito, não era uma entidade política: os órgãos de segurança agiam através dela, mas ela não exercia atividades de censura políticas diretamente. Esta separação entre a censura política e a censura moral, no âmbito “dos costumes e diversões”, era de se esperar, considerando a natureza tão diversa destas áreas de atividade humana. Entretanto, se, para a maioria dos seres humanos sensatos, essas eram duas áreas separadas, para algumas pessoas a decadência moral obedecia a um projeto político de inspiração comunista. Essa visão

paranóica seria irrelevante se alguns dos que a esposavam não fossem política e militarmente importantes. O general Milton Tavares de Souza afirmou, em 1976, *que o movimento hippie foi criado em Moscou e, se os pais não orientarem cuidadosamente a juventude, o comunismo acabará dominando o Brasil* (JORNAL DO BRASIL, 3/10/76, p. 5.). O coronel Carlos de Oliveira, segundo o *Jornal do Brasil*(19/01/73), afirmou que *a mais abominável tática – dos comunistas – é a da disseminação das drogas (...)*. E o importante general Belfort Bethlem, que chegou a ser comandante do III Exército e ministro do Exército, afirmou ao *Jornal do Brasil* (15/6/77) que *existe um fundo ideológico no tráfico de tóxicos no país através de interesse dos comunistas em corromper as mentes jovens e destruí-las*.

Estas citações publicadas por Marconi ilustra que muitos membros importantes do regime militar ligavam questões de moral pessoal, particularmente sexual, a um projeto comunista de dominação.

AS CONSEQÜÊNCIAS DA CENSURA

Qual o impacto real da censura sobre a tiragem? Vários semanários fecharam explicitamente devido à censura, seja por iniciativa própria, seja pela proibição de circular, seja devido aos prejuízos econômicos dela decorrentes. Alguns diários de circulação razoável e de amplo escopo, como o *Correio da Manhã*, foram vítimas de invasões, depredações, pressões econômicas, prisões de seus editores e proprietários, e acabaram fechando. No entanto, há também fechamentos durante períodos democráticos, devido à má administração financeira. Assim é difícil saber até que ponto um jornal fechou devido a problemas administrativos e financeiros independentes da censura e da pressão política .

A atuação da censura não se reduz a negar ao público o direito de se informar onde queira e a negar aos autores o direito de divulgação. A censura afetou a circulação dos órgãos censurados . Inicialmente, pareceu sugestiva a hipótese de que ela teria um efeito negativo sobre a tiragem dos jornais e revistas censurados. Estes argumentos, porém, foram rebatidos frontalmente pelos que acreditavam que a população reagiria à censura e passaria a comprar, sistematicamente, os jornais e revistas censurados aumentando, assim a circulação.

A censura não teve o mesmo efeito sobre tipos diferentes de jornais e revistas. Ela afetou uns relativamente pouco e condenado outros ao fechamento os veículos

tipicamente políticos, que concentravam a sua atenção, opinião e noticiário sobre temas políticos, dependiam da liberdade de imprensa em grau muito maior de que os grandes diários, que apresentavam aos seus leitores uma ampla gama de opções: anúncios, esportes, literatura, diversões, ciência etc. Para Rivaldo Chinem o impacto sobre aqueles que se concentravam na política foi muito forte e vários saíram de circulação em consequência, em maior ou menor medida, da censura. O *Pasquim*, *Opinião*, *Politika* e outros foram fortemente atingidos. Em contraste, *O Dia*, *A Notícia*, e *O Globo* tratando infreqüente e superficialmente de temas políticos, tiveram a sua vida pouco afetada. Assim, o *Pasquim* que, em novembro de 1970, atingira 200 mil exemplares, terminou fechando. Segundo o editor Hélio Fernandes, a *Tribuna da Imprensa*, que tinha uma tiragem de 50 a 60 mil exemplares – algumas edições extraordinárias atingiram 300 mil exemplares –, após dez anos de censura e apreensões de números inteiros teve a sua tiragem reduzida a 6-7 mil exemplares. Algumas edições do jornal saíram com até 50% da primeira página em branco, em consequência dos vetos, pois Fernandes recusava-se a substituir as matérias proibidas, recomendação dos censores.

Os grandes diários, como *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, ainda que operassem com censores “residentes” durante muito tempo, tiveram a sua circulação pouco atingida, a despeito da censura férrea sobre o seu conteúdo, particularmente durante o governo Garrastazu Médici. Estes jornais atraíam uma grande variedade de leitores; poucos os compravam e liam exclusivamente devido ao seu conteúdo político. Mesmo os leitores mais interessados na política podiam satisfazer a sua necessidade de informação e de opinião sobre muitos outros aspectos; assim, continuaram a comprar e a ler esses jornais.

Alguns jornalistas chegaram a estimar que o efeito da censura sobre publicações de interesse amplo foi positivo: Mino Carta, na época diretor de *Veja*, afirmou que a revista aumentou a circulação e prestígio devido à censura. Ruy Mesquita concordou:

Do ponto de Vista promocional foi ótimo. Nunca o nosso jornal foi tão divulgado no exterior. (. . .) Eu, que era pichado de reacionário, virei herói de estudante, como exemplo de luta democrática. Nestes períodos os democratas

sempre se aliam com a esquerda radical. Nunca recebi tanta família de presos políticos. Agora estou voltando a ser considerado reacionário novamente (REIS, 1979, p. 78).

Daí que a consequência da censura sobre a circulação dos jornais tenha de ser qualificada: atingiu muito mais os periódicos essencialmente políticos, radicalmente oposto ao regime, do que os periódicos de amplo escopo. Segundo Kucinski, algumas revistas, colocadas sob censura prévia, simplesmente deixaram de circular por opção dos seus responsáveis. Por exemplo: *Inéditos*, uma revista cultural publicada em Minas Gerais, foi notificada, em 29 de dezembro de 1976, que seria submetida à censura prévia e seus diretores preferiram suspender a sua publicação; da mesma forma, *Paralelo*, uma revista gaúcha, deixou de circular, assim como *Debate e Crítica*, *Bondinho*, *Mais 1. Extra Realidade Brasileira*, *EX* etc. Já alguns diários da grande imprensa e semanários, segundo os seus editores, foram beneficiados.

A AUTOCENSURA

Não é só a censura prévia que pode ter tido um impacto sobre a tiragem: a autocensura, derivada de receios vários, como o da prisão, ou fechamento do jornal, ou o fim dos empréstimos e financiamentos, também pode ter influenciado essa tiragem. Esses receios podem ter sido provocados por ameaças abertas, veladas – pelo acontecido com as publicações submetidas à censura prévia. Podemos classificar a autocensura em dois tipos bem diferentes: um, institucional, através do qual jornais, revistas, estações de televisão etc. aceitaram explicitamente a responsabilidade pela divulgação do que publicavam, de acordo com as orientações distribuídas pela censura. Ao fazê-lo, as instituições livraram-se da incômoda presença dos censores residentes e da onerosa prática de submeter todo o material publicado à censura prévia; ao aceitá-lo contudo, transformavam-se em executoras e cúmplices da censura, das quais as principais vítimas eram elas próprias. A autocensura transformou-se em prática tão arraigada e institucionalizada que decorria de acordo e conversações.

Entretanto, devido ao caos reinante na estrutura de poder e autoridade do Estado Ditatorial, o acordo celebrado com uma dependência do Estado com freqüência era violado por outra. No dia 24 de agosto de 1972, numa operação típica da impunidade e da irresponsabilidade do governo Médici, elementos que chegaram em 12 viaturas policiais invadiram a Redação do *O Estado de São Paulo* à procura de

notícias sobre a sucessão do ditador, que seriam publicadas no dia seguinte. Como a notícia era falsa, nada encontraram. Este incidentes levou *O Estado de São Paulo* a rejeitar a autocensura. Júlio de Mesquita Neto, editor do jornal, na presença do então governador paulista Abreu Sodré, respondeu às autoridades que não praticaria a autocensura: *Coloquem um censor na redação. Afinal, não temos os mesmos critérios do governo para fazer a censura, e autocensura é contra nossa ética...* (CHINEM, 1995, p. 62).

A autocensura institucional foi a forma mais comum de controle da opinião pública. A TV Globo manteve um grupo interno de censura, contratando um ex-diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal e outro que havia dirigido órgão equivalente no então Estado da Guanabara, além do necessário pessoal auxiliar. Ou seja, arcou, integralmente, com o ônus financeiro desta censura interna, sob a justificativa de que este ônus seria inferior aos custos de produção de programas, particularmente de novelas, cuja censura seria evitada. Este fato, que exclui qualquer consideração ética, fez com que a TV Globo censurasse os seus próprios telespectadores e ainda arcasse com o ônus da operação, ilustrando o efeito multiplicador da censura.

O outro tipo refere-se à autocensura praticada pelo próprio jornalista e não pela empresa a que, em grau maior ou menor, todos os brasileiros foram submetidos. Muitos não expressavam, em público, opiniões “perigosas” que pudessem provocar uma violência, uma demissão, uma prisão arbitrária. No jornalismo, nos sindicatos, nas universidades, em qualquer área, os brasileiros experimentaram o medo e a opressão e, em grau maior ou menor, policiaram as suas próprias atividades de acordo com o ideário da ditadura. A autocensura afetou, de maneira indelével, os meios de comunicação de massa. Como as regras não eram claras e o sistema era arbitrário, desigual e incoerente, nunca se sabia com exatidão o que era permitido ou não. A área cinza, duvidosa, era muito grande, gerando uma devastadora incerteza. Muitos optaram por recuar, limitando as suas atividades a áreas politicamente irrelevantes, seguras. Mas o caráter totalitário da ditadura engoliu mais e mais áreas de atividade humana para dentro da esfera de segurança, e o espaço seguro e incontroverso diminuiu sempre. A ditadura totalitária terminava perseguindo os que psicologicamente fugiam dela, tentando evitar qualquer conflito, renunciando-se o dia em que nada escaparia ao conceito patrifágico de Segurança Nacional.

CAPÍTULO II: LIBERDADE DE IMPRENSA, CONTROLE IDEOLÓGICO E INDÚSTRIA CULTURAL

LIBERDADE DE IMPRENSA E DIREITO A INFORMAÇÃO

A “liberdade de imprensa” constitui um princípio incorporado ao constitucionalismo moderno, tendo nascido com as Revoluções Francesa e Americana. Nas declarações e outros documentos firmados por diferentes Nações de todo o mundo, na seqüência do espírito liberal do século XVIII, esta liberdade sobrepõe-se a todas as outras.

Já o conceito de “direito à informação” começa a surgir timidamente nos anos 60, resultante de duas vertentes: as diversas formas de sonegação, envolvendo a ação do Estado, quase sempre acompanhando regimes totalitários ou autoritários; e o desvirtuamento do princípio da “liberdade de imprensa”. Estes setores da sociedade valeram-se de garantia constitucional para aplicar a superposição dos seus interesses. Em muitos casos, os veículos colocam-se numa pseudo defesa da comunidade, mas fazem prevalecer os seus interesses; em outros, admitem a interferência dos anunciantes.

É preciso que se caracterize que nos Estados Autoritários há ausência de princípios de liberdade e não funcionamento do parlamento e de eleições populares, ou quando elas existem, tem um caráter meramente cerimonial, somente para legitimar quem está no poder. Segundo Norberto Bobbio, no autoritarismo o pluralismo partidário é proibido ou reduzido a um simulacro sem incidência real. A autonomia dos outros grupos politicamente relevantes é destruída ou tolerada enquanto não perturba a posição do poder do chefe ou da elite dominante. A experiência mais recente no Brasil de Estado Autoritário foi o período governado pelos militares pós-golpe de 1964.

Fazendo uma análise sobre poder autoritário, René Dreifuss usa a expressão *Estado de Segurança Nacional*, para definir o governo militar de 64, acreditando que este regime é baseado na *Doutrina da Segurança Nacional* e suas inter-relações com a manutenção da ordem interna e desenvolvimento econômico, concentrador de renda, da propriedade e abertura ao capital externo.

A lógica autoritária contraria completamente os conceitos de liberdade de imprensa e direito à informação trabalhados anteriormente, estando estes intimamente

ligados à democracia, cabendo aos meios de comunicação e à população a criticidade necessária para decodificar as informações que lhes foram apresentadas, sendo esta prática um exercício de cidadania.

Consagrado com o surgimento do liberalismo político e econômico, o instituto da “liberdade de imprensa” representa uma das peças fortalecedoras da Democracia. É considerada indispensável nas Nações civilizadas. Ciro Marcondes Filho alerta que enquanto a liberdade de imprensa for interpretada como a liberdade do capital de impor suas opiniões, não há a menor chance de que, individualmente, o leitor obtenha uma garantia de ver realizada também a sua liberdade de opinião.

A imprensa organizada de forma capitalista, comparável a uma grande empresa industrial, não permite que as idéias individuais sejam consideradas. A venda em massa de jornais força a uniformização; na outra ponta da realidade da produção capitalista, mantém-se junto ao bastião dessa situação especial da imprensa como mercadoria de produção (MARCONDES FILHO, 1984, p. 38).

O “direito à informação”, por sua vez, além de impor deveres éticos e políticos às fontes, aos profissionais e aos meios de comunicação, vai mais longe e passa a constituir uma garantia para os cidadãos. As experiências de vários países europeus, como França e Inglaterra, de co-gestão social dos meios de informação, demonstram uma preocupação para assegurar, mais do que a “liberdade de imprensa”, o verdadeiro “direito à informação”.

A distinção básica entre os dois conceitos é estabelecida numa linha de interdependência, amalgamada pelo chamado direito à informação.

O direito de informação tem atualmente duas manifestações: a tradicional liberdade de imprensa ou de expressão, situada no momento emissor; e o moderno direito à informação, que se encontra ao nível de receptor.

A primeira é uma liberdade ativa, que se coloca ao lado de quem tem algo a comunicar aos seus semelhantes, permitindo-se ser um dos múltiplos agentes de orientação da opinião pública; configura-se como um direito liberal, que

pressupõe um abstencionismo por parte de Estado (XIFRA-HERAS,1984, p.28).

O direito à informação, ao contrário, é um direito passivo; não é uma liberdade de fazer, mas uma possibilidade de receber que outorga ao homem uma espécie de crédito de informação. Não se trata apenas de um limite imposto ao poder, mas também de uma concessão positiva do próprio poder, como exigência do povo.

Dentre as diversas divisões do direito à informação, pode-se sublinhar, ainda o entendimento de Wibus Schramm , por sua identificação com a realidade dos dias atuais. A nação é mais ampla e fundamenta-se no tripé das liberdades: *Liberdade de Conhecimento – Esse é um direito social pertencente a todos os indivíduos, de receber a informação que necessitam para agonizar suas vidas, participar inteligentemente do governo. É um direito extensivo a todos* (RIVERS, 1970, p. 80).

Desse modo, as empresas, as instituições, os órgãos públicos e o Estado obrigam-se a fornecer todas as informações que digam respeito a problemas individuais ou coletivos, não sendo lícita a eliminação de notícias de utilidade pública de qualquer natureza, como, anúncio de previsão sobre ocorrências graves causadas por fenômenos naturais ou obras que possam provocar acidentes fatais. Enfim, todos os fatos e atos que possam, de uma forma ou de outra, atingir os cidadãos.

A Segunda – a liberdade de expressão – *é o direito de transmitir livremente qualquer informação e emitir publicamente suas opiniões. É também um direito de todo o povo, mas institucionalizou-se nos veículos de comunicação de massa*(RIVERS,1970, p.80). Esta liberdade configura uma posição permanente de “análise crítica” do que ocorre na sociedade, e é garantida na Constituição de 1988, como *“livre expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura*(BRASIL,1990, p. 39).

Finalmente, a liberdade de pesquisa *é o direito de livre acesso às informações públicas. Este direito foi delegado aos veículos. Os jornalistas devem representar o público e são eles que se opõem mais denodadamente os encontros e documentos secretos* (RIVERS,1970, p.81).

Não se pode admitir como rigorosamente ético, portanto, que a autoridade receba um jornalista para uma entrevista, fornecendo informações de interesse coletivo , mas negando-lhe o direito de transmiti-las. Isto em nada acrescenta no campo das

liberdades, no âmbito dos direitos é ao contrário, arranha aspectos éticos-morais, porque o jornalista só deve ter acesso à autoridade por representar um contingente populacional ou toda a comunidade. Se não se valesse dessa condição profissional, não lhe seriam abertas as portas para tão importante reunião. Ademais, se seu trabalho é divulgar informações, qual o interesse de uma autoridade em conceder uma entrevista que não será publicada?

Por esses aspectos, é muito discutível, a utilização do clássico o “off the record”, quando se trata de um expediente abusivamente utilizado. Sua aceitação somente não seria reprovável quando atendesse a objetivos nobres de uma Nação ou assegurasse respeito a direitos individuais.

O CONTROLE IDEOLÓGICO NO ESTADO AUTORITÁRIO

Os principais responsáveis pelo movimento de 1964 tentaram criar a imagem de um Estado “desideologizado”, sem orientações predeterminadas nem princípios norteadores, à exceção de vagas alegações a respeito de valores cristãos, princípios da civilização ocidental ou de luta contra a ameaça de implantação do comunismo no país. Moniz Bandeira realizou entrevistas com oficiais e civis, revelando um interessante consenso em torno de que o movimento militar tivera um caráter quase de improvisado e que, deposto o governo, praticamente não se sabia o que fazer. Referências à existência de grupos diversos, entre os militares, como “linha dura”, “Sorbonne”, “castelistas”, tendiam a sugerir um fracionamento, dentro do sistema, que impediria a formação de uma diretriz definida de pensamento a orientar as ações. Na verdade, as contradições e conflitos eram apenas aparentes ou de menor importância no contexto político global.

Por trás disso havia interesses bem-definidos, representados nas idéias dos governantes e orientando-os em sua ação, que se mantiveram presentes durante todo o período autoritário, apenas ajustando-os às mudanças conjunturais já que, estruturalmente, nenhuma alteração de vulto ocorreria até meados dos anos 80. O núcleo da ideologia militar dominante se articulava em torno de três componentes básicos: inclinações pelos padrões político-econômico de origem norte-americana; postura avessa a quaisquer formas de conflito; tendência à centralização decisória.

O componente de controle ideológico fundamental se originava da extrema admiração que os detentores do poder sentiam pelos Estados Unidos e seu modelo de

organização político-social. É evidente que não se tratava de simples sentimentalismo unilateral. Desde o início da década de cinquenta, quando se tornaram a maior potência ocidental, os norte-americanos investiram maciçamente em propaganda de cunho ideológico destinada a demonstrar sua superioridade e perfeição em todas as áreas. Fizeram intensas campanhas de propaganda; programas de cooperação econômica, militar e cultural; intercâmbio de estudantes, professores, cientistas e artistas; criaram facilidades para o acesso de estrangeiros às suas escolas.

Assim, somavam-se à sua dominação econômica a hegemonia cultural no plano internacional. O poderio econômico não poderia subsistir sem a imposição de sua cultura. Como esclarece Octávio Ianni,

o capitalismo generaliza e repõe, continuamente, em todas as esferas da existência social, nos países dominantes e dependentes, as suas relações, processos e estruturas. Isso implica generalizar e repor formas de pensar e agir determinadas pelas exigências da reprodução do capital. Hoje, da mesma forma que nos primeiros momentos da formação do capitalismo, as exigências da produção e reprodução do capital estendem e recriam as fronteiras do sistema (IANNI, 1979, p. 19).

Como resultado desse processo, a sociedade brasileira, em poucos anos, via alterar sua fisionomia. Segundo Moniz Bandeira surgiam novos padrões de beleza, criados pelo cinema de Hollywood; valorizavam-se os heróis individuais, encarnados pelos soldados, *cowboys*, detetives e *self-made men* ou idealizados no Super-Homem e Capitão América; ouviam-se *jazz* e *rock and rol*; e inauguravam-se os *self-services*.

A admiração aos norte-americanos é refletida em expressões como a frase de Juracy Magalhães, quando era Ministro do Exterior em 1964: *O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil* (Dreifuss, 1981, p. 441). O golpe permitira criar laços mais estreitos com o país que o ministro chamou de “irmão do norte”. Bandeira descreve que em 1966 o Ministério da Educação e a “United States Agency for International Development” firmavam um acordo de cooperação. A partir dele, formaram-se comissões mistas de planejamento, encarregadas de reformular o ensino

superior brasileiro, de maneira a aproximá-lo do modelo adotado nas universidades norte-americanas.

No campo econômico foram inúmeras as medidas que fortaleceram a aliança. Maria Helena Moreira Alves afirma que diminuíram as restrições ao movimento de capitais, pela modificação da lei de remessas de lucros, concederam-se garantias especiais aos investimentos norte-americanos e criou-se uma faixa privilegiada de crédito para as empresas estrangeiras. Em fevereiro de 1965 o governo criou maiores facilidades, através do Decreto-lei 55.762, segundo o qual os investimentos realizados no Brasil gozariam da mesma situação legal que o capital nacional. A Constituição de 1967 abriu novo espaço, permitindo que os recursos minerais pudessem ser explorados por brasileiros ou "sociedades organizadas no país", abrindo espaço ao capital estrangeiro.

Outro componente importante do controle ideológico caracterizou-se pela intolerância em relação aos diversos interesses presentes na sociedade. Ao invés de encarar as divergências como naturais, rotineiras, devendo resultar em negociações que dessem a base para as decisões políticas, o regime pós-64 empenhou-se em impedir quaisquer formas de conflito. Para a maioria dos problemas econômicos ou políticos só se permitia uma versão dos fatos e uma alternativa de solução: a oficial. Qualquer divergência era vista como negativa e imediatamente tomadas medidas para neutralizá-la.

Essa postura, na prática, revelou-se pela constante restrição a todas tentativas de livre reunião, associação e mesmo à simples expressão de idéias. Os sindicatos passaram a sofrer freqüentes intervenções. Analisando essa questão, no período 1964-1974, Maria Helena Moreira Alves contabiliza dentre intervenções, destituições de diretorias, cerceamento de eleições e dissoluções, 1.560 interferências diretas do governo. Os partidos políticos foram extintos pelo Ato Institucional n.º 02 em outubro de 1965. Embora tenham sido criados dois outros, a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o primeiro de apoio ao governo e o segundo de oposição, o último foi alvo tão constante da cassação de mandatos eleitorais, que não podia manter representação significativa. Além das cassações praticou-se a impugnação de candidaturas, a limitação da propaganda eleitoral por rádio e televisão, com os candidatos restritos à divulgação do nome, número e currículo reduzido e a mudança no sistema de renovação do Senado em que,

para cada três cadeiras, uma deveria ser preenchida por candidato eleito indiretamente, o conhecido senador “biônico”.

A articulação dos interesses dominantes, no âmbito do Estado, evidenciava outro componente ideológico a orientar as condutas: o princípio da centralização das decisões, tanto econômica quanto politicamente. O sistema tradicional previa a tripartição do poder. Para mantê-lo intocado, as diversas decisões deveriam ser submetidas ao Legislativo que, por ser o local por excelência dos confrontos de interesses, exigiria longos prazos para uma conclusão final que, inclusive, poderia afastar-se do projeto pretendido. Todo o período foi marcado pelo fortalecimento do Executivo, que foi assumindo, gradativamente, as funções e poderes do Congresso. Já em abril de 64 foi editado o Ato Institucional n.º 1, que transferia para o presidente da República uma série de prerrogativas do Legislativo, criava o sistema de decurso de prazo, pelo qual os projetos considerados urgentes pelo Executivo seriam automaticamente aprovados no prazo de trinta dias, além de suspender as imunidades parlamentares.

Quanto ao Judiciário, o temor de que este pudesse anular decisões do Executivo, por ilegalidade ou mesmo por inconstitucionalidade, e, no mínimo, a preocupação que determinados projetos ficassem suspensos por longos períodos, os militares induziram ao seu esvaziamento, com a diminuição de suas prerrogativas. Através dos Atos Institucionais n.º 1, 2 e 5 proibiu-se que determinadas medidas fossem apreciadas pelo Judiciário, estabeleceu-se o sistema de nomeação, pelo Executivo, dos membros da magistratura federal, transferiu-se grande parte da competência da Justiça Civil para a Justiça Militar, além de suspender as garantias constitucionais de vitaliciedade da magistratura.

Ao mesmo tempo em que criava a estrutura legal necessária ao seu próprio fortalecimento, o Estado construía, gradativa e deliberadamente, os organismos e instrumentos que lhe permitiriam controlar todos os setores da sociedade. Dentre os inúmeros órgãos destinados a viabilizar a concentração decisória, dois eram os mais importantes: o Ministério do Planejamento e o Serviço Nacional de Informações (SNI). O Ministério do Planejamento, embora teoricamente estivesse na mesma linha hierárquica dos demais, acabou se sobrepondo a todos. Ao seu titular competia planejar em nível global e exercer a coordenação geral. Cabia-lhe, basicamente,

orientar a estrutura administrativa do setor público e implantar a política econômico-financeira, competência que acabava por encampar todas as atividades do Estado.

Conforme Dreifuss, o SNI foi criado com o objetivo de exercer a função de uma agência central de informações e assessorar na formulação das diretrizes políticas. Seu fundador e primeiro diretor foi o General Golbery do Couto e Silva, que, antes do golpe, já organizara um departamento semelhante no IPES- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática, ambos ligados aos militares que conspiravam contra João Goulart. O novo órgão logo adquiriu uma força extraordinária, desdobrou-se por toda uma rede de agências regionais nos estados e territórios, além das assessorias e divisões nos ministérios, autarquias, órgãos administrativos.

A atuação centralizadora do Executivo se concretizava, basicamente, na execução de programas globais que estabeleciam metas e planos para a economia como um todo, sem deixar de prever diretrizes aplicáveis nas áreas de educação, saúde, assistência social, desenvolvimento científico e tecnológico. Além disso, havia programas setoriais, para estimular o desenvolvimento de determinadas zonas do país, incentivar a produção industrial e agrícola, controlar preços e salários, solucionar problemas dos indígenas, estimular a produção cultural, conceder empréstimos, criar subsídios.

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A DOCTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL

A ideologia dominante, cujo núcleo fundamental acabamos de descrever, foi codificada através da chamada “Doutrina da Segurança Nacional”, formulada na Escola Superior de Guerra, inaugurada em 1949, e inspirada na “National War College” dos EUA, inclusive com auxílio de uma missão militar norte-americana, que lhe deu orientação por doze anos. Entre os militares brasileiros fundadores estavam Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Heitor de Almeida Ferreira, Belfort Bethlem, Cordeiro de Farias e Juarez Távora.

Para Maria Helena Moreira Alves, de início tinha objetivos exclusivamente militares: ministrar o curso de Alto Comando. A partir de 1940, passou a congregiar civis e ampliou seus objetivos, propondo-se a preparar elites voltadas para a solução dos problemas do país. Através de estudos, conferências, palestras e debates, sob forte

influência do clima da Guerra Fria do pós-guerra, foram estruturando sua “doutrina”. A Escola, também denominada Sorbonne, tinha como finalidade ministrar cursos a oficiais das três Armas e a civis de nível universitário, como o objetivo de criar uma classe dirigente no país. Além dos cursos (que durava um ano letivo), também eram organizados seminários, conferências, trabalhos práticos, viagens de estudo e visitas. Em curto tempo, a Escola ultrapassou os limites prescritos pela formação militar para se tornar importante instrumento de criação de uma elite militar e civil. Desse diálogo quase permanente entre civis e militares nasceu um pensamento político-ideológico denominado Doutrina de Segurança Nacional.

As concepções nela contidas adaptaram-se perfeitamente aos objetivos do capital. Essa adequação, evidentemente, não era gratuita nem simples coincidência. Além da influência norte-americana, não só na origem da Escola Superior de Guerra como através das viagens que todas as suas turmas faziam aos EUA, havia o peso do próprio pensamento civil. Participando como membros das turmas, ou proferindo palestras, inúmeros economistas, empresários, representantes de associações de classes acabaram influenciando nas reelaborações do pensamento da Escola.

Enfatizando a importância do binômio “Segurança e Desenvolvimento”, a “doutrina” dava respaldo teórico à mobilização econômica para a acumulação capitalista (desenvolvimento), enfatizando a importância do desenvolvimento econômico como fator decisivo para garantir a segurança e integração nacional e controle da sociedade através de seus aparelhos ideológicos. Nesse sentido,

se pode dizer que essa ideologia concebe o Estado como uma entidade política que detém o monopólio da coerção, isto é, a faculdade de impor, inclusive pelo emprego da força, as normas de conduta a serem obedecidas por todos. Trata-se de um Estado que é percebido como centro nevrálgico de todas as atividades sociais relevantes em termos políticos, daí a preocupação constante com a questão da integração nacional e econômicos (ORTIZ, 1988, p.115).

Para a doutrina, esse desenvolvimento econômico significava alcançar um expressivo grau de industrialização, inclusive cultural, uma efetiva utilização dos

recursos naturais, a integração entre as várias regiões nacionais, a criação de extensa infra-estrutura, a formação de uma eficiente e especializada força de trabalho, o aprimoramento científico e tecnológico e a capacidade de acumular e absorver capital.

A INDÚSTRIA CULTURAL NO BRASIL

A imprensa literária e empresarial

Como nos Estados Unidos e Europa, na imprensa brasileira também ocorreu a passagem dos jornais políticos para os mercadológicos, ou seja, a transformação do jornalismo literário- que, segundo Renato Ortiz, os fins econômico-mercantis dessas empresas permaneciam em segundo plano, burlando todas as leis de rentabilidade e muitas vezes não davam lucro -, em jornalismo empresarial. Os jornais que não se adequaram a esta transformação não sobreviveram ou foram comprados por organizações empresariais. Um exemplo disto é analisado por Gisela Goldenstein, que mostrou a formação do conglomerado do grupo Folhas. Este grupo comprou importantes jornais como *Última Hora* e o *Notícias Populares* (que não se adequaram à lógica mercadológico-industrial a qual passou a mover a imprensa brasileira), além de editar a *Folha da Tarde* e a *Folha de S. Paulo*. O grupo Folhas se ajustou à lógica empresarial para a produção de seus meios de comunicação, nos quadros de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de apoio do Estado à indústria cultural.

Em contraste, um importante estudo de um jornalismo ainda literário é realizado por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, que mostraram a trajetória do jornal *O Estado de S. Paulo*, no período 1927-37. A análise mostra a defesa dos princípios liberais presentes nas matérias do diário. Assim, a elaboração e difusão da mensagem era regida mais pelas idéias defendidas pelos proprietários do jornal do que por um caráter mercadológico de sua produção.

Em relação ainda a *O Estado de S. Paulo*, a tese de Maria Aparecida Aquino analisa a censura ocorrida no jornal durante o período autoritário e também suas relações com a ditadura, mas ainda não há uma análise da época em que se consolidou a indústria cultural no Brasil e como o jornal se adaptou e se ajustou a isto.

Com efeito, no período ditatorial, a grande imprensa sofreu grandes transformações. De modo sucinto, pode-se dizer que entre os anos de 1964 e 1980 o governo militar incentivou o desaparecimento dos órgãos de propriedade familiar e

relativamente independentes, fazendo surgir jornais e revistas cada vez menos "ideológicos" e mais voltados para uma perspectiva mercadológica.

O processo brasileiro

Foi a partir do regime militar instalado em 64, que, segundo Gisela Goldenstein, começou a se tornar perceptível a formação de uma indústria cultural no Brasil, ou seja, um sistema de complexos empresariais ligados ao setor da chamada comunicação de massa. Como ressaltou Tânia Pellegrini,

a instauração do Estado militar aponta no nível econômico, para um aprofundamento das tendências já verificadas no período anterior, do governo Juscelino, ou seja, a paulatina introdução do Brasil no circuito do capitalismo avançado (PELLEGRINI, 1995, p.89).

Dois fatores facilitaram esse desenvolvimento: 1) o ingresso do Brasil na etapa de monopolização do capitalismo que se fez apoiado não só no capital privado nacional, mas também no estrangeiro e no Estado; 2) o reordenamento político do país, após o Golpe de 64, que gradualmente desembocou num período de estado autoritário, com a consequente construção de um novo pacto de poder baseado em uma aliança político-militar entre a burguesia, classes médias e militares, excluindo as classes subalternas.

Entre os aspectos favoráveis ao desenvolvimento da indústria cultural podemos destacar:

- A industrialização, o desenvolvimento do comércio e serviços e o crescimento do setor produtivo estatal que forneceram quadros para os novos setores médios da sociedade. A redistribuição da renda em favor dos estratos médios mais altos e da população de alta renda formou o grande mercado para a indústria cultural. Além disso, devido ao aumento de trabalhadores em cada família, parcelas das camadas mais baixas tiveram acesso a este mercado, embora ele excluísse grande parte da população brasileira.
- Os governos militares pós-64 que realizaram a reforma do ensino entre 1968 e 1970. O ensino do terceiro grau passou a crescer promovido pela iniciativa privada, com subsídios oficiais, para atender à demanda das novas ocupações abertas pela grande

indústria. Os ensinos do primeiro e segundo graus também foram reformulados dentro da ideologia do "Brasil Grande" : o ensino era uma área importante para que o regime ditatorial pudesse impor seus valores sobre a população. Assim, houve algum progresso nesta área, que deve ter aumentado o número de leitores dos produtos da indústria cultural.

- O desenvolvimento da publicidade, enquanto técnica privilegiada de competição entre as grandes empresas e a intensificação do ensino do "Marketing", a técnica norte-americana de otimizar as relações entre empresa e mercado, de modo a reduzir custos e ampliar os lucros. Destacava-se a presença da indústria automobilística e suas concessionárias, dos bancos, sociedades imobiliárias, lojas de departamentos, agências de viagens, e de outros órgãos da mídia como a televisão e o rádio. Entre estes anunciantes estão incluídos os de setores modernos da economia. O crescimento da publicidade teve um personagem importante: o Estado, que foi um grande anunciante, com os anúncios que promoviam as estatais, as obras do governo, e o governo propriamente dito, federal e estatal. Foi a época dos "slogans" da ditadura como "Brasil, ame-o ou deixe-o", "Ninguém segura este país", "Este é um país que vai par frente" e "Eu te amo meu Brasil". Além disso, o aumento da publicidade é vital para o desenvolvimento da indústria cultural, pois ela financia, em parte ou no todo, a maioria dos meios de comunicação. Segundo Ortiz, entre 1970 e 1974, por exemplo, os investimentos em publicidade no Brasil passaram de 370 para 900 milhões de dólares, além de sua organização empresarialmente, com o surgimento das grandes agências de propaganda.

- O desenvolvimento da infra-estrutura das telecomunicações, da qual se beneficiou a indústria cultural. Um exemplo foi o desenvolvimento da indústria gráfica e editorial, com incentivo para importação de equipamentos.

Dessa maneira, o Estado foi fundamental para o desenvolvimento da indústria cultural. Nesta época, ele gastou em publicidade, investiu nas telecomunicações, cuidou da área de educação, forneceu subsídios para a renovação e ampliação de equipamentos das empresas, deu sustentação a um modelo econômico apoiado no setor de bens duráveis, mas em compensação, "calou vozes", o que incluiu a intervenção em sindicatos, cassações, extinção dos partidos, prisões arbitrárias, torturas, "desaparecimentos", restrições à liberdade de expressão, etc.

Ditadura e indústria cultural

Após o Golpe de 1964, ocorreu a consolidação de uma poderosa indústria cultural em bases não só capitalistas, mas cada vez mais monopolistas de Estado. O processo atingiu mais duramente os grandes meios de comunicação de massa como a televisão, a grande imprensa, a produção de discos e o cinema. Este processo de monopolização da indústria cultural gerou uma forte expansão quantitativa dos chamados bens culturais, o que serviu para ocultar o fenômeno do vazio cultural.

Mesmo sendo baixos os orçamentos destinados pelo Estado à área cultural, existia um projeto cultural no Brasil, que era o projeto de mercado, a indústria cultural. Segundo Carlos Nelson Coutinho não era um projeto engendrado e implementado pelo Estado, mas sim por empresas privadas, sendo por ele consentido. Nesse sentido, além de ter consentido na implementação da indústria cultural no Brasil, o Estado também possibilitou e incentivou o seu surgimento. Por este motivo, os investimentos na cultura por parte do Estado não foram baixos como afirma o autor, mas sim, direcionados a setores de bens culturais que interessavam ao governo e que não o contestavam, com por exemplo a televisão. Talvez o melhor exemplo da colaboração entre o regime autoritário e a expansão dos grupos privados, não só nacionais mas também estrangeiros, seja o da televisão. O Estado investiu milhões na criação da Embratel, iniciando uma política de modernização das comunicações, condição essencial para o funcionamento, não só das redes de TV, mas de toda a indústria cultural.

Nesse quadro, a indústria cultural é vista como um novo espaço - direta ou indiretamente supervisionado pelo Estado autoritário -, de fabricação e difusão de idéias afins ao jogo do poder militar. Com os novos dispositivos de mercado cultural, abre-se a oportunidade para que as classes dirigentes, de certo modo, "corrijam" um fracasso histórico: a integração das diferentes camadas sociais (burguesia, classe média, operários,) através da cultura objetivada, o que Coutinho chamou de "culturalização". Desta maneira, os meios de comunicação funcionam como mobilizadores e integradores das populações e não suscitam a compreensão e a descoberta.

Segundo Ortiz, o Estado autoritário permitiu consolidar no Brasil um capitalismo tardio. Os militares organizaram a economia brasileira que cada vez mais

se inseriu no processo de internacionalização, de uma certa forma, do sistema capitalista. Em termos culturais esta reorientação econômica trouxe consequências imediatas, pois, paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortaleceu-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais. No Brasil, a constituição de um sistema de comunicações economicamente forte, dependente da publicidade, passou necessariamente pelo Estado, que era um dos principais anunciantes. O governo, com suas agências, detinha um poder de "censura econômica", pois ele era uma das forças que compunham o mercado. A censura "excessiva" era certamente um incômodo para o crescimento da indústria cultural, mas este era o preço a ser pago pelo fato de ser o pólo militar o incentivador do próprio desenvolvimento brasileiro. Assim,

a expansão das atividades culturais se faz associada a um controle estrito das manifestações que se contrapõem ao pensamento autoritário. Nesse ponto existe uma diferença entre o desenvolvimento de um mercado de bens materiais e um mercado de bens culturais. O último envolve uma dimensão simbólica que aponta para problemas ideológicos, expressam uma aspiração, um elemento político embutido no próprio produto veiculado. Por isso, o Estado pode tratar de forma diferenciada esta área, onde a cultura pode expressar valores e disposições contrárias à vontade política dos que estão no poder (ORTIZ, 1988, p.114).

Como podemos perceber, no regime autoritário instaurado em 64 ocorreu a consolidação e expansão da indústria cultural no Brasil. Ao mesmo tempo que o Estado censurou a produção de determinados bens culturais, também foi o grande incentivador do desenvolvimento desta indústria, principalmente através da publicidade - o Estado e as multinacionais eram os principais anunciantes nos órgãos da chamada grande imprensa - e da facilidade de importação de equipamentos para a indústria gráfica e editorial. Através destes "incentivos", o governo controlava economicamente estes canais de produção cultural e assim fazia com estes mesmos canais realizassem a autocensura, além daquela já realizada pelos órgãos de repressão, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informação (SNI). A autocensura, muitas vezes, foi imposta

através das pressões econômicas, não só dos anunciantes, mas também dos outros aparelhos ideológicos do Estado. Mino Carta relata que sua saída da revista *Veja* foi uma exigência do Governo Geisel através do ministro da Justiça Armando Falcão para liberar um empréstimo da Caixa Econômica Federal a editora Abril. Alberto Dines cita vários exemplos de boicote publicitário ao *Jornal do Brasil* não só de empresa estatais mas também privadas.

Assim, tendo estas diversas formas de controle, o Estado foi o grande promotor e censor dos produtos culturais. Desta maneira, no período ditatorial, ocorreu o deslocamento do Estado para o centro da produção cultural e de tudo aquilo que envolvia a divulgação de idéias, incluindo aí, os meios de comunicação. Neste quadro, temos o estímulo da produção de bens culturais que não questionavam a situação do país, gerando um aumento da quantidade destes bens disponíveis no mercado e a coibição daquilo que não condizia aos interesses do Estado. Junto a isto, a presença da censura aos órgãos de imprensa mostra o controle pretendido pelo Estado neste processo cultural brasileiro. Esse controle também é feito pela política editorial da empresa como analisa Ciro Marcondes Filho sugerindo que o produtor das notícias é ambíguo e contraditório- enquanto empresa jornalística -, e de maneira semelhante ocorre também a ambigüidade do receptor. Nesse sentido ,

as empresas aplicam, em termos jornalísticos, técnicas de deturpação e encobrimento da realidade, técnicas que consciente ou inconscientemente alteram os fatos noticiosos e os moldam segundo as ideologias daqueles que trabalham
(MARCONDES FILHO, 1984, p. 21).

Para melhor entender isto, analisamos o mecanismo de funcionamento da censura no capítulo I.

CAPÍTULO III- O JORNAL DO BRASIL

TRAJETÓRIA E REFORMA DO JORNAL DO BRASIL

Fundado em abril de 1891 pelos monarquistas Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, o matutino carioca já nasceu no centro de acirrados debates políticos e aglutinando intelectuais da maior relevância no país, que questionavam o regime republicano recém-instalado. Em sua declaração de princípios, o *Jornal do Brasil* traçava as diretrizes básicas de sua conduta política, afirmando seu propósito de criticar o governo.

Em junho de 1891, Nabuco assumiu a chefia da redação e os problemas começaram a surgir. Os primeiros editoriais de sua autoria criticavam os adesistas do novo regime. Pouco depois, na série de artigos intitulada *Ilusões republicanas*, Nabuco *observava que um dos mais curiosos efeitos da proclamação da República fora o desaparecimento do Partido Republicano* (JORNAL DO BRASIL, 9/4/1966, p. 10).

Em 1893, depois de sofrer um empastelamento tendo as oficinas depredadas e passando por dificuldades financeiras , o jornal foi vendido a um grupo de republicanos e a direção foi entregue a Rui Barbosa, que recebeu amplos poderes para determinar sua linha de atuação. Em novembro de 1893, Barbosa apresentava em editorial os novos compromissos do diário: *A defesa do regime republicano, associada, porém ao combate à degeneração do regime promovida pela ditadura de Floriano* (JORNAL DO BRASIL, 9/4/1966, p. 10). A intenção dele ao assumir o jornal era combater a ditadura através da valorização da Constituição.

Como consequência das pressões do governo, concretizadas na invasão militar da sede do jornal, o matutino terminou sendo vendido, em 1894, à firma Mendes e Cia.

Em 15 de novembro, após uma ausência de um ano e 45 dias, o jornal voltou a circular, tendo como redator-chefe Fernando Mendes de Almeida e como secretário de redação Cândido Mendes de Almeida. Nessa fase, o jornal propunha-se a ser um órgão de imprensa *popular, defensor dos pobres e dos oprimidos e divulgador de suas queixas e reclamações. Com isso abandonava os inflamados debates políticos de outrora, voltando-se basicamente para os assuntos cotidianos da cidade, de interesse das massas* (JORNAL DO BRASIL, 9/4/1966, p. 11)

Contando com ampla popularidade, em 1905 o *Jornal do Brasil* iniciou a construção de uma nova sede e adquiriu novas máquinas. Esses gastos trouxeram dificuldades financeiras, e em função disto, o jornal sofreu uma profunda alteração gráfica, passando, em 1906, a apresentar a primeira página totalmente ocupada por anúncios classificados.

Durante toda essa fase, oscilando entre o sensacionalismo, a exploração de casos policiais, as campanhas populares e a crítica dosada de humor e ironia aos costumes e ao governo, o *Jornal do Brasil* caracterizou-se como um órgão muito mais informativo do que de opinião. Essa preocupação com a informação de interesse popular foi alvo de crítica dos demais órgãos de imprensa, que chegaram a apelidar pejorativamente o jornal de *Popularíssimo*.

Em 1919, depois de sucessivas crises no caixa, o jornal foi hipotecado ao conde Ernesto Pereira Carneiro. Sem condições de resgatar a hipoteca, os irmãos Mendes de Almeida perderam o jornal para conde em 1920. O *Jornal do Brasil* entrou numa fase de recuperação financeira, ao mesmo tempo em que procurava reconquistar o prestígio do período inicial. *Essa preocupação se evidenciou, sobretudo na valorização das seções literária e artística, em que se destacavam as colunas assinadas pelos membros da Academia Brasileira de Letras*(JORNAL DO BRASIL, 9/4/1971, p. 5). Da equipe do jornal faziam parte nesse período o conde Afonso Celso, Carlos de Laet, Luís Murat, Medeiros de Albuquerque, Múcio Leão, Barbosa Lima Sobrinho e Aníbal Freire, entre outros.

Mesmo atuando com moderação e prudência em relação a questões políticas, com a eclosão da Revolução de 1930 o *Jornal do Brasil* sofreu fortes represálias, que culminaram na invasão de sua sede e no empastelamento de suas oficinas, ficando impedido de circular por quatro meses.

No relançamento, a posição do diário diante do Governo Provisório foi de cautela. Ainda assim, a atitude do matutino não era de simpatia para com o governo. *Timidamente, o Jornal do Brasil tecia algumas críticas e se engajava na campanha pela reconstitucionalização do país. Assim, em 1932, o jornal deixou entrever sua simpatia pela revolta paulista* (JORNAL DO BRASIL, 9/4/1971, p. 5).

Com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 1933, o *Jornal do Brasil* se engajou mais abertamente nas lutas políticas. O conde Pereira Carneiro

ingressou no Partido Autonomista e se candidatou à Constituinte. O jornal passou então a ser um dos veículos de divulgação da plataforma autonomista.

Para tornar o jornal mais competitivo e saná-lo economicamente, Pereira Carneiro, depois de eleito deputado, convidou José Pires do Rio para o cargo de diretor-tesoureiro. A orientação comercial adotada por Pires do Rio logo provocou uma série de divergências internas. Para ele, o *Jornal do Brasil* devia transformar-se num *boletim de anúncios*, deixando de lado as *preocupações com os grandes temas políticos e abandonando o interesse tradicional pelas artes e pela literatura. A seu ver, os literatos do jornal deveriam ser afastados*(JORNAL DO BRASIL, 9/4/1971, p. 5).

Dessa forma, o jornal foi perdendo importância como órgão noticioso, voltando-se quase que exclusivamente para os anúncios classificados. Mantendo suas primeiras páginas inteiramente ocupadas por anúncios, o jornal recebeu nessa época o apelido pejorativo de *Jornal das Cozinheiras*.

Segundo Sodré, essas tendências detectadas na trajetória do jornal que criaram possibilidades, estímulos e entraves para que fossem efetuadas mudanças profundas. De um lado, possuía-se uma experiência acumulada, uma tradição de grandes debates culturais e de conexão com os grandes problemas do tempo. De outro lado, havia as vantagens materiais trazidas pelo noticiário voltado para problemas locais e pelo boletim de anúncios, que possibilitavam ao jornal usufruir estabilidade financeira.

Foi com essas tradições e experiências que o *Jornal do Brasil* ingressou na década de 50 e defrontou-se com desafios para se adequar aos novos tempos. Esse conjunto de elementos do passado criou, sem dúvida, as condições para que pudesse ser desencadeada uma reforma mais ampla.

No início da década, duas figuras-chaves, Pires do Rio e Pereira Carneiro, que dominavam a orientação da administração do jornal morreram, abrindo-se espaço para maior atuação da condessa Pereira Carneiro e de seu genro Manuel Francisco do Nascimento Brito. Iniciava-se aí uma fase de transição, onde o processo de tomada de decisões assumia um papel-chave. As idéias de mudança estavam na mesa, mas não havia uma visão clara do que mudar e de como mudar.

A primeira iniciativa concreta foi a compra de um novo equipamento gráfico, capaz de fornecer ao jornal as condições técnicas necessárias a uma fase de expansão.

Depois, a condessa Pereira Carneiro viajou aos Estados Unidos e Europa, em busca de novas idéias para promover alterações no seu diário.

Em 1957 começaram a se concretiza as primeiras mudanças. Criado por Reinaldo Jardim, foi lançado o *Suplemento Dominical*. Começou misturando vários assuntos e depois se transformou num suplemento literário conquistando grande influência nos meios acadêmicos. Com isso começava-se a resgatar uma antiga experiência do jornal, de abrigar intelectuais e promover debates acerca das questões culturais do país.

Diante do êxito dessa experiência, a direção do jornal, composta então pela condessa Pereira Carneiro, Nascimento Brito e Aníbal Freire, percebeu de maneira mais clara as possibilidades de transformação. Graças as boas condições financeiras do jornal, *propiciadas pela administração austera de Pires do Rio, e que permitiram ao diário arcar com os gastos do processo de mudança que se iniciava* (JORNAL DO BRASIL, 9/4/1961, p. 5).

Tendo em vista a reformulação total do diário, a direção decidiu convidar Odylo Costa Filho para coordena-la. A primeira providência tomada por ele foi a organização de uma nova equipe, composta de jornalistas jovens, vindos do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, entre os quais se destacavam Jânio de Freitas, Carlos Castello Branco, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Ferreira Gullar entre outros.

Com sua nova equipe, o jornal começou ampliando seu noticiário político nacional e aumentando o número de páginas. Em março de 1957, a primeira modificação substancial na apresentação do jornal foi a publicação de uma fotografia na primeira página. Introduzida a título de experiência, a foto foi incorporada definitivamente, embora a primeira página continuasse ocupada basicamente por anúncios.

Em seguida foi implementada por Carlos Lemos e Jânio de Freitas a organização da página de esportes. Funcionando como um verdadeiro laboratório de experiências, essa página apresentou uma série de alterações, que depois se incorporariam a todo o jornal, tanto na diagramação como no estilo das fotos e das matérias mais criativas. Aí, por exemplo, foram pela primeira vez eliminados os fios que separavam as colunas de textos.

Paralelamente, à medida que o noticiário político ganhava destaque, a linha do jornal se definia com maior precisão. Embora mantivesse sua tradição de evitar o comprometimento partidário explícito, o *Jornal do Brasil* assumiu uma posição de crítica declarada ao governo Kubitschek, acusando-o de corrupção e de responsável por desmandos na construção de Brasília.

Em 1959, com a saída de Odylo Costa, Amílcar de Castro foi encarregado de fazer a remodelação visual, começou mudando a página dos editoriais. Em seguida, a primeira página, que até então era composta quase inteiramente por anúncios, foi radicalmente reestruturada, passando a ser ocupada pelo noticiário e preservando apenas uma pequena faixa na coluna direita e no rodapé, em forma de L dos antigos classificados. Segundo Mario Sergio Conti, para tomar essa decisão a condessa Pereira Carneiro viajou a Londres para conversar com os diretores do *The Times*, que já havia anos retirado os anúncios da primeira página

Em seguida, concretizaram-se as principais modificações gráficas no corpo do jornal. Assim, em 1960 os classificados passaram a compor um caderno separado, o Caderno C. Ao mesmo tempo, surgiu o Caderno B, editado por Reinaldo Jardim e voltado para amenidades e cultura em geral, com destaque para cinema, artes plásticas e teatro. Esse caderno também publicava fotos curiosas como a do presidente Jânio Quadros com as pernas entrançadas, publicada em agosto de 1961.

Em 1961, com a entrada de Alberto Dines, a reformulação do *Jornal do Brasil* finalmente se consolidou. Foi Dines – editor do jornal de 1962 a 1973 – quem sistematizou as modificações, permitiu que o diário passasse a ocupar posição de prestígio na imprensa carioca, ganhando nova estatura na formação da opinião política do país e estimulando a reestruturação gráfica dos demais periódicos.

Em 1964, Dines viajou para os Estados Unidos e fez um curso de três meses em aperfeiçoamento em jornalismo na Universidade de Columbia e estagiou em jornais americanos. O objetivo da condessa Pereira Carneiro e de Nascimento Brito era que o *Jornal do Brasil* tivesse prestígio, desse lucro e fosse independente.

Aliado a isto, a vontade da condessa era ter um jornal de peso social que fosse lido e respeitado pela elite político-intelectual do país e deu total apoio ao editor para realizar o projeto. Nesse sentido, Dines modernizou as editorias de fotografia, política, economia, cidades e esportes e contratou colunista de peso que se tornariam

leitura obrigatória da elite carioca : Zózimo Barroso do Amaral, social, Carlos Castello Branco, político, e Armando Nogueira, esportes.

Apesar de ter uma visão crítica e de oposição ao governo, mesmo os militares, o *Jornal do Brasil* manteve os atributos que sempre nortearam sua atuação, definindo-se como um órgão *católico, liberal-conservador e defensor da iniciativa privada*.

AI-5 NO JORNAL DO BRASIL

Como já vimos no capítulo I, o ano de 68 - desde maio até dezembro- foi marcado por importantes acontecimentos na história brasileira. Este foi um período conturbado, em que o país presenciou a edição do AI-5, responsável pelo recesso do Congresso e pela eliminação das garantias institucionais democráticas ainda vigentes. Também intensificaram-se a censura e a repressão a qualquer tipo de oposição ao regime militar, sendo reprimidas a liberdade de expressão, de pensamento e as manifestações da sociedade civil contrárias ao governo.

A ação da censura sobre o *Jornal do Brasil* pode ser dividida em três períodos. O primeiro vai de 13 de dezembro de 1968, quando foi editado o AI-5, até o dia 2 de janeiro de 1969, período no qual o jornal esteve sob censura prévia, aplicada na própria redação por majores do I Exército. O segundo começa no dia 3 de janeiro de 1969, quando o jornal resolveu acatar a autocensura e vai até setembro de 1972. As ordens dos assuntos proibidos eram enviadas à direção do jornal e transformadas em comunicação interna aos responsáveis pela redação. O terceiro começa em 14 de setembro de 1972, dia em que a direção não quis mais receber as ordens, passando a resistir, e vai até outubro de 1975, quando a censura foi levantada. Nesse período, as ordens por escrito passadas pelos censores, já da Polícia Federal, foram transferidas para o editor e seus auxiliares.

O DIA DO AI-5 NO JORNAL DO BRASIL

O caso do *Jornal do Brasil* elucida o AI-5 como um marco representativo na história da censura. Pouco depois da edição do ato institucional, a redação do jornal recebeu a visita de cinco oficiais do Exército da Escola de Comando do Estado-Maior, para vistoriar a publicação do dia seguinte, 14 de dezembro de 1968. Ao se apresentarem como censores, o editor-chefe Alberto Dines foi conversar com o diretor

Nascimento Brito e argumentou com ele que o jornal tinha que, de alguma maneira, mostrar ao leitor que estava sendo censurado. Começava a nascer uma edição memorável, cheia de metáforas, figuras e clichês que haviam sido abolidos na década de cinquenta com a reforma gráfica e editorial da imprensa brasileira e do *Jornal do Brasil* em particular.

Dines teve a idéia de escrever a previsão do tempo de maneira peculiar. Apesar do verão de dezembro, a previsão meteorológica anunciava no alto à esquerda da primeira página: *Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° C, em Brasília; Min.: 5° C, nas Laranjeiras.* A linguagem cifrada era muito clara. A referência do local dizia respeito aos dois centros em que se situou o poder militar quando da redação e aprovação do ato: Palácio do Catete, no bairro das Laranjeiras e Palácio do Planalto, Brasília. As marcas absurdas da temperatura representavam o AI-5 e o Ato Complementar número 38, publicado na mesma data decretando o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Do outro no alto da página aparecia uma idéia de Carlos Lemos, que associou o AI-5 ao dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, padroeira dos cegos: *Ontem, foi o dia dos cegos*

A foto principal da primeira página era do general Costa e Silva na cerimônia de entrega dos espadins aos novos guardas-marinha. O presidente da República aparece um pouco inclinado para frente como se fosse cair. Na outra, uma cena ocorrida havia seis anos, simbolizando o golpe que a democracia levou com a decretação das medidas coercitivas, com a seguinte legenda: *Garrincha foi expulso quando o Brasil vencia o Chile na Copa de 62.*

Outro exemplo para tentar driblar a censura localizava-se na página reservada aos editoriais. Pela primeira vez em toda a história do jornal, no lugar reservado a opinião da empresa, que geralmente eram comentários políticos e análise de conjuntura, foi publicada uma foto quase de página inteira que mostrava um homem muito alto e forte, Anton Geesink, campeão mundial de judô, lutando e massacrando um homem de estatura bem reduzida. Outro exemplo de simbologia deixado para o leitor.

No fim da tarde daquele dia, um dos diretores do jornal, o embaixador José Sette Câmara, era preso por algumas horas pela Polícia Federal. A direção considerou a prisão uma afronta e suspendeu a circulação da edição de domingo, que estava

recheada de publicidade, pois era o último final de semana antes das festas natalinas e esta decisão tomada pela condessa Pereira Carneiro significava correr um risco de grande prejuízo.

Zuenir Ventura informa que nessa época os jornais diários não circulavam nas segundas-feiras e os leitores do *Jornal do Brasil* ficariam sem o diário por dois dias seguidos e a empresa sem faturar. *A solidariedade das agências de publicidade, no entanto, transferiu para a edição de terça-feira os anúncios que deveriam ter saído no domingo* (VENTURA, 1988, p. 265).

Poucos dias depois, como homenageado da formatura de uma turma de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dines fez um duro discurso contra a censura e foi preso num quartel do Exército passando o Natal no xadrez.

A CENSURA PRÉVIA- 15 de dezembro de 1968 a 2 de janeiro de 1969

Como os censores não notaram a sutileza, o deboche e os absurdos da edição de resistência, foram repreendidos e substituídos por outros que, segundo Alberto Dines, tinham mais experiência, eram mais duros e os critérios para vetar essa ou aquela notícia ficaram mais rígidos. Os militares permaneceram na redação até o dia 2 de janeiro de 1969, quando a direção do jornal entrou em entendimento com os generais do I Exército e resolveu adotar a autocensura. Nesse período de censura prévia, que passaremos a analisar agora, o *Jornal do Brasil* parecia mais o Diário Oficial da União fazendo um jornalismo meramente declaratório com longas matérias de interesse do governo, com declarações de ministros e textos de decretos presidenciais publicados na íntegra.

Para constatar isso basta examinar a coleção do jornal no período. No dia 17 de dezembro as páginas 5 e 6 reservadas ao noticiário político nacional e editoriais, que o jornal suspendeu, estavam recheadas de longas notas oficiais, entre aspas. A matéria *Suspensão dos direitos políticos será por ato*, na qual o ministro da Justiça Gama e Silva declarava que as cassações que por ventura viesse a ocorrer seriam baseadas em ato complementar ao AI-5.

O deputado Clóvis Stenzel, Arena do Rio Grande do Sul, declarou ontem no Rio que tão logo o Governo e a revolução tenham suficiente e adequada sustentação parlamentar, os

aspectos discriminatórios do Ato Institucional n. 5 cessarão de produzir efeitos (JORNAL DO BRASIL 17/12/68, p.5).

O texto continua com uma declaração contraditória do deputado: *O Governo e as Forças Armadas não querem a ditadura e repelem até mesmo a idéia. Certamente que tivesse havido sustentação parlamentar, não teria sido necessário ao Governo editar o ato institucional (JORNAL DO BRASIL 17/12/68, p. 5).* A matéria encerra com intertítulo NOVO PARTIDO informando que o deputado governista manifestou-se contra a criação de um novo partido político. *A Arena nasceu com a revolução e deve ser por ela preservada (JORNAL DO BRASIL 17/12/68, p. 5).*

Nesse mesmo dia, a notícia *Diário Oficial publica o AI-5 e AC-38 sem a exposição de Gama e Silva*, esclareceu que os funcionários da Imprensa Nacional trabalharam horas extras para imprimir o texto que foi publicado sem a exposição do ministro justificando a edição dos atos, através da Agência Nacional.

Nesta matéria, novamente com o intertítulo NOVO PARTIDO, o jornal publicou declarações dos deputados Jorge de Lima e Geraldo Freire defendendo a idéia de criação de outro partido, que *expresse somente as tendências revolucionárias e não um misto de paixões de vícios legados pelas agremiações extintas pelo AI-2.* (JORNAL DO BRASIL 17/12/68, p. 6)

Essas duas matérias com comentários de deputados arenistas, provavelmente foram passadas despercebidas pelos censores, pois o assunto era um dos temas proibidos pelo Governo.

Continuando a publicação de declarações oficiais, um texto na página 7 com o título *IV Exército pede calma aos nordestinos*, afirmava que algumas medidas seriam tomadas para cumprir o AI-5, mas somente nos casos absolutamente necessários e *com estreito censo [sic] de justiça, de modo a preservar a dignidade humana.* (JORNAL DO BRASIL 17/12/68, p. 7)

O jornal informou que o governador do Ceará, Plácido Castelo, despachava normalmente e encontrava-se afinado com os militares da 10ª Região. Esclarecia ainda que os bares funcionavam normalmente, as repartições públicas estavam abertas e havia uma grande movimentação nas lojas para as compras de Natal. Fechando o texto, estranhamente, um comentário sobre futebol cearense através do intertítulo JOGO, *o povo comenta o jogo Ceará x Fortaleza, suspenso por falta de energia no estádio*

quando era vencido pelo Ceará por 1 a 0, dando renda de NCr\$ 35 mil. Acreditamos que o jornal quis comunicar ao seu público leitor através dessa simbologia que estava sob censura. Ou então ocorreu um erro de edição.

No dia 18 de dezembro, foi publicada uma extensa matéria com o título *Exército entrega espada a novos oficiais-generais*. O texto, em quatro colunas, ocupando quase toda a página 5, trouxe na íntegra o discurso do general Costa e Silva e do general Lira Tavares, ministro do Exército.

Noutra página, a notícia *Israel Pinheiro F^o quer dois partidos do Governo e dois para a oposição* informava que o deputado arenista defendia a criação de outros partidos, argumentando que não havia mais condições de sobrevivência para as duas atuais agremiações partidárias.

Lembrou o deputado mineiro que nestes três anos o país todo ficou conhecido pela fragilidade da união das mais diversas correntes políticas, aglomeradas na Arena e no MDB. Se um deputado apoia o Governo no âmbito federal, quase sempre discorda do Governo estadual. Declarou que quando isso não acontece, o parlamentar não encontra apoio partidário para a sua atuação estadual, porque pertence a uma corrente minoritária na região. (JORNAL DO BRASIL 18/12/68, p. 7)

O jornal informou os argumentos de Israel Pinheiro, pois as bases estaduais já existiam em praticamente todas as unidades federativas, persistindo forças da UDN e do PSD através de prefeitos, deputados estaduais e governadores. *O senhor João Roma, secretário geral da Arena, manifestou-se contra o exame do problema, por achar cedo para isto (JORNAL DO BRASIL 18/12/68, p. 7).*

As outras notícias políticas desse dia tratavam sobre questões militares como *Presidente reúne chefes militares, Comando se reúne em Minas, Sodré está entrosado com o Exército, Comandante retorna à 10.^a RM*. Esta matéria relatava o retorno de férias do comandante da 10.^a RM em Fortaleza e informava que os militares não haviam divulgado comunicado sobre prisão. Nenhuma restrição foi imposta além da interdição de áreas militares fronteiras aos quartéis. *Reina a calma nesta capital e no interior. O discurso do Presidente Costa e Silva causou grande repercussão: a população ouviu-o, atenta, ao pé do rádio (JORNAL DO BRASIL, 18/12/68, p. 7).*

O leitor mais atento a este texto notaria o veto da censura às verdadeiras repercussões do discurso do general-presidente.

Na página 5, outra pequena nota com o título *Cel Munhoz volta às fileiras*, é uma prova que o jornal estava sob censura prévia. O texto relatava que o ministro do Exército, general Lira Tavares, mandou retornar ao serviço ativo o coronel Raul Lopes Munhoz. *O coronel fora exonerado, a pedido, da chefia de Gabinete do Departamento de Polícia Federal* (JORNAL DO BRASIL, 18/12/68, p. 5). O diário não esclareceu aos leitores os motivos que levaram o militar a pedir exoneração.

No dia 19 de dezembro, o *Jornal do Brasil* circulou estampando discursos oficiais. Foram duas páginas dedicadas à solenidade de formatura dos estagiários da Escola Superior de Guerra. Foi transcrito integralmente, ocupando quase a totalidade da página, o discurso do representante dos formandos, o procurador Artur Bernardes Alves, um texto grotesco defendendo a *Revolução de 64*, a segurança nacional e sua doutrina, a Escola Superior de Guerra e a política norte-americana.

“ Segurança nacional não pode ter a acepção vulgarmente difundida de atitude repressiva, mas envolve certamente a idéia de que todos nós, brasileiros, somos responsáveis pela preservação dos valores imanes da nacionalidade e pelo progresso no nosso grupo social, formado de indivíduos livres. Não se pode admitir que a liberdade seja utilizada para matar a liberdade, e o estado Democrático tem o dever indeclinável de assegurar a sua própria sobrevivência, atributo que é da Nação livre ” (JORNAL DO BRASIL, 19/12/68, p. 4).

Na outra página, uma matéria com o título *Presidente diz que os de mãos limpas não tem razão de temer*, na qual o general Costa e Silva, presente a mesma solenidade, saudou os diplomados dizendo que ninguém de consciência podia temer o poder que nas suas mãos a Revolução concentrou e advertiu as pessoas que ele chamou de,

“ beneficiários da vida faustosa e fácil e do enriquecimento. Não se iludam todos que até agora ficaram impunes, os que lutaram por um poder político negando apoio ao Governo.

Havemos de fazer valer esses poderes a favor do povo. Que se tranqüilize a família brasileira" (JORNAL DO BRASIL, 18/12/68, p. 6).

Costa e Silva afirmou que o objetivo das medidas era *salvaguardar* a revolução e estava consciente de ter feito o melhor para preservar a obra que não era dele, mas de *todos os brasileiros*. O general continuou o discurso explorando as preocupações do Governo com o desenvolvimento econômico-financeiro do país. Para concluir, Costa e Silva afirmou que convocaria a *todos quanto tem alma a dar à verdadeira política, à arte de governar, à arte de estadista, à imensa tarefa de reconstruir a vida partidária de política genuína para cumprir de fato a nossa missão de grandeza* (JORNAL DO BRASIL, 18/12/68, p. 6).

Na mesma edição, uma notícia sobre censura: *Nota da 1.ª Região Militar esclarece razões da censura*. O general Siseno Sarmento disse que os objetivos da censura eram simplesmente proibir a divulgação de matéria "*subversiva de incitamento à desordem ou vise desmoralizar o Governo ou a Forças Armadas e possa perturbar o clima de calma que reina em todo o território nacional*" (JORNAL DO BRASIL, 18/12/68, p. 4). Na nota, o general salienta a importância da colaboração prestada pelos órgãos de divulgação *através de sua solidariedade a causa democrática e a ordem pública*. Em nossa hipótese, esta notícia escapou da tesoura dos censores, pois este era um dos temas proibidos. Este texto não teria sido publicado no período mais duro da ditadura, o governo Médici, que chegou a proibir a veiculação do discurso do Líder da Arena no Senado, negando a existência de censura no Brasil, como vimos no capítulo I.

Como esclarece o jornalista Zuenir Ventura, é importante destacar a falsa imagem de tranqüilidade que os militares queriam passar para a população através da imprensa, quando todos sabiam que medidas coercitivas estavam sendo postas em prática com a prisão de centenas de pessoas, principalmente nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo.

No dia 21 de dezembro, o jornal publicou uma longa entrevista com o ministro do Exército. Com o título *Defesa da democracia está na lei, diz Lira*, a matéria, ocupando mais da metade da página, relatava afirmações do general defendendo a democracia e pregando respeito às leis. "*A Revolução foi feita,*

principalmente, para combater a subversão e a corrupção, e devem servir a lei e a justiça. O novo Ato tem por fim, unicamente, eliminar o processo de esvaziamento da Revolução que estava, visivelmente, em curso" (JORNAL DO BRASIL, 21/12/68, p. 3).

Na matéria *Ato não causa problema ao Mar. Costa e Silva*, o jornal preservou a fonte que deu a informação. Um oficial do Exército desmentia versões que haviam sido publicadas na imprensa nacional e estrangeira, segundo as quais o presidente Costa e Silva estaria com dificuldades para aplicar o AI-5. "*Tomada a decisão e assinado o Ato, o Presidente partiu imediatamente para sua aplicação integral, editando no mesmo dia o AC-38, que colocou o Congresso em recesso por tempo indeterminado*" (JORNAL DO BRASIL, 21/12/68, p. 5).

Numa matéria sobre a instalação da Comissão Geral de Investigações foi publicado um discurso do ministro da Justiça Gama e Silva para funcionários do gabinete, agradecendo aos jornalistas que cobriam seu ministério pela divulgação de suas atividades e esclareceu o quanto é difícil e importante o dever dos repórteres de apurar informações para a população.

Disse que entendia a mágoa dos jornalistas credenciados pelas dificuldades à sua pessoa, mas pediu que "compreendessem que, nem sempre, na pasta política, as perguntas podem ser prontamente respondidas". Manifestou seu apreço à atuação dos jornalistas e lhes garantiu que "a falta de informações não se deve a impedimentos ou omissão sua, mas por força da constante atividade no seu ministério". Mesmo as perguntas "formuladas com maliciosa habilidade", disse que as entendia e não via razão para protestar contra elas (JORNAL DO BRASIL, 21/12/68, p. 7).

Depois o ministro falou informalmente com os jornalistas credenciados autorizando-os a divulgação das notícias.

No dia 25 de dezembro, a matéria *Brigada trata bem os presos*, sobre as prisões políticas amparadas no AI-5, traz nota oficial do comando da 2ª Brigada de Infantaria e Guarnições de Niterói, esclarecendo que os cidadãos sob a

responsabilidade do Exército estavam bem e “*com o devido respeito à dignidade da pessoa humana*”(JORNAL DO BRASIL, 25/12/68, p. 3). Tentando justificar as medidas repressivas, o general Carlos Ribeiro advertiu que os políticos tiveram mais de quatro anos para resolver o problema do país por meios políticos, mas não o fizeram.

A matéria *Gen. Itiberê acentua propósitos moderados* publicou a transcrição integral, ocupando metade da página, do discurso do general comandante da 4ª Região Militar. O general afirmou que as apreensões haviam diminuído e os militares podiam celebrar o Natal com a consciência de dever cumprido esclarecendo que *não nos faltará energia para irmos ao extremo a fim de manter a paz social. Jamais compactuaremos com a desordem, jamais permitiremos que os sadios postulados revolucionários sejam ofuscados ou maculados* (JORNAL DO BRASIL, 25/12/68, p. 3).

Finalmente, o jornal publicou uma pequena nota com o título *Oscar Passos anuncia contatos nesta semana*, com declarações tímidas do presidente nacional do MDB, único partido de oposição, afirmando que iria a Brasília para manter contatos com alguns de seus companheiros de partido com o objetivo de tratar de assuntos pessoais pendentes. A matéria informou que o Senador não tinha programado ainda nenhuma reunião da direção do partido. *O Senador Oscar Passos evitou comentar o quadro político brasileiro posterior à edição do Ato Institucional n.º 5* (JORNAL DO BRASIL, 25/12/68, p. 3).

No dia 28 de dezembro, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria, com a íntegra do discurso do general Costa e Silva, com o título *Presidente diz que Governo é ao gosto e estilo brasileiros*. Na presença de 198 oficiais-generais que o homenageavam, o presidente disse que o governo tentou o caminho da *tolerância* e viu-se traído pelo *impatriotismo* de não poucos e que *não almeja e nem tolera a ditadura. Mas que usará a força todas as vezes que for necessário e útil aos interesses maiores da nacionalidade*(JORNAL DO BRASIL, 28/12/68, p.3).

No mesmo dia, um texto sobre a possível reabertura do Congresso. Com o título *Stenzel apresenta três opções*, a matéria descrevia que o deputado gaúcho anunciava que a reabertura do Congresso estava na dependência da opção que *o Governo deveria fazer entre as três que lhe foram apresentadas. A Primeira, é o de recesso por tempo indeterminado; a segunda, de recesso por seis meses, e a terceira,*

a qual se filia o Sr. Clóvis Stenzel, recomenda a reconvocação do Congresso a partir do dia 1º de março (JORNAL DO BRASIL, 28/12/68, p. 5). A notícia esclarece os argumentos do deputado arenista de que seria contraditório estender por muito tempo o recesso do Legislativo Federal enquanto as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais estavam funcionando. E como o prazo de vigência do AI-5 era por tempo indeterminado seus efeitos não cessariam com a simples reabertura do Congresso.

Na página 6, a matéria *Andreazza aponta onda de boatos*, o ministro dos Transportes disse ao *Jornal do Brasil* que havia uma central de boatos funcionando com objetivo de atingir não somente a sua honorabilidade, mas a do próprio Governo.

O coronel Andreazza que invoca o intenso trabalho em que se dedica no ministério informa que já solicitou aos órgãos de inteligência do governo a realização de uma completa investigação para apurar os autores de onde saem os boatos em torno de sua pessoa sem qualquer base de prova (JORNAL DO BRASIL, 28/12/68, p. 6).

No texto, o jornal informa que os rumores tem o objetivo de minar a confiança do povo e das forças armadas na ação do Governo. "*Esses fazedores de intriga, encapuçados ou não, acham-se, sob a mira do Governo que dispõe de instrumentos fortes colocados em sua mão pelo o Ato Institucional n.º 5*" (JORNAL DO BRASIL, 28/12/68, p. 5).

O jornal não esclareceu a que boatos o ministro se referia. Alberto Dines aborda essa questão de que às vezes o rumor é mais importante que a notícia citando o exemplo de quando o general Costa e Silva adoeceu numa sexta-feira de agosto de 1969, a notícia só foi liberada pela censura no domingo à noite. O fato é que à tarde aconteceu uma partida de futebol entre Brasil e Paraguai e a ausência do presidente, assíduo freqüentador, foi notada na tribuna de honra do estádio. Quando a notícia oficial foi ao ar pela televisão, segundo pesquisa do *Jornal do Brasil* quase 15% da população já sabia que o general havia sofrido um derrame e estava hospitalizado.

Nesse sentido,

o boato e o rumor como fontes primárias de comunicação preenchem os vazios deixados pela falta de informação. Para extirpá-los, basta fornecer a verdade. A intriga e a mentira

campeiam no vácuo da informação. A suspeita substitui a evidencia, quando esta não pode circular (DINES, 1986, p.135)

No início de 1969, foi distribuído às redações um decálogo intitulado *Regras Gerais da Censura* com orientações dos assuntos que os jornais não poderiam abordar. O documento, sem data e assinatura, proibia que se reclamasse da censura, vetava críticas ao regime militar e apagava qualquer notícia sobre atividades subversivas. Além disso, resguardava a economia, as bolsas de valores e a política habitacional. Eliminava a possibilidade de tensão entre o Governo e a Igreja, estudantes e sindicatos. Também condenava a publicação de notícias sobre países do bloco comunista, bem como a exaltação da imoralidade e do homossexualismo. Enfim como recomendava o item 4: *Estão proibidas notícias sensacionalistas que prejudiquem a imagem do Brasil, e tendentes a desnaturar as vitórias conquistadas* (DINES, 1986, p.136). Essa era precisamente a versão do Brasil que os militares queriam mostrar: Um país com regime do qual não se desgostava, onde não havia dissidentes, onde vigia uma política habitacional equânime e uma boa distribuição de renda, sem comunistas, sem homossexuais e com algumas pequenas questões que só seriam exaltadas por aqueles que agissem contra a ordem.

Em verdade, como se pode observar nas matérias do *Jornal do Brasil* discutidas aqui, os jornais ficaram proibidos de noticiar coisa alguma, a não ser inaugurações de obras, notas e discursos oficiais e amenidades.

A AUTOCENSURA- 03 de janeiro a 26 de outubro de 1969

Neste período, os principais temas políticos destacados pelo *Jornal do Brasil* foram: o AI-5, a reforma constitucional, a oposição armada ao regime militar e a sucessão do general Costa e Silva. Nesta fase, interessa-nos saber como o jornal interpretou a implantação de medidas coercitivas e como portou-se diante da substituição militar para a presidência do país. Além disso, focalizaremos a questão da reforma constitucional em 1969. E finalmente, a posição do diário sobre a oposição armada ao governo ditatorial.

O *Jornal do Brasil* e o recrudescimento do regime militar

Durante o processo sucessório do general Costa e Silva, setembro de 1969, havia uma conjuntura de crise política, com diferentes grupos militares lutando pelo poder. Desta maneira, interessa-nos saber qual a posição do *Jornal do Brasil* frente a estes acontecimentos. Para tanto, propomos verificar a quem o jornal abriu espaço durante a sucessão presidencial. Isto pode ser observado através das entrevistas que publicou. A sucessão de Costa e Silva foi marcada por crises e prováveis candidatos com suas diferentes posições. Em nossa hipótese, a posição do *Jornal do Brasil* pode ser observada através da escolha do que publicar e de quem ouvir em suas entrevistas e reportagens.

No período de janeiro até o final de outubro de 1969, quando o general Garrastazu Médici foi escolhido presidente, o diário destacou dois processos: a escalada das ações armadas da esquerda, e a esperança de retorno às instituições democráticas representada pela atuação dos liberais, simbolizados na figura do vice-presidente Pedro Aleixo, na proposta de reforma constitucional. Com isso, pergunta-se se o jornal foi ou não favorável à reforma constitucional enquanto um meio para a abertura do regime; além de constatar se o diário apoiou ou não o aumento da repressão às atividades ditas "subversivas."

O *Jornal do Brasil* e o pós-AI-5

Após a decretação do ato, o *Jornal do Brasil* informou que o AI-5 foi uma censura ao partido do governo: *Na decretação do recesso do Congresso por tempo indeterminado está o sinal mais evidente de uma nova fase em que a Revolução se reinicia sem a classe política* (JORNAL DO BRASIL, 22/01/69, p.5). Esta matéria informava que a revolução tinha recomeçado em 13 de dezembro de 1968, iniciando-se um período que se diferenciava do anterior em que ainda era possível *manter a legitimidade*, mesmo com o AI-1 e o AI-2. Era o chamado golpe dentro do golpe que aumentava os poderes do Executivo e deixava totalmente à margem a *classe política*.

Neste quadro de crise, o *Jornal do Brasil*, mesmo sob autocensura, recorreu ao método de expor várias posições do poder, sendo esta uma maneira encontrada pela diário para tentar burlar a censura e publicar reportagens sobre os assuntos importantes. Em 26 de janeiro, o ministro do Exército, Lyra Tavares declarava que "*o objetivo do AI-5 é tornar possível a obra de reconstrução nacional cujo*

desenvolvimento normal, toda nação sabe, exige um clima de ordem, o fortalecimento da autoridade e o combate sem tréguas à subversão. Por outro lado, o general Albuquerque Lima afirmava: *agora o governo está realmente de posse de todos os instrumentos para promover a reforma das estruturas superadas e que resistiam aos esforços de atualização pelos caminhos normais* (JORNAL DO BRASIL, 26/01/69, p.5).

O deputado arenista Clóvis Stenzel, político identificado com a "linha-dura", calculou *três meses para a 'limpeza da área', e que o Congresso será reaberto para funcionar em favor da Revolução* (JORNAL DO BRASIL, 27/01/69, p. 4).

Como podemos perceber, pelas matérias apresentadas, o *Jornal do Brasil* realizou uma crítica muito sutil ao processo de fechamento do regime causado pelo AI-5, pois este deixaria de lado a participação da classe política. E estas declarações, provavelmente só foram publicadas por se tratar de políticos identificados com o regime. No entanto, ao publicar a opinião de diferentes vozes participantes do governo, o diário mostrou que o AI-5 era necessário para controlar a *subversão* e, depois disso, o Congresso seria reaberto para funcionar normalmente e promover a abertura política de acordo com o governo militar.

Uma outra questão destacada, no imediato pós-AI-5, foi a reforma constitucional que seria chefiada pelo vice-presidente, Pedro Aleixo. Em editorial, no início de fevereiro, defendia que os rumos políticos do país poderiam mudar.

Neste momento, entreabre-se a porta para a volta à normalidade. Em dois episódios sucessivos, o presidente Costa e Silva demonstrou há dias que está chegando a hora. Primeiro, reduzindo a punição revolucionária imposta aos políticos e, logo em seguida, recebendo em audiência previamente anunciada o vice-presidente Pedro Aleixo, para tratar da reforma constitucional (JORNAL DO BRASIL, 20/02/69, p.6).

Em outra matéria, o jornal afirmava que a reforma constitucional estava em debate nos bastidores. De acordo com o diário, Pedro Aleixo trabalhava no pressuposto de que, feita a reforma, cessariam os motivos que mantinham vivo o AI-5. Aleixo concordava em que os poderes presidenciais deveriam ser aumentados, mas

"entendia indispensável a autonomia parlamentar, sem a qual seria inútil falar em abertura democrática" (JORNAL DO BRASIL, 27/05/69, p.5)

Poucos dias depois, o *Jornal do Brasil* mostrava esperança em relação à promessa de suspensão do recesso do Congresso, o que para o jornal era um *avanço significativo* (JORNAL DO BRASIL, 30/05/69, p.5)

Para o diário, o presidente Costa e Silva estava empenhando-se para decretar a abertura e para assegurar que ela se tornasse permanente. Em editorial declarava que

o Ato Institucional que encaminhará ao Congresso, para referendar o projeto da reforma constitucional deverá ser o último baixado por Costa e Silva. Este seria o caminho percorrido para limitar os poderes excepcionais conferidos pelo AI-5. Após isto, o presidente deverá marcar a data para que o Congresso volte a se reunir (JORNAL DO BRASIL, 20/08/69, p.6).

Segundo o *Jornal do Brasil*, com o Congresso reaberto, ele decidiria a revogação das medidas excepcionais, com o gradual restabelecimento dos direitos e garantias constitucionais. Com muita cautela, o diário defendia que *o Congresso, com realismo, renuncie a qualquer veleidade de contestação do regime e passe afinal a concentrar-se na atividade criadora dedicando-se à elaboração das numerosas leis complementares que a Constituição exige* (JORNAL DO BRASIL, 20/08/69, p.6)

Na semana seguinte, o *Jornal do Brasil* informou que, depois de três meses como coordenador da reforma Constitucional, as posições mais importantes defendidas por Pedro Aleixo foram pouco a pouco superadas. Assim, na redação final não foram aceitas por Costa e Silva: as eleições diretas nos Estados, a transferência para o futuro Congresso da missão de eleger o próximo presidente da República, o restabelecimento da "habeas corpus" para crimes políticos.

Mas tudo indica que o objetivo fundamental de Pedro Aleixo, na reforma da Constituição, está fora do texto constitucional: é a reabertura do Congresso, que poderá, mais tarde, emendar a mesma Constituição que agora surge impondo ao Congresso severas restrições. A motivação principal desse objetivo é a certeza de que o Congresso

funcionando amplia as perspectivas democráticas e permite esperar que novas aberturas venham a surgir (JORNAL DO BRASIL, 27/08/69, p.3).

Ao acompanharmos esta exposição sobre o que publicou em relação à reforma constitucional, podemos perceber como o jornal tinha esperanças no restabelecimento das instituições democráticas, na reabertura do Congresso, que havia entrado em recesso com o AI-5 e, posteriormente, na condução da abertura política pelo presidente Costa e Silva. Com isso, voltaria a importância dos civis no cenário político e estes poderiam concorrer à sucessão presidencial que se realizaria em 1970. A publicação das matérias sobre a reforma constitucional indica que o *Jornal do Brasil* acreditava na curta duração do ato. Para expressar estas visões, o *Jornal do Brasil* utilizava o expediente de dar voz a várias correntes do regime. Fazendo o jogo da autocensura, até mesmo o grupo que pregava um regime mais autoritário possuía espaço no jornal. Falava por meio de políticos arenistas, para ocultar e mostrar muito sutilmente seu desejo de abertura.

A oposição armada ao regime militar

Mesmo sendo um assunto delicado e proibido, o *Jornal do Brasil* destacou notícias sobre o aumento do terrorismo praticado pelos grupos clandestinos de esquerda. No dia 26 de fevereiro, trouxe uma matéria sobre a caça aos *subversivos*. O jornal apontou que *os bandidos assaltavam bancos para render dinheiro para financiar ações terroristas* (JORNAL DO BRASIL, 26/02/69, p. 7) e destacou Carlos Marighella como um homem *perigoso e com idéias avançadas*.

Em maio, o diário realizou uma reportagem sobre Carlos Lamarca com um título *Assalto subversivo*. Segundo o jornal, *o ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca, um homem frio, subversivo, trocou a farda pela terrorismo*. A matéria destacava que Lamarca era membro de uma organização, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que se preparava para a luta armada e o seu papel, dentro deste grupo, era o de liderar ações para obter dinheiro e armamentos.

O jornal abriu espaço para técnicos militares, estudiosos e especialistas no combate à subversão e ao *terrorismo* e mostrou suas respostas sobre este tema. A principal questão era que, para os militares, o *terrorismo* de esquerda era um estágio

da guerra revolucionária, imposta ao povo, com o objetivo de implantar um regime de esquerda, de fundo ideológico marxista-leninista. Mas, segundo os militares, a população estava contra os *radicais* e era necessária a participação dela prestando toda e qualquer informação que seria útil no *combate ao inimigo comum*.

É importante destacar que o *Jornal do Brasil* usou palavras como assalto, bandido, subversivo e terrorismo. Estes termos pejorativos indicavam que as atividades oposicionistas realizadas por organizações de esquerda eram tratadas pelo diário como associadas ao banditismo. Desta maneira, como veremos posteriormente, o jornal preocupava-se com o fortalecimento da esquerda e temia que suas atividades *subversivas* também provocassem o fortalecimento da extrema direita e um fechamento cada vez maior do regime. No entanto, o uso de palavras como "subversivo" e "terrorismo" era permitido pelo governo militar e, por isto, as matérias com o uso destas palavras desagradavam menos ao regime. O objetivo do governo era passar para a população uma imagem de que a oposição ao regime identificava-se com bandidos. Assim, em nossa hipótese, o jornal defendia o controle das organizações clandestinas, não só para ser simpático ao governo, mas para evitar o fortalecimento dos grupos ligados à repressão.

Neste sentido, aparece aqui, uma questão para se tentar uma conclusão: em relação à luta armada, o *Jornal do Brasil* e o regime militar estavam do mesmo lado. Tudo indica que o jornal identificava-se com o governo nesta questão e obtinha dados do Exército para criticar as organizações de esquerda. Esta pode ser a razão- além do pacto de autocensura- pela qual o diário não publicava denúncias de torturas aos presos políticos. E também porque esses temas muito polêmicos o jornal preferia ocultar de acordo com a orientação da censura.

Assim, o *Jornal do Brasil*, nitidamente, criticava as organizações de esquerda que defendiam a luta armada e a implantação do socialismo no Brasil. O diário acreditava que, se não houvesse reações extremistas em relação ao regime militar, isto facilitaria a abertura política almejada por todos. Por outro lado, tendo em mente as características do jornal acenadas anteriormente, seria um contra-senso uma instituição capitalista em sua essência defender organizações contrárias a este modo de produção.

A sucessão de Costa e Silva

O *Jornal do Brasil* acreditava que na última semana de agosto, o presidente Costa e Silva baixaria através de ato institucional a *tão esperada* reforma constitucional.

A Carta será promulgada simultaneamente ao Ato Complementar, que já está redigido, e suspenderá o recesso do Congresso Nacional. Segundo informações de Brasília, a reforma na Constituição adotará a correção monetária para vencimentos e salários e antecipa a eleição do futuro presidente da República (JORNAL DO BRASIL, 27/08/69, p. 3).

Porém, em 02 de setembro, o *Jornal do Brasil* anunciou a doença do presidente Costa e Silva e, por isso, *a nova Constituição do país e a reabertura do Congresso foram adiadas* (JORNAL DO BRASIL, 02/09/69, p. 3). Os ministros militares informaram que a situação do Brasil impedia a transferência do poder para o vice-presidente da República, Pedro Aleixo, como previa a Constituição de 1967 em vigor. Segundo o jornal:

O vice Pedro Aleixo teria se avistado com o ministro do Supremo Tribunal Adauto Cardoso e ambos entendiam que a ascensão do vice-presidente à presidência interina era impossível. Os políticos também já tinham certeza, e se conformavam, de que o anúncio da reabertura do Congresso estava automaticamente adiado(JORNAL DO BRASIL, 02/09/69, p. 6).

A partir desta data, o assunto mais comentado pela publicação passou a ser a sucessão do presidente enfermo, depois do diagnóstico de um médico francês afirmando que Costa e Silva não tinha mais condições de reassumir o seu posto.

Conforme o jornal ,

se o presidente não se recuperar logo - e esta possibilidade se apresenta como a mais provável - a solução provisória do governo dos ministros militares aparentemente não tem condições de manter-se. De acordo com o AI-12, a Junta se

comprometeu a aplicar os planos do governo Costa e Silva, que previam a reabertura do Congresso e uma nova Constituição. Mas desde o seqüestro do embaixador americano, o combate à subversão ficou sendo o primeiro objetivo da Revolução (JORNAL DO BRASIL, 16/09/69, p. 6).

Em seguida, o jornal cobra da Junta Militar, *comprometida com a democracia*, uma definição urgente em relação a eleição presidencial, que deveria ser coordenada pelos três ministros. *A sucessão presidencial a ser procedida de imediato é a peça principal de um processo de consolidação das idéias motoras de 64 sob formas democráticas viáveis e estáveis* (JORNAL DO BRASIL, 18/09/69, p. 3).

Também, desde o AI-12, começaram a surgir rumores sobre a sucessão de Costa e Silva. Os nomes mais cotados foram apresentados pelo diário: chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Orlando Geisel; chefe do Estado-Maior do Exército, Antônio Carlos da Silva Muricy; comandante do Primeiro Exército, Syzeno Sarmiento; comandante do Terceiro Exército e ex-chefe do SNI, Garrastazu Médici; ministro do Exército, Lyra Tavares e o general Albuquerque Lima. A jornal levantou algumas questões: que papel teria o Congresso na indicação e no governo do novo presidente, quanto tempo duraria seu mandato e o país teria ou não uma nova Constituição?

No dia 24 setembro, com o título: *As Esperanças da Revolução*, o *Jornal do Brasil* cobrava que a nação esperava a todo instante um novo presidente e a convocação do Congresso para referendá-lo. Segundo o jornal, para os políticos havia pouca ou nenhuma participação e eles permaneceriam de férias. Com as primeiras reuniões dos Altos Comandos militares realizadas nos ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, a "solução civil" mostrou ser muito difícil (a resolução já era óbvia desde que os ministros militares não julgaram oportuna a posse do vice-presidente civil Pedro Aleixo).

A seguir, o jornal mostrou que os militares, embora contrários a um ou outro nome, estavam unidos em torno dos princípios do movimento de 64: todos eles eram nacionalistas, todos queriam combater a subversão e a corrupção e todos defendiam o desenvolvimento. *Para acertar todos os detalhes dentro dos objetivos comuns, em*

busca da unidade, generais e oficiais das demais patentes reuniram-se e falaram em duas pessoas: general-de-Exército Emílio Garrastazu Médici e general-de-Divisão Afonso Albuquerque Lima (JORNAL DO BRASIL, 24/09/69, p.7). De acordo com o diário, saíram boatos sobre as listas com os resultados das consultas realizadas a todas as altas patentes das Forças Armadas. O jornal informou através de “fontes palacianas” os números da pesquisa: o Exército iria indicar o general Médici que teria obtido mais de 60% do apoio de seus 118 generais. Nas listas apareciam em seguida os nomes dos generais Orlando Geisel e Albuquerque Lima. Segundo o jornal, nem Médici, nem Albuquerque Lima se consideravam candidatos:

Ambos são generais e sabem que as eventuais divergências com relação ao futuro da Revolução devem ser resolvidas dentro de um esquema que não abale a unidade da Nação. O nome a ser escolhido pelo Alto Comando deverá polarizar todas as correntes da Revolução de modo a atender os interesses do país(JORNAL DO BRASIL, 18/10/69, p. 3).

O general da reserva Hugo Bethlem fez uma síntese da situação: o general Garrastazu representaria, em primeiro lugar, a continuidade do governo Costa e Silva e, secundariamente, a continuidade da Revolução. O general Orlando Geisel representaria, acima de tudo, a continuidade da Revolução. E o general Albuquerque Lima representaria uma mudança nos rumos da Revolução. Conforme o diário, o general Médici, racionalizando a administração, procuraria facilitar a execução de um programa igual ao do presidente Costa e Silva. Já Albuquerque Lima possuía um programa dentro da Revolução, quase radical.

Finalmente, no dia 26 de outubro foi anunciada a *eleição* para a presidência do general Médici e para a vice-presidência do almirante Augusto Rademaker; eles receberam 293 votos e houve 76 abstenções num total de 369 votos do Congresso. O *Jornal do Brasil* publicou o discurso do presidente do MDB, Senador Oscar Passos: “a eleição do presidente da República, no momento atual, traduz a expectativa do retorno à normalidade democrática. Aqui presentes, queremos significar que damos um crédito à prometida normalização da vida nacional.” (JORNAL DO BRASIL, 26/09/69, p. 5). O diário concluiu:

O país espera do general Médici equilíbrio e ponderação e que é preciso que cada um dê livremente e com entusiasmo o seu quinhão de sacrifício e de esforço para emprendermos juntos a obra de construção nacional e na necessidade de marcharmos juntos no caminho da normalização da vida democrática brasileira(JORNAL DO BRASIL, 26/10/69, p. 4).

Desta maneira, o general Médici foi escolhido presidente e o *Jornal do Brasil* acreditava que a normalidade democrática estava próxima, no entanto passava-se a imagem de uma unidade patriótica num quadro em que mudava-se o presidente, mas o aparato continuava o mesmo. O general Médici assumiu o governo, a 30 de outubro de 1969, prometendo *redemocratizar o país e governar em nome do povo para manter viva a revolução* até o término de seu período administrativo. Mas o novo governo ditatorial viria a ser o mais repressivo e arbitrário de todo o ciclo militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liberdade de imprensa e o direito a informação são direitos universais e inalteráveis do mundo moderno, porque se baseiam na própria natureza humana. Trata-se de direitos ativos e passivos ao mesmo tempo: de uma parte, a busca da informação e, de outro, a possibilidade de recebê-la por parte de todos. Mas não basta proclamar em teoria esses direitos é preciso defendê-los e orientá-los na prática.

Com relação a indústria cultural consideramos que ela desenvolve um processo social global que transforma a cultura em bem de consumo, tendo os meios de comunicação como produtos desta indústria. Além disso, na análise da imprensa, ressaltamos que ela trabalha com a difusão de idéias, implicando na sua não neutralidade diante dos acontecimentos sociais.

Durante o período militar brasileiro, esta indústria cultural foi fortalecida, e havia também um forte mecanismo de controle por parte do governo, ou seja, a censura que pretendia impor como única a versão do poder. Essa versão, que podia ser imposta através de diversos recursos, dependia da pressão sobre tudo aquilo que podia contradizê-la. Agia, portanto, eliminando alguma verdades factuais que poderiam desmentir um conjunto de argumentos destinados a propagar a opinião oficial.

Mais do que censurar, no Brasil, o Estado foi o grande responsável pelo desenvolvimento da indústria cultural e, por isso, podia pressionar a grande imprensa através da liberação ou não de recursos financeiros para o seu próprio desenvolvimento; autorizar ou não a importação de equipamentos gráficos; e também realizar ou não a publicidade nos órgãos de comunicação. O incentivo à indústria cultural e também à modernização do país pelo governo brasileiro era uma forma de controlar os conflitos sociais e promover o desenvolvimento de acordo com os seus ditames. É por isso que havia apenas o incentivo à produção de bens culturais autorizados pelo governo e, em meio à modernização, as questões sociais se agravavam, aumentando a concentração de renda e a miséria no país.

Para os militares, a imprensa deveria ter o papel de construção da sociedade de acordo com aquilo que a ditadura pretendia ser. O regime era violento, repressor, mas desejava transmitir uma imagem de um país democrático que crescia e se desenvolvia. Neste aspecto, a maioria dos órgãos de comunicação acompanharam este pensamento,

mas também tiveram momentos de contestação aos acontecimentos políticos que os prejudicavam.

Em relação ao *Jornal do Brasil*, destacamos o seu caráter empresarial que preservava as relações capitalistas; o caráter conservador de suas matérias.

Além disso, o jornal manteve uma posição conciliadora com os governos militares e muitas vezes ambígua quando incentivava a abertura política do regime. Isto porque ele apoiava a política econômica oficial, pois se favorecia com ela. As críticas do jornal sempre foram muito cautelosas porque havia o medo de provocar a "linha-dura", o que poderia levar o país a um retrocesso ainda maior. O jornal não queria uma ruptura radical com a ordem social, política e econômica e, ao mesmo tempo, não queria o controle da liberdade de informar.

A autocensura diz respeito à aceitação, por parte dos jornais, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais, quando o papel censório é transferido do Estado para a direção dos órgãos de comunicação, que assume a função de comunicar a seus repórteres o que podem ou não escrever. O *Jornal do Brasil* optou por essa direção, a partir de janeiro de 1969, não resistindo, por acreditar, que dessa forma poderia noticiar o máximo possível por vias indiretas, tentando comunicar nas entrelinhas o que era proibido. Uma segunda hipótese para justificar a autocensura estaria ligada a questão dos interesses político-econômicos do jornal e sua relação com o Estado.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Editorial Presença, Lisboa, 1980.
- ALVIM, Thereza Cesário (org.). *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- ANDRADE, Jerffeson. *Um jornal assassinado*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78) - o exercício cotidiano da dominação e da resistência- O Estado de S. Paulo e Movimento*. São Paulo, USP, 1990.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica. As técnicas do jornalismo*. São Paulo, Ática, 1990.
- BARDAWIL, José Carlos. *O repórter e o poder: uma autobiografia*. São Paulo, Alegro, 1999.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República (V. IV)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- BRASIL, Constituição de 1988. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília., Senado Federal, 1990.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996.
- BUENO, Márcio. *A imprensa alternativa ontem e hoje*. In : Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.
- CAPARELI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo, Cortez Editora, 1982.
- CASTELO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976.
- CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. *Bravo Matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

- CAPELATO, M. H. *Dos arautos do liberalismo - imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa - jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo, Ática, 1995.
- COSTELA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- CHAGAS, Carlos. *Guerra das estrelas - os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1985.
- CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia*. Porto Alegre, L & PM Editores, 1979.
- CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do poder - bastidores da imprensa*. São Paulo, Summus, 1990.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*. São Paulo, Summus, 1986.
- DREIFFUS, René A. *1964, a conquista do estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil - o governo Médici (1969-1974)*. São Paulo, Global, 1986.
- GOLDENSTEIN, Gisela T. *Folhas ao Vento - análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- GOLDENSTEIN, Gisela T. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo, Summus, 1987.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.
- GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- HABERMAS, Jünger. *Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa*. In: *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo, Kairós Editora, 1984.
- IANNI, Octávio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista*. São Paulo, Editora Vozes, 1989.

- KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo, Brasil Debates, 1982.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo, Editora Página Aberta, 1991.
- LAGÔA, Ana. *SNI - como nasceu, como funciona*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LANDAU, Trudi. *Vlado Herzog: o que faltava contar*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia. Jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo, Ática, 1986.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo, Editora Kairós, 1984.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Quem manipula quem?* Petrópolis, Vozes, 1986.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. São Paulo, Global Editora, 1980.
- MARKUN, Paulo. *Vlado: retrato da morte de um homem e de sua época*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *Profissão jornalista: responsabilidade Social*. Rio de Janeiro, Editora. Forense, 1982.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia, um produto à venda*. São Paulo, Summus, 1988.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MORAES, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA ALVES, Maria H. *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MUNHOZ, Aylza. *Pensamento em marketing no Brasil*. São Paulo, Global Editora, 1985.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira - cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- PELLEGRINI, Tânia. *Aspectos da produção cultural brasileira contemporânea*. In: Crítica Marxista, vol. 1, n.2, Brasiliense, 1995, pp. 69-91.
- PINTO, Sobral. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte, Editora Comunicação, Belo Horizonte, 1977.

- REIS, Fabio V. *Censura e autoritarismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- RIVERS, Willian & Wilbur, Schramm. *Responsabilidade na Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro, Bloch, 1970.
- SANTOS, Luis Sérgio. *Comunicação e dominação*. Fortaleza, Editora do Autor, 1981.
- SALLES, Mauro. In: *Boletim Intercon*. n.º. 30 , maio de 1978.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Summus, 1991.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República* . São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver. Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1989.
- VENTURA, Zuenir C. *1968, O ano que não terminou*. São Paulo, Círculo do Livro, 1988.
- XIFRA-HERAS. *Boletim Intercom*. n.º.47, maio/abril, 1984.

ANEXO I - ICONOGRAFIA

Rejeita Kruschev a conferência de cúpula da O.N.U.

Resposta carioca do Sr. Dulles à proposta Russa

TENHA PACIENCIA, MISTÉR...



O Governo brasileiro ouviu, ontem, do Sr. Foster Dulles, que o Governo dos Estados Unidos não interfere nos negócios das companhias de petróleo com países estrangeiros...

B. A. JORNAL DO BRASIL
AV. Rio Branco, 110/112
Telefone — Geral — 22-1818

Edição de hoje:
36 páginas
2 cadernos

AVISOS

REPUBLICANA DO DISTRITO FEDERAL...
AGÊNCIA COPACABANA...
AGÊNCIA ATLÂNTICA...
AGÊNCIA PETROPOLIS...

AGENCIAS DE CONTABILIDADE...
AGENCIAS DE CONTABILIDADE...
AGENCIAS DE CONTABILIDADE...

AGENCIAS DE CONTABILIDADE...
AGENCIAS DE CONTABILIDADE...
AGENCIAS DE CONTABILIDADE...

AGENCIAS DE CONTABILIDADE...
AGENCIAS DE CONTABILIDADE...
AGENCIAS DE CONTABILIDADE...

AGENCIAS DE CONTABILIDADE...
AGENCIAS DE CONTABILIDADE...
AGENCIAS DE CONTABILIDADE...

O TEMPO:
Temperatura em elevação

Tempo bom com nebulosidade, acidez pela manhã, temperatura em elevação...

Boletim da falta de água

Ontem à noite o Departamento de Águas Anorcas...

ANÚNCIOS
VENDA AVULSA
ASSINATURAS
RECLAMAÇÕES
JORNAL DO BRASIL
AV. RIO BRANCO, 110/112
AGÊNCIA COPACABANA
AGÊNCIA ATLÂNTICA
AGÊNCIA PETROPOLIS

Table with columns for 'RECAO' and 'COLCACAO', listing various services and their associated costs.

Trabalho bom, Tempo bom em direção, Vento norte, fraco, Ondas 1,0 a 1,5 metros, 14.7. Não deslize na 1.ª pista do Estádio de São Januário.

O Colégio Militar dividiu ontem a tarde de 211 alunos em Portinari e Colégio para o exame de ingresso do Brasil, de 11 horas. A Secretaria de Educação também anunciou o número de matriculas em Colégios Militares e no ensino de escolas normais. Pág. 18.

Camara nega licença e Exército entra em prontidão

SOLIDARIEDADE MATERNA



D. Branco acompanhou na Câmara toda a votação e correu feliz para o filho ao saber que fora negada a licença para processar o

SOLIDARIEDADE DA CASERNA



Apesar de Brasília, o General Sisenio Sarmento (terceiro a partir da esquerda) recebeu o apoio dos comandantes de guarnições

JORNAL DO BRASIL
Edição 130112 - 14 de dezembro de 1968 - 143 páginas - 128 mil exemplares - Preço: R\$ 1,00 - Distribuição: 100 mil exemplares - Circulação: 100 mil exemplares - Endereço: Rua do Ouvidor, 11 - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-000 - Telefone: 251 1111 - Fax: 251 1111 - E-mail: jdb@brasil.com.br

DOS E PERDIDOS
Uma pessoa perdeu um documento importante. Quem quiser encontrar, por favor, contatar o Sr. João da Silva, Rua da Assembleia, 123 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

EMPREGOS
Oportunidade de emprego para profissionais da área de administração. Interessados devem enviar currículo para: Empresa S.A., Rua das Flores, 456 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

SERVICOS DOMESTICOS
Serviços domésticos disponíveis em áreas residenciais. Contatar: Serviços Domésticos Ltda., Rua da Paz, 789 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

ATUALIDADES - COLEÇÕES
Coleções de livros e revistas atualizadas. Contatar: Livraria da Cultura, Rua da Liberdade, 101 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

EMPREGOS
Oportunidade de emprego para profissionais da área de engenharia. Contatar: Engenharia S.A., Rua da Engenharia, 123 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

SERVICOS DOMESTICOS
Serviços domésticos disponíveis em áreas residenciais. Contatar: Serviços Domésticos Ltda., Rua da Paz, 789 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

Assuncionistas só aceitam acusações provadas em juízo

O superior-provincial dos assuncionistas, padre Nestor Guillemin, afirmou ontem que as acusações contra os religiosos presos têm de ser provadas na Justiça — "interpretação para e simples não é suficiente".
— disse — é a dos bispos brasileiros; queremos ir até o fim do processo, que nos levará à verdade real.
Hoje o padre Nestor Guillemin estará em Belo Horizonte, onde se reunirá com todos os clérigos inclusive quase 30 sacerdotes estrangeiros; e tentará aviar-se com os irmãos presos no Colégio Militar.

Exatamente isso, o Exército mostrou à Polícia Militar e à Polícia Civil os documentos que foram apreendidos na Igreja do Horto. (Página 12)

Governo tornará mais rigorosa a política salarial

O Governo exigirá no próximo ano maior rigor no cumprimento da política salarial imposta aos técnicos governamentais. Tal medida informaram que o Conselho Monetário Nacional decidiu não permitir que os aumentos ultrapassem a 24%, e que o Governo recorrerá à Justiça em todos os casos que fuja a esta determinação.
Os técnicos justificam que a medida fundamenta-se em dois pontos: o Governo concedeu aumento salarial no meio do ano; depois permitiu certa liberalidade com o chamado alforesco. Os técnicos acham que o poder aquisitivo do trabalhador esta recuando e, por isso, a política salarial seguirá a lei criada pelo ex-Ministro do Planejamento, Sr. Roberto Campos. (Página 13)

Exatamente isso, o Exército mostrou à Polícia Militar e à Polícia Civil os documentos que foram apreendidos na Igreja do Horto. (Página 12)

STF dá habeas para Vladimir e Luís Travassos

Em novo julgamento, o Supremo Tribunal Federal concedeu, por unanimidade, habeas-corpus aos militares exilados Vladimir Palmeira, Luís Travassos, José Dirceu e Antônio Ribas, presos durante o 3.º Congresso da extrema URNE, em Brasília, São Paulo. A Ordem mesmo do expediente a ordem de liberdade dos quatro.
No despacho que pronunciou em favor de Vladimir Palmeira, o ministro do STF, Celso de Faria, destacou o caráter essencialmente administrativo, tanto pública quanto privada, afirmando que ela deve ser revisto segundo os critérios para a concessão de habeas-corpus. (Página 11)

Exatamente isso, o Exército mostrou à Polícia Militar e à Polícia Civil os documentos que foram apreendidos na Igreja do Horto. (Página 12)

Bandidos levam NCr\$ 30 mil de banco paulista

Inexperientes e nervosos, seis homens armados de facas e revólveres assaltaram ontem à tarde a agência filial do Banco Paranaense do Brasil, em São Paulo, de onde levaram NCr\$ 30 mil. O assalto foi realizado em apenas três minutos, e os ladrões levaram mais NCr\$ 70 mil que estavam no cofre e numa gaveta por puro nervosismo.
Três dos assaltantes entraram no banco e o chefe disse a caixa: "Móda, quero fazer uma retirada de dinheiro para passar o Natal." Como o gerente se aproximasse, gritaram que era um assalto e exibiram as armas. Os ladrões deixaram muitas impressões digitais e ainda um cadêre com cinco balas do calibre. (Página 18)

Americanos deixam mar Negro e URSS recolhe 15 navios

Os contrabandistas norte-americanos Dyess e Turner deixaram ontem, inesperadamente, o mar Negro, ao mesmo tempo em que a União Soviética retirara 15 dos seus 60 navios de guerra do Mediterrâneo, numa manobra que não foi anunciada oficialmente nem em Washington, nem em Moscou.
A notícia foi divulgada em Londres e surpreendeu os observadores, que não souberam explicar os motivos concretos da decisão dos dois governos. Para alguns analistas, o recuo da URSS poderá ser atribuído "ao velho hábito soviético de recolher seus navios de guerra para os portos durante o inverno". (Página 2)

Sorteio hoje da Série E dá 70 prêmios extras

Com 70 prêmios extraordinários, oferecidos pela comissão em comemoração ao 10.º aniversário de criação, a Secretaria de Finanças realiza hoje a partir das 15 horas, na Loteria do Estado, o sorteio da Série E do concurso "Bônus Público" em Milhões.
Concluído o sorteio, a Secretaria de Finanças lançará a Série F extraordinária, programada em virtude da extinção da filial para a troca dos títulos que entram hoje em circulação. Os novos certificados poderão ser emitidos em 60 partes, variando desde as notas fiscais e comprovantes de prestação de serviços emitidos após 1.º de janeiro.

QUINZE AFRICANOS - Prêmios de 15 milhões para os quinze africanos que participaram do sorteio. Contatar: Comissão de Prêmios, Rua da Sorte, 123 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

EMPREGOS - Oportunidade de emprego para profissionais da área de administração. Contatar: Empresa S.A., Rua das Flores, 456 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

SERVICOS DOMESTICOS - Serviços domésticos disponíveis em áreas residenciais. Contatar: Serviços Domésticos Ltda., Rua da Paz, 789 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

ATUALIDADES - COLEÇÕES - Coleções de livros e revistas atualizadas. Contatar: Livraria da Cultura, Rua da Liberdade, 101 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

EMPREGOS - Oportunidade de emprego para profissionais da área de engenharia. Contatar: Engenharia S.A., Rua da Engenharia, 123 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

SERVICOS DOMESTICOS - Serviços domésticos disponíveis em áreas residenciais. Contatar: Serviços Domésticos Ltda., Rua da Paz, 789 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone: 251 1111.

Tempo negro. Temperaturas baixas. O sol está irrespirável. O país está com a cabeça baixa por fortes ventos. Min. 18º, em Brasília. Min. 17º, em Lages.

Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

O Ato Institucional n.º 5

Assinado pelo Presidente da República e por todos os Ministros do Estado, é o seguinte o Ato Institucional n.º 5, baixado ontem:

Art. 1.º — São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1954 e as Constituições estaduais com as modificações conseqüentes deste Ato Institucional.

Art. 2.º — O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, ao violando o mesmo a funcionar quando convocadas pelo Presidente da República.

1.º — Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

2.º — Durante o período de recesso, os senadores, os deputados federais, estaduais e os vereadores só poderão exercer a sua função.

3.º — Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3.º — O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição.

1.º — Os interventores dos Estados e municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que cabem respectivamente aos Governadores ou prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4.º — No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 15 anos e cassar mandatos eletivos, federais, estaduais e municipais.

1.º — Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5.º — A suspensão dos direitos políticos com base neste Ato importa, simultaneamente em:

1.º) cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

2.º) suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais;

3.º) proibição de atividades e manifestações sobre assuntos de natureza política;

4.º) aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigilada;

b) proibição de frequentar determinados lugares;

c) domicílio determinado.

1.º — O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições a proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos políticos ou privados.

2.º — As medidas de segurança de que trata o item 4.º deste Artigo, serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, de acordo com o parecer do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 6.º — Ficam suspensas as garantias constitucionais, ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade, assim como a de exercício de funções por prazo certo.

1.º — O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade qualquer titular das garantias referidas neste Artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das Forças Armadas, asseguradas, quando for o caso, vencimentos ou vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

2.º — O disposto neste Artigo e seu parágrafo 1.º, aplica-se também nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7.º — O Presidente da República, em qualquer das casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Parágrafo Único — Em caso de recesso do Congresso Nacional, fica suspensa a competência contida no 1.º do Art. 153 da Constituição.

Artigo 8.º — O Presidente da República, poderá, após investigação, decretar o estado de sítio de todos aqueles tenham comprometido ilicitamente no exercício de cargos ou funções públicas, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo Único — Proroga a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á a sua restituição.

Art. 9.º — O Presidente da República poderá baixar Ato Complementar para execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas "b" e "c" do parágrafo 1.º do Art. 153 da Constituição.

Art. 10 — Fica suspensa a garantia de habeas-corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 — Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Ato Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 — O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, prorrogada as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968.

O Ato Complementar n.º 38

É o seguinte o Ato Complementar n.º 38, baixado com o Ato Institucional n.º 5:

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 8.º do Ato Institucional n.º 5 de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º — Nos termos do Art. 2.º e nos parágrafos do Ato Institucional n.º 5 de 13 de dezembro de 1968, são decretado o recesso do Congresso Nacional a partir desta data.

Art. 2.º — O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, prorrogada as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968.

TRADIÇÃO QUE SE RENOVA



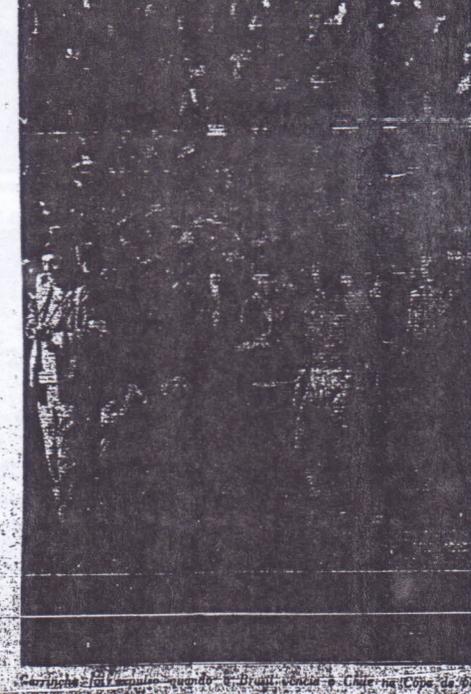
O Presidente dirige a entrega de pepédas aos novos guardas-marinha

IDENTIDADE PROFUNDA



Os Ministros militares confraternizam durante a homenagem à Marinha

HORA DRAMÁTICA



Recebe o fuzil quando o Brasil declara o Clube na Cópia de 1968

O Governo, depois de uma expectativa de várias horas, baixou, ontem à noite, o Ato Institucional n.º 5, e, com base nele, o Ato Complementar n.º 38, que decreta o recesso do Congresso Nacional, sem prazo determinado. Durante o dia e a noite de ontem o povo manteve-se calmo e não houve corrida aos bancos, apesar das apreensões de alguns cidadãos que, decidiram permanecer em seus escritórios ou nas ruas, à espera da palavra oficial do Governo através de *A Voz do Brasil* — e deixaram de chegar ontem às suas casas.

Houve grande movimentação, ontem, nos quartéis do Rio, onde continua rigoroso o regime de prontidão. Na Vila Militar, os ca-

minhões estão em posição de deslocamento. A Polícia Federal tem 400 homens, na Guanabara, "prontos para agir", e também estão totalmente mobilizadas a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Civil.

Várias reuniões sucederam-se na área militar. O Ministério do Exército apresentou movimento incomum, devido à presença dos comandantes das principais unidades aquarteladas no Rio. Ora eles estavam no gabinete do Ministro do Exército, ora no do comandante do I Exército. Mas foi a reunião do Presidente da República com o Conselho de Segurança Nacional que determinou a promulgação do Ato Institucional n.º 5.

DINHEIRO — HIPOT. — CAUTELAS

AGÊNCIA DE NEG. I. B. M. M. — O Conselho de Neg. I. B. M. M. aprovou ontem o seguinte texto de lei de hipotecas e arrendamentos: Lei n.º 11.111 — Lei de Arrendamento Urbano.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

BONIFÁCIO DECLARA QUE ATO RESULTA DE VÁRIAS CRISES

Após tomar conhecimento, pelo rádio, do Ato Institucional n.º 5, o presidente da Câmara, Deputado José Bonifácio, disse que ele "resulta de crises e dificuldades do Governo e do mal-estar do povo. Não é o momento para examinar, mas sim para manifestar ainda uma vez mais a esperança de que crises como esta sejam resolvidas de maneira a possibilitar o desenvolvimento brasileiro."

Acrescentou o Sr. José Bonifácio "duas coisas, que jamais devo esquecer, e neste país têm sido tradição: perenes têm sido as eleições, e nós, os eleitores, formulamos apelo mais uma vez para que o Brasil permaneça e se transforme numa grande nação, como faz jus pelo trabalho de seu povo. Com essas palavras, e obedecendo ao novo regime, declarei nossa missão encerrada."

O presidente da Arena, Sr. Daniel Krieger, após ouvir, pelo rádio, a leitura do novo Ato, no Rio, dirigiu-se, com alguns parlamentares, para uma residência na zona sul, a fim de examinar o quadro político. Admite-se a possibilidade de um pronunciamento dos dirigentes da Arena.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

ATINCAO — Não para a sua execução, mas para a sua execução, a lei n.º 11.111, de 13 de dezembro de 1968, que trata da aplicação de recursos em obras de saneamento básico.

OPORTUNIDADES DIV.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

ALACUM — Venda de terrenos em áreas de expansão urbana. Contato: Rua do Comércio, 100, tel. 21-111.

JORNAL DO BRASIL
 Rio, 14 de dezembro de 1968
 Diretor-Presidente: C. Pereira Carneiro
 Diretor: M. F. do Nascimento Brito
 Editor-Chefe: Alberto Diniz

JORNAL DO BRASIL

Coisas da Política

Demora em agir alimentou a suspeita de impasses

A surpresa que paralisou o Governo a partir do conhecimento da decisão da Câmara, contrária aos cálculos que o informaram, pode ser medida pela incapacidade de agir prontamente. A demora em tomar decisões estabeleceu a convicção de que parecia de início impossível reverter, sob o amálgama, pelo menos a maioria de apoio em favor de uma atitude imediata.

A partir da decisão política da Câmara, a opinião pública voltou-se para o resultado que ela produziu no Governo. Sem as tentativas acompanhadas as crises — por que a impressão generalizada era que a Câmara obedeceria — a opinião pública começou a se impacientar quando sentiu que o Governo tardava em tomar uma decisão.

A perplexidade admitia pensar, no primeiro momento, que o Governo talvez se dispusesse a aceitar o resultado da votação da Câmara, num gesto de acatamento democrático da decisão. Mas, a inexistência de qualquer comunicação oficial nesse sentido, e principalmente o silêncio guardado pelas figuras de todos os níveis, deixava perceber que a surpresa havia exercido efeito paralisante em toda a área dirigente.

A movimentação de chefes militares, ao fim da tarde e pela noite dentro, alimentou as versões desencontradas nas áreas de repercussão política. Parecia caracterizada a impossibilidade de uma posição de Governo, qualquer que fosse, marcada pela unanimidade. A perplexidade autorizava suposições em

torno de desencontros de litigância dentro do Governo, sem possibilidade de predomínio capaz de informar uma atitude de ação imediata.

Depois de esperar inatamente uma solução política a área política e a opinião pública começaram a admitir que a alternativa mais promissora sentida revolucionária. Ao fim da noite era ainda como que passava a melhor oportunidade de uma solução política. Ficava em aberto a solução de força.

Decorridas vinte e quatro horas do fato político não gerado pela Câmara, em litígio de imprensa pública de que o Governo não reunia condições ideais para decidir com unanimidade do arripio da legalidade. As múltiplas hipóteses, utilizadas como armas psicológicas na dissensão dos deputados, reapareceram no trajeto de informações, mas sem a marca da viabilidade.

Final, raciocinavam os políticos, se as versões terroristas não se consumaram automaticamente depois da decisão da Câmara, era a comprovação de que não havia o disposto no disciplinar anunciado antes. E se não existia, não poderia ser criado antes de haver uma articulação. Era o que parecia em andamento.

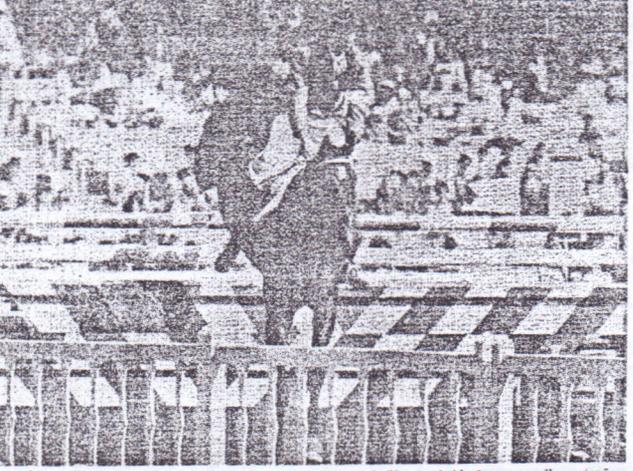
A conclusão que a opinião pública, carente de comunicação oficial, podia alcançar indicava que a demora em agir era fútil diante da indecisão detectada no Governo desde a condução do episódio parlamentar. Por força dessa verificação, a Câmara resolveu correr os riscos. A perplexidade governa

TAREFA HERCÚLEA



Anton Gessink, para ser campeão mundial, estudou judô desde pequenininho

UM GINETE DE CLASSE



O cavaleiro Nelson Pessoa logra êxito invulgar ao saltar com brilho os obstáculos que se lhe antepõem

Cartas dos leitores

Futebol

Nesta época em que o futebol do mundo inteiro se renova — dentro e fora do campo — veio, com pesar, que o futebol brasileiro volta à sua "idade da pedra". Pelo Instituto do JB (12/12) fez sabendo da ridiculidade crua de autoridade do Sr. Paulo Machado de Carvalho, da incompetência subversiva de Almirante Moreira das silvas ineficazes de Carlos Brando e do papel sempre escrito do Sr. João Havelange, concluindo que, com esta tal de Cozma, definitivamente o Brasil passará das eliminatorias para a Copa do Mundo. Mas não importa se também um retrocesso (lembrando aquela final de 1950, quando os dirigentes, querendo aparecer, erraram em São Januário um aumento ocorreu as vésperas do jogo com o Uruguai, não é isso? Qual a nossa seleção? Quem e titular do reserva na equipe de Almirante? Qual o nome do sistema de jogo? Quando desistiremos de fazer experimentos como estes com Waldino, Nelson e Rio Babat? Quando aprenderemos a lição de nossos fracassos, como o da última Copa do Mundo, para se trabalhar com seriedade por uma seleção realmente representativa do futebol brasileiro? Os alemães que aí estão — e que são conhecidos como exemplos de moderna equipe de futebol — têm ajeita de nós: "Com os jogadores que há no Brasil, não perseveramos de ninguém". Nós, porém, continuamos perdendo, não só no jogo, mas também tempo, respeito os homens de Cozma se se preocupam em provar quem é que manda de verdade no futebol brasileiro.

Rogério Eduardo — Rua Senador Naves, 47, ap. 201 — Vila Isabel — Rio

Telefones

"A CTE é mesmo irreparável. Pare há mais de um ano as paradas deste ilustre plano de expansão e não agora não instalaram meu telefone na rua Mariz e Barros, próximo da Praça da Bandeira e de nova estação.

Ale quando vai ter de aparecer?

Rodolfo G. Hutierrez — Tijuca, Rio.

Água

"As 'manobras' na rede de abastecimento de água para os prédios da Praça do Botafogo voltaram a ser feitas, depois de quase um mês de desmarco, deixando outra vez numerosas famílias sem água para suas necessidades. Há um mês passamos a escrever ao JB para protestar contra essas manobras, que a Codasa tentava esquivar nos estudos como sendo necessárias para atender ao abastecimento de outros bairros e imediatamente apenas por este alerta, a água não voltou mais.

Água o bairro está de volta. A memória dos inúmeros dias de seca e o processo venenoso vai por pouco tempo. Portanto volta a ser feito. E não volta a Codasa com a falta crônica de que precisa dar água a outros bairros que não tem. E repito depois de 30 dias, não é depois um tanto sem vestir o outro.

M. Lopes — Botafogo, Rio.

Turismo

"Embora não esteja pronto, o Panorama Palace Hotel na Rua Alberto Campos, em Ipanema, recebe grande número de turistas porque já estão em funcionamento um restaurante (Barro d'Água) e um boate (On the Rocks).

A noite, principalmente nos fins de semana, a Rua Alberto Campos serve de estacionamento para diversos ônibus de empresas turísticas que encontram muita dificuldade em encontrar. As autoridades responsáveis pelo turismo ainda não tiveram conta da necessidade de melhorar o asfalto do local e as calçadas, presumivelmente conservadas. Ao lado da entrada do Panorama existe uma oficina de autopeças com instalação caindo nos prédios que ocupam péssima situação e os visitantes já não têm mais paciência para esperar. O local se é para turistas merece melhor tratamento.

Válter G. Peçanha — Ipanema, Rio.

Catedráticos e catedráticos

Carlos A. Dunshoe de Abranches

Reputado professor de universidade estrangeira, depois de tomar contato com o ensino superior no Rio de Janeiro e São Paulo, revelou a sua admiração pela competência e dedicação de alguns catedráticos brasileiros, apesar do baixo salário que recebem, em contraste com outros que vivem afastados das faculdades ou dedicam a estas o menor tempo possível.

Afinal o atilado visitante fez o seu diagnóstico. Para uns — disse ele — o magistério é uma paixão e eles lecionariam até de graça, depois de haverem triunfado em suas profissões; para outros, a cátedra é apenas um bico ou foi procurada por incapacidade para atividade mais lucrativa.

A verdade dessa observação é confirmada pelos fatos e merece ser meditada no instante em que vão ser implantadas as novas leis sobre ensino superior.

Exemplo eloquente do ardor com que alguns catedráticos se dedicam frequentemente aos seus alunos, pode ser encontrado na sucessão de professores de Direito falecidos recentemente, em plena atividade docente. O tremendo desgaste físico e mental exigido pelo nosso ensino jurídico, quando levado a sério, tem sido a causa de muitas moléstias cardíacas e já privou-nos, em curto espaço, de mestres jovens e de rara capacidade e de maior Amílcar Falcão, Jo-

ge Salomão e agora Nélio Reis.

Em circunstâncias em que ambos este brilhante especialista de Direito do Trabalho não tem demonstrativas dessa paixão com que a cátedra é exercida pelo autêntico catedrático. Tendo sofrido duas trombozes, a segunda das quais deixou-o vários meses incapacitado, Nélio Reis recuperou-se espetacularmente, mas não teve paciência para esperar a consolidação da cura. Atirou-se novamente à atividade docente com a mesma fúria de sempre, sem ter ilusão sobre o preço que lhe seria cobrado pelo retorno ao magistério. Foi vitimado por uma terceira trombose, depois de haver dado a sua prova parcial e carregado uma centena de provas.

Vem, por isso, a propósito, o legítimo desabafo do professor Hamilton de Moraes e Barros, no Conselho Universitário da UEG, por ocasião dos debates sobre a reforma universitária:

"De tempos a esta parte, aqui e alures, doutores e apêndices se juntam para combater a cátedra procurando desorientar nela talvez o maior dos males de nosso ensino. As palavras erradas, falhas e insinceras, vão sendo repetidas por muitos e, cada mais grave e perigosa, procuram ser lincadas ao legislador. O que não é espantoso, mas a solução pensada, clara e real-

mente eficaz. Numa falta de visão e indelével covardia, transferem para a instituição — a cátedra — o que é deficiência, ou falta, de quem a ocupa, isto é, do mau catedrático.

Urge, como nunca, repeller o erro grosseiro e a maldade; impõe-se, como imperativo da hora e cogitação permanente válida, a distinção entre a falta de exação de alguns — situação corrigível, de pronto, desde que haja honestidade e coragem dos dirigentes — e os eventuais defeitos de uma instituição realmente salutar e plena de bem e merecência. Prega-se aberta e levemente a abolição da cátedra, sem que se consiga justificar seu desaparecimento, sem que se ofereça nada que, de longe, a ela se assemelhe em dignidade e em frutos, e, por isso, a possa substituir. A cátedra, aparentemente, são feitas críticas que a honestidade manda que se dirijam antes a outros destinatários, com poderes de direção, mando e administração.

Problemas complexos e até de ordem administrativa não se resolvem no campo do ensino, malgrado se transferem para a cátedra, utilizando-se dela e os seus catedráticos, para, com a aprovação dos professores, assegurar a importância e os elementos do ensino.

A tranqüilidade que houve ontem, durante o dia, no Palácio das Laranjeiras, não parecia indicar que o Governo procuraria solucionar a crise política com o Ato n.º 5. À tarde, os três Ministros militares estiveram em reunião cordial no Ministério da Marinha, onde se festejava o encerramento da Semana da Marinha.

A crise

Ambiente no Laranjeiras foi tranqüilo durante o dia todo

O ambiente no Palácio Laranjeiras era aparentemente calmo pela manhã. O Presidente Costa e Silva deixou o Palácio às 8 horas, em companhia do chefe da Casa Militar, General Jaime Portela, a fim de presidir solenemente o encerramento da Semana da Marinha, na Ancaia Naval.

A partir das 9 horas começaram a chegar alguns jornalistas e fotógrafos, e os funcionários do palácio avisaram que a casa do Assessor de Imprensa resolveu-se não entrar nem ao meio quando o Presidente regressasse.

PERSTRICAÇÃO

Não se souvia qualquer alteração no esquema de segurança do Palácio e não se souvia uma sentença no sentido de que funcionários não tinham conhecimento do real estado do prédio do Alto Comando, as 11 horas, e falavam que "a ordem era restringir ao máximo a entrada de pessoas ao Palácio." Bram

11h50m quando chegou o General Severo Barbosa, pai de Dona Inêzilda, num carro particular e a palatana. Logo em seguida chegou o Chefe do Gabinete Civil, Sr. Rondon Pacheco.

EXPECTATIVA

O Ministro dos Transportes, coronel Mário Andrézani, chegou às 11h50m. O Presidente Costa e Silva regressou às 11h50m, com o General Jaime Portela. Logo em seguida chegaram os Ministros militares, Augusto Saccomani, Lira Tavares e Márcio de Sousa e Melo. O Assessor de Imprensa, Haroldo Sales, não permitiu a entrada dos jornalistas credenciados. Os fotógrafos continuaram no portão.

As 11h50m chegaram os Ministros Gama e Silva e Delfim Neto. Des minutos após o Senador Dinarte Mariz e o Deputado José Gurgel foram barrados no portão. Um funcionário do Palácio tentou se comunicar com a Casa

Civil, mas recebeu a notícia de que "não há ninguém, pois todos estão no reunião do Alto Comando e de lá não podem sair." Depois de esperar 15 minutos, o senador chamou o funcionário e pediu-lhe para transmitir um recado ao coronel Lira: "Diga-lhe que estou aqui, mas não pode esperar."

Em seguida, chegaram os Ministros das Minas e Energia, Costa Cavalcanti; do Interior, Albuquerque Lima, e do Planejamento, Hélio Beltrão, além do presidente do Banco do Brasil, Sr. Nestor José. Eram 11h50m.

KRIEGER NO RIO

O Senador Daniel Krieger participou, ontem, de uma reunião de políticos no Guanabara, entre os quais o Senador Nel Braga, os Deputados Federais Mário Basso e Helder de Almeida Magalhães e o Senador Vitorino Freire.

UM DIA DE MUITA CONVERSA



Na festa da Marinha, os Generais Lira Tavares, Adalberto dos Santos e Frigolo



Generais Lira Tavares e Adalberto dos Santos

Est. do Rio passa a contróle militar

Niterói (Socuzal) — O Estado do Rio de Janeiro sob o comando da 2.ª Brigada de Infantaria e o Governador Jeremias Fontes foi alvo da última vez ontem de manobra. Na oportunidade, de entrega de espadas aos novos aspirantes da Polícia Militar fluminense.

A Assembleia Legislativa foi cercada por tropas da Polícia Militar, com ordens para impedir a entrada dos deputados e os delegados do Interior receberam ordens do DOPS para manter vigilância sobre as Câmaras de Vereadores.

IMPRESA

Políticos estrangeiros não surgiram ante o anúncio do Governo estadual, no momento em que o Congresso decidiu o caso Márcio. O comando da 2.ª Brigada de Infantaria passou a controlar todo o sistema de segurança do Estado, determinando a proibição das manifestações das Forças Armadas, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Civil e Grupo de Bombardeiros. Isto que surpreendeu o Governador Jeremias Fontes na manhã de ontem.

A sequência de fatos no Estado do Rio de Janeiro é a seguinte: — Na véspera de entrega das espadas aos novos aspirantes da Polícia Militar, o Governador Jeremias Fontes foi acompanhado do Secretário de Segurança Pública, coronel Francisco Homem de Carvalho, e do comandante da PM, coronel Hildebrando Coelho. O governador chegou para a sessão no Quartel da PM com o pro-

posito de viajar, depois, para Camarão de Areia, a fim de participar de uma programação festiva promovida e elaborada pela municipalidade.

O Secretário de Segurança, coronel Hildebrando Carvalho, depois da audiência na PM não se sentiu mais ninguém, sem por qualquer.

A ordem do gabinete da Secretaria de Segurança Informava que qualquer solicitação deveria ser feita no Quartel da 2.ª Brigada de Infantaria, sob a entrada de cerca de dez mil.

A Secretaria de Segurança recebeu todo o dia de ontem e um esquema especial: só entravam pessoas que se identificassem previamente e algumas delas eram convidadas.

— Depois de uma entrada de ocupada, na PM, o coronel Hildebrando de Carvalho e o coronel Hildebrando de Carvalho foram para o Quartel da 2.ª Brigada de Infantaria.

CERCO

A Assembleia fluminense foi cercada na manhã de ontem por um contingente da Polícia Militar que impediu o acesso de jornalistas e a entrada de pessoas não autorizadas para o acesso ao Quartel da 2.ª Brigada de Infantaria.

CÂMARA TAMBÉM

O mesmo tipo de cerco aconteceu ontem, que serviu para cercar a Assembleia, foi usado para cercar o Quartel da Guarda da Polícia Militar e o Departamento de Comunicação Financeira.

Duas décadas de crises

Departamento de Pesquisa

Na mau de vinte e três anos, o Vargas era depositado pela primeira vez em mãos de outros. O ato não era o primeiro de uma série de crises que provocaram a queda de Vargas, um movimento militar e sua saída de novo.

QUEDA DE VARGAS

Em fevereiro de 1945 uma famosa revista de José Américo do Correio Manhã, chamada para reportar o fim da guerra e a liberdade do Estado Novo de Vargas. A UDN lançou logo a seguinte no Brigadeiro Eduardo Gomes, o PSD anunciou a candidatura de Adolpho Azeiteiro e a UDR anunciou a candidatura do General Eurico de Aguiar. Simultaneamente, a PTB anunciou a candidatura de Getúlio Vargas, o que não se realizou. O PSD anunciou a candidatura de Adolpho Azeiteiro e a UDR anunciou a candidatura do General Eurico de Aguiar. Simultaneamente, a PTB anunciou a candidatura de Getúlio Vargas, o que não se realizou. O PSD anunciou a candidatura de Adolpho Azeiteiro e a UDR anunciou a candidatura do General Eurico de Aguiar.

MANIFESTO DOS CORONÉIS

Manifesto dos cinco anos do período do Presidente Dutra. Ocorreu uma reunião dos coronéis. Mas Vargas era o mesmo. A primeira reunião ocorreu em 1950, no momento da eleição de Vargas. O manifesto dos coronéis foi assinado por eles em 1950, no momento da eleição de Vargas. O manifesto dos coronéis foi assinado por eles em 1950, no momento da eleição de Vargas.

SUCEDIU LIMA CARO

O delinqüente foi preso e sua prisão e o Palácio do Laranjeiras foi cercado por tropas da Polícia Militar. O delinqüente foi preso e sua prisão e o Palácio do Laranjeiras foi cercado por tropas da Polícia Militar.

e República do Galvão, quase independente de outros, e bater a porta do Castelo e a sua própria. O ato não era o primeiro de uma série de crises que provocaram a queda de Vargas, um movimento militar e sua saída de novo.

VIAGEM DO TAMARANDÁ

As viagens do Presidente, o Vice-Presidente Getúlio Vargas, o Ministro da Guerra, o Ministro da Justiça, o Ministro da Educação e o Ministro da Saúde, foram cercadas por tropas da Polícia Militar.

A QUESADA DE GOLLART

As viagens do Presidente, o Vice-Presidente Getúlio Vargas, o Ministro da Guerra, o Ministro da Justiça, o Ministro da Educação e o Ministro da Saúde, foram cercadas por tropas da Polícia Militar.

A RENÚNCIA DE JANIO

As viagens do Presidente, o Vice-Presidente Getúlio Vargas, o Ministro da Guerra, o Ministro da Justiça, o Ministro da Educação e o Ministro da Saúde, foram cercadas por tropas da Polícia Militar.

No Interior, as manifestações republicanas e municipais receberam determinações do DOPS para manter vigilância sobre as Câmaras de Vereadores. As câmaras de rádio do interior receberam ordens para não comentar o caso Márcio Moreira Alves.

Mesmo destinado sua condição de presidente em exercício da Assembleia Legislativa, o Sr. João Rodrigues de Oliveira não conseguiu lutar o voto do prédio. O comandante do choque que ocupa a Assembleia, tenente Grana, não aceita diálogo, permitindo apenas que "as ordens que tanto são do sentido de que ninguém entre aqui."

Apenas o deputado Elio Pereira da Costa, a Associação dos Municípios ocupada. Ele tentou pender com o tenente Grana, mas o máximo que conseguiu foi uma audiência com o comandante da Polícia Militar, coronel Hildebrando Pereira Coelho. Este informou que o caso "é para a própria garantia do Legislativo."

O deputado José Bismarck de Souza (Arenha) desconfiou uma série de contatos em áreas militares (de o coronel reformado), deixou escapar que estava no Estado do Rio e Espírito Santo, as Assembleias Legislativas estão ocupadas por tropas.

Ele não soube precisar as quando vai para a intervenção, mas afirmou que todo o controle da situação está sob o comando da Divisão de Ordem e Segurança do Exército.

Nos côfres do Legislativo estão cerca de 200 mil, recebidos quinta-feira à tarde pelo tenente Grana para antecipar o pagamento do funcionalismo por causa do Natal, e garantir aos 62 deputados, na segunda-feira, ajuda-de-custo pela instalação de um período de sessões extraordinárias, que estava previsto para a sexta-feira.

As viagens do Presidente, o Vice-Presidente Getúlio Vargas, o Ministro da Guerra, o Ministro da Justiça, o Ministro da Educação e o Ministro da Saúde, foram cercadas por tropas da Polícia Militar.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA

As viagens do Presidente, o Vice-Presidente Getúlio Vargas, o Ministro da Guerra, o Ministro da Justiça, o Ministro da Educação e o Ministro da Saúde, foram cercadas por tropas da Polícia Militar.

A QUESADA DE GOLLART

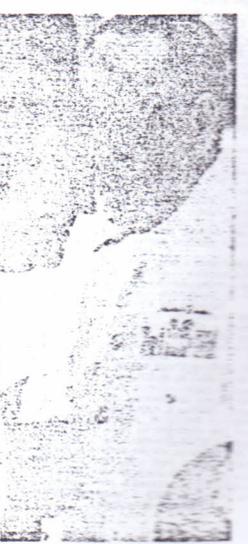
As viagens do Presidente, o Vice-Presidente Getúlio Vargas, o Ministro da Guerra, o Ministro da Justiça, o Ministro da Educação e o Ministro da Saúde, foram cercadas por tropas da Polícia Militar.

A RENÚNCIA DE JANIO

As viagens do Presidente, o Vice-Presidente Getúlio Vargas, o Ministro da Guerra, o Ministro da Justiça, o Ministro da Educação e o Ministro da Saúde, foram cercadas por tropas da Polícia Militar.



Os generais Eurico de Aguiar e Eurico de Aguiar



General Eurico de Aguiar e General Eurico de Aguiar

Costa e Silva legisla através de decretos-leis

Presidente: C. Pereira Carneiro. Diretor: N. F. de Vasconcelos Brito. Editor-Chefe: Alberto Diniz.

MISSÃO CUMPRIDA



Após a diplomação na Escola Superior da Guerra, o Presidente Costa e Silva retira-se com os Ministros

Com a liberação, sob a forma de decretos e decretos-leis, de projetos oriundos do Executivo, e que ainda se encontravam na Câmara antes do Ato Institucional número 5, o Presidente Costa e Silva passou a legislar, e deverá, nos próximos dias, assinar várias medidas que o Ministério do Planejamento está elaborando.

Entre essas medidas figuram a eliminação de distorções verificadas na execução da legislação sobre a correção monetária — ressalvado, porém, o princípio da correção — a elevação de limite de isenção para os contribuintes do imposto de renda, maiores restrições às viagens de servidores ao exterior, e proibição do início de qualquer obra nova.

Em discurso, ontem, na Escola Superior de Guerra, o Presidente da República disse que ninguém de consciência e de mãos limpas deve temer o poder que a Revolução concentrou nele, pois esses poderes serão exercidos em benefício da família brasileira. Os que constroem, os que lutam e os que sofrem não têm motivos para se intimidar. Advertiu, porém, que não se

tranquilizem os denegridores da moral, os dilapidadores do bem comum, os beneficiários da vida fastuosa e fácil e do enriquecimento ilícito. Não devem iludir-se — frisou o Presidente — todos os que até aqui ficaram impunes, por força de uma processualística inadequada, que nega a evidência, "presa aos arabescos de um formalismo gerador de injustiça".

O Marechal Costa e Silva referiu-se, no seu improviso, a "metas surpreendentes no campo administrativo", observando, porém, que infelizmente os resultados no campo político são decepcionantes. Os que não querem a prevalência dos valores jurídicos e sociais do Estado de Direito procuraram de toda forma perturbar o processo evolutivo da Revolução, no sentido da normalização do regime democrático.

Frisou que o Governo vem trabalhando dentro de um plano estratégico que será executado, quer queimem ou quer não queiram aqueles que tentam perturbar a marcha dos acontecimentos nacionais e do desenvolvimento do país. (Página 6)

Especulações fazem o ouro subir de novo

Nova onda de especulações provocou ontem valores em na cotação do ouro nos mercados europeus, onde o preço chegou a US\$425 a onça. A causa desta flutuação é atribuída a indícios de que Richard Nixon poderá aumentar o preço do metal a níveis superiores à cotação de US\$ 33 a onça.

Repartições e bancos fecham cedo no dia 24

O expediente do dia 24 nas repartições públicas será de 9 às 12 horas, segundo telegrama-circular que o Marechal Costa e Silva mandou aos Ministros e aos órgãos da Presidência da República. Como é tradicional, os bancos adotarão o mesmo horário das repartições. No dia 31, também haverá meio expediente.

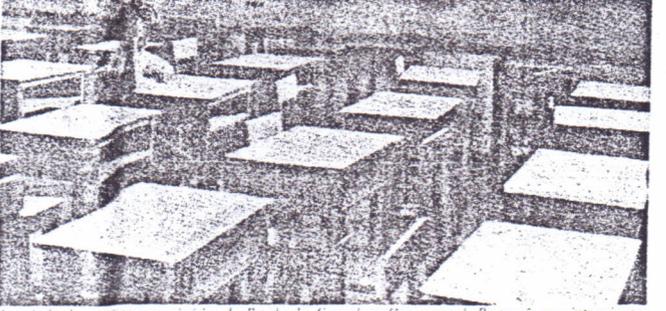
EUA sustam preparativos para ida à Lua

Os técnicos de Cabo Kennedy reavaliaram, ontem, suspender temporariamente os preparativos para a viagem lunar da Apollo-8 devido ao distúrbio do satélite de comunicações Instat, através do foguete Delta. A decisão não afetou a contagem regressiva que antecede o lançamento da Apollo-8, fixado para sábado.

Paulo VI pede paz a todos os governantes

O Papa Paulo VI enviou ontem a todos os governos, inclusive da Europa Oriental, mensagem exortando a um programa de ação mundial para erradicar a guerra, a fome, a injustiça e a discriminação, proclamando que "todos têm direito à vida, liberdade, igualdade, cultura e ao gozo dos bens da civilização".

TESTE DE RABEZ



A maioria dos alunos nos ginásios do Estado da Guanabara fez a prova de Português em vinte minutos

Preço da comida sobe sem parar

Os preços dos ovos e da maioria dos produtos hortícolas continuam a subir nas feiras-livres do Rio de Janeiro, segundo os dados enviados entre NCR 110 e NCR 130 a 24 de dezembro, e em aumento para NCR 030 e para a farinha para NCR 039 e para o arroz para NCR 038 e para o feijão para NCR 037.

Papai Noel é preso como vigarista

Papai Noel fazuza ontem o seu primeiro Natal em sua cidade natal, São Paulo, onde foi preso por um policial que o confundiu com um vigarista. O Rio de Janeiro também teve o seu Papai Noel preso por um policial que o confundiu com um vigarista.

Grupo aprova expansão da universidade

A reunião do Conselho de Direção do Grupo de Trabalho da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada ontem, aprovou a expansão da universidade para o campus de Maracanã.

Hermes Lima toma posse na Academia

Saudado por viva Lima, Hermes Lima tomou posse na Academia Brasileira de Letras, substituindo o falecido professor de Física, Carlos Chagas.

Jordânia e Israel lutam no Jordão

Forças israelenses e jordânicas trocaram ontem violentamente tiros no Jordão, segundo o Estado de Israel, que acusa as forças jordânicas de serem responsáveis por ataques a civis israelenses.

Vietcong lança forte ofensiva coordenada

Os vietcongs lançaram ontem um ataque coordenado contra 13 localidades, uma capital provincial e bases militares, a fim de alcançar vantagens territoriais em Saigon. O ataque mais violento foi contra Tam Ky, na costa do mar da China, a 500 quilômetros da capital.

BRASILIA
O Ministro do Trabalho, Carlos Jansen Passarinho, hoje o comando da elaboração, em 90 dias, do projeto para a criação de um Banco dos Trabalhadores. São membros da comissão os Srs. Fernando Albuquerque, Alvaro de Azevedo, Rômulo Maranhão, Manoel Amador de Mello, Roberto de Toledo, e Ricardo Augusto Bertas. O projeto, apresentado ao Conselho de Administração do Conselho Federal do Trabalho e do Conselho Federal de Economia e Estatística do Trabalho, prevê a criação de um Banco dos Trabalhadores, com o objetivo de fornecer crédito aos trabalhadores e promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde os trabalhadores vivem.

SAO PAULO
O Secretário de Planejamento, Sr. Otávio de Faria, anunciou ontem a criação de um Conselho de Planejamento Econômico e Social, com o objetivo de coordenar a elaboração do plano nacional de desenvolvimento econômico e social para o período de 1970 a 1975.

RAHIA
O Conselho de Direção do Grupo de Trabalho da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizou ontem uma reunião para discutir a expansão da universidade para o campus de Maracanã.

REPARTIÇÕES
O expediente do dia 24 nas repartições públicas será de 9 às 12 horas, segundo telegrama-circular que o Marechal Costa e Silva mandou aos Ministros e aos órgãos da Presidência da República.

REPARTIÇÕES
O expediente do dia 24 nas repartições públicas será de 9 às 12 horas, segundo telegrama-circular que o Marechal Costa e Silva mandou aos Ministros e aos órgãos da Presidência da República.

REPARTIÇÕES
O expediente do dia 24 nas repartições públicas será de 9 às 12 horas, segundo telegrama-circular que o Marechal Costa e Silva mandou aos Ministros e aos órgãos da Presidência da República.

REPARTIÇÕES
O expediente do dia 24 nas repartições públicas será de 9 às 12 horas, segundo telegrama-circular que o Marechal Costa e Silva mandou aos Ministros e aos órgãos da Presidência da República.

REPARTIÇÕES
O expediente do dia 24 nas repartições públicas será de 9 às 12 horas, segundo telegrama-circular que o Marechal Costa e Silva mandou aos Ministros e aos órgãos da Presidência da República.

Governo cassa 38 mandatos e pune mais 5 com o Ato

EXPLICAÇÃO DA PRÁTICA



Em conferência de imprensa, antes do lançamento, Shtalov explicou como seriam acopladas as Soyuz

A. JORNAL DO BRASIL... Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1969... Edição Nacional... 110 páginas... 150 mil exemplares...

RIO GRANDE DO SUL

Com 7.859 casos, o gripe foi a doença de maior incidência em Porto Alegre em 1968... Segundo o Relatório de Epidemiologia da Secretaria de Saúde, a maior incidência de gripe verificou-se no período junho-agosto, meses de baixas temperaturas...

SÃO PAULO

Com os últimos casos verificados, elevando-se para 1.557 o número de crianças internadas nos 12 hospitais de São Paulo vítimas de desidriação, desde o início do ano está apresentando a média de cinco óbitos por dia... Desde o início do ano, a maioria das crianças não chegou a preocupar porque nos meses anteriores ele foi mais elevado...

ALAGOAS

A Fundação de TV Educativa de Alagoas será criada por decreto governamental, segundo informou o Secretário de Educação e Cultura, Sr. José de Melo Gomes... O projeto prevê a implantação do canal de TV Educativa, sob a direção de um Conselho Administrativo...

ESTADO DO RIO

As primeiras 100 mil doses do programa de vacinação da vacina contra a gripe H3N2-King não foram produzidas... O governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, anunciou que o Estado do Rio de Janeiro vai enviar uma delegação para acompanhar a produção da vacina...

Ratos atacam palácio de Abreu Sodré

Centenas de ratos estão distraindo a atenção do Governador Abreu Sodré da política. Eles invadiram a ala residencial do Palácio dos Bandeirantes e destroem tapetes, cortinas e objetos de valor... O prejuízo é estimado em milhares de reais...

Soviéticos saem de navas para ver falhas nas Soyuz

Uma falha no funcionamento das duas comportas de comunicação interna das cosmonaves soviéticas Soyuz-4 e Soyuz-5 obrigou ontem os cosmonautas Alexei Eliseyev e Yegueni Krunov a executar o transbordo pela parte externa, durante uma das quatro horas e 35 minutos de acoplamento... Os técnicos soviéticos estão verificando as possibilidades futuras de trabalhar na montagem da plataforma cosmônica...

OTAN aprova criação de frota no Mediterrâneo

Os Ministros da Defesa dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) aprovaram ontem em Bruxelas a criação de uma frota naval no Mediterrâneo, com um plano de cinco anos para fortalecer a defesa ocidental... A frota poderá vir a ser equipada com armas nucleares, pois, na opinião do representante inglês, Dennis Healey, os ocidentais não podem igualar-se à URSS em forças armadas convencionais...

Sol denuncia restrições à A. Latina

O Embaixador dos Estados Unidos na Organização dos Estados Americanos (OEA), Sol Linowitz, afirmou ontem que o Presidente eleito Richard Nixon, está sofrendo crescentes pressões para que imponha restrições à entrada dos produtos da América Latina nos mercados norte-americanos... Linowitz advertiu Nixon contra "qualquer forma de protecionismo" e o instou a adotar uma política comercial liberal para com os países latino-americanos...

Conferência de paz começa amanhã em mesa redonda

Uma conferência ampliada de paz começará amanhã, em Paris, com as quatro partes em conflito — Estados Unidos, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul e Frente Nacional de Libertação (Vietcong) — reunidas em torno de uma mesa redonda, flanqueada por duas outras retangulares, segundo um acordo feito ontem entre os delegados de Washington e Hanoi... Na frente de guerra, as baixas fatais americanas tiveram na semana passada, em relação à anterior, um aumento considerável, devido à intensificação do esforço bélico dos vietcongs...

Carioca após 5 anos volta a casar mais

O movimento da Justiça carioca, em 1968, caiu em 4 mil processos em relação ao ano anterior. As estatísticas foram divulgadas ontem pela Corregedoria. Acusam um aumento de 1.987 casamentos em relação a 67, o que representa recuperação, após cinco anos de queda contínua... A queda no movimento do foro foi atribuída a uma diminuição nos processos civis, especialmente despejos, que geraram mais processos estatísticas forenses...

Motorista é levado à ilha Grande

A Secretaria de Segurança decidiu mandar hoje para a Ilha Grande dois dos quatro motoristas acusados anteriormente por excesso de velocidade e ameaça punir da mesma forma os cobradores. A polícia quer deter "um comportamento sobre motoristas que não tem o mesmo vigilância sobre os motoristas que se excedem"... Auxiliares do General Luis de França Oliveira revelaram que os empresários estrangeiros foram advertidos de que serão separados e os brasileiros presos na Ilha Grande, se confirmadas as denúncias de que os motoristas são submetidos a rigoroso regime de trabalho...

Homenagem de Carvalho... Jermias Pontes a dem... O governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, anunciou que o Estado do Rio de Janeiro vai enviar uma delegação para acompanhar a produção da vacina...

MINAS GERAIS... Mais de um milhão de eleitores se... O governador de Minas Gerais, Carlos Lacerda, anunciou que o Estado de Minas Gerais vai enviar uma delegação para acompanhar a produção da vacina...

PF-MANAUÇO... Primeiro-Ministro... O Primeiro-Ministro do Brasil, Carlos Lacerda, anunciou que o Brasil vai enviar uma delegação para acompanhar a produção da vacina...

MUDANÇA RÁPIDA



Conevidados domingo, Dias Leite e Costa Cavalcanti alegraram-se com a decisão do Presidente de dar-lhes posse ontem mesmo

MINAS GERAIS

● A Associação Geral de Estudantes de Minas Gerais realizou a solenidade de encerramento do II Festival Interno de Dança, promovido nos dias 24 e 25 de janeiro, com a participação de 15 grupos de dança de 15 municípios que apresentaram 40 trabalhos. Os vencedores receberam como prêmio estatuetas de bronze, oferecidas pelo Lions Club.

● O Brasil Country Clube de Recreio procedeu à inauguração festiva de suas piscinas, na presença de numerosos convidados especiais e personalidades representativas da sociedade local e de outras vizinhas.

● O delegado regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sr. José Mendes Maia, anunciou a obsequiar a Belém, dentro de alguns dias, de um grupo de homens que elaborará o Projeto Tombado, destinado a preservar todos os indígenas desta região, durante um prazo de seis meses.

● O chefe do Serviço de Transportes de Marinha, Contra-Almirante Ernesto Mourão 86, ao chegar à Belém, disse que o Projeto Residência III, uma comunidade vilareja de um grupo de famílias, é um importante colaborador ao programa do Governo na marcha pela integração e desenvolvimento da Amazônia. Deseja que cada melhor de que buscar nos jovens o interesse pela integração de região, disse que dentro da visitação de um território de milhares de grandes problemas a resolver, ao e entrar brasileiro e que pode assumir tarefas de toda a Amazônia.

SÃO PAULO

● O Departamento de Cultura e Esportes anunciou ao Governador Azeiteiro que os 10 milhões de reais do programa de São Paulo estão sendo aplicados para a construção de 175 unidades de livros e mais de 200 unidades de materiais didáticos. Os técnicos informaram que a primeira entrega, estimada em 10 milhões de reais, será entregue em fevereiro e a segunda em março. O programa "está previsto a ser concluído" O Departamento está realizando convênios com outras entidades de São Paulo, mas a maioria definitiva para o estabelecimento de uma rede de distribuição de livros e materiais didáticos em todo o Estado de São Paulo nos próximos meses chegou a 100 milhões de reais, o que representa um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Devido à Lei de Licitação, que com as novas regras a serem adotadas, em poucos dias a administração municipal poderá assumir sua responsabilidade nacional.

MARANHAO

● 101 estudantes maranhenses foram matriculados no curso de Engenharia de Minas e Metalurgia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em São Paulo, em 20 de janeiro. O curso é o primeiro de sua espécie a ser oferecido no Estado de Maranhão. Os estudantes maranhenses foram matriculados em São Paulo nos últimos meses, chegou a 100 milhões de reais, o que representa um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Devido à Lei de Licitação, que com as novas regras a serem adotadas, em poucos dias a administração municipal poderá assumir sua responsabilidade nacional.

BAHIA

● O Conselho de Administração do Banco de Minas Gerais aprovou a abertura de uma nova agência em Salvador, na Bahia, em 20 de janeiro. A nova agência será a primeira de sua espécie a ser oferecida no Estado de Bahia. O curso é o primeiro de sua espécie a ser oferecido no Estado de Maranhão. Os estudantes maranhenses foram matriculados em São Paulo nos últimos meses, chegou a 100 milhões de reais, o que representa um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Devido à Lei de Licitação, que com as novas regras a serem adotadas, em poucos dias a administração municipal poderá assumir sua responsabilidade nacional.

Prisões na Espanha vão a centenas com o estado de exceção

O Governo espanhol já prendeu milhares de líderes da Oposição desde o decreto que implantou o estado de exceção, sexta-feira. A polícia mantém vigilância, embora discretamente, nas fronteiras, estações de passageiros e saídas das grandes cidades.

As informações são contraditórias e falam de 200 a 300 detidos. Estão entre eles alguns dos líderes da Oposição, como o sociólogo Alfonso Comín, o líder socialista Ramón Rubial, o professor Julián Mesa e o estudante José María Moberiano. Em Barcelona foram presos quatro padres e em Bilbao outros três.

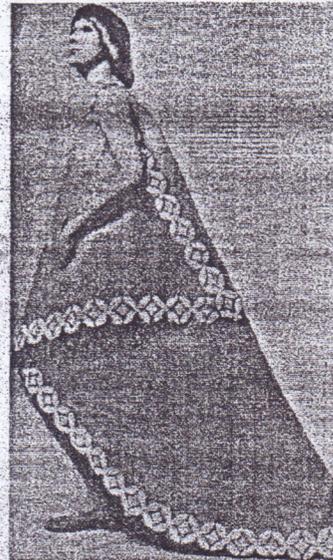
Em comunicado à imprensa, o Ministro da Informação, Manuel Fraga Iribarne, desmentiu a notícia de que o Generalíssimo Franco iria renunciar em abril e proclamaram Rei de Espanha o Príncipe Juan Carlos. A informação fora veiculada pelo jornal londrino Daily Telegraph.

Aulas todas começam a 3 de março

Todas as escolas do país, desde as primárias até as superiores, deverão iniciar o ano letivo no mesmo dia, 3 de março, segundo estabelece um decreto-lei da Pasta da Educação assinado pelo Presidente Costa e Silva.

A prova de Química Geral inclui o tema de vestibular da Faculdade de Direito Cláudio Mendes, que tem 100 estudantes disputando 20 vagas. O concurso termina amanhã com a prova de Português. Na PUC, os candidatos aos cursos de Sociologia, Psicologia, Pedagogia e Educação fizeram exames de admissão. A Universidade Federal abriu seu concurso no Rio e em mais sete cidades, com a prova de Português. (Página 1)

LINHA PARA TRÁS



Philippe Venet lança este modelo para noite, verde e branco

ONU censura execuções no Iraque

O Secretário-Geral da ONU, U Thant, e o Governo francês, o Primeiro-Ministro israelense, Levi Eshkol, entre outros, protestaram ontem contra o enforcamento de quinze pessoas no Iraque, acusadas de espionagem e de colaboração para destruir o Presidente Ahmed Al Bakr. Entre as executadas figuram nove israelitas.

O Governo do Iraque colocou suas tropas em estado de alerta, temendo de alguma medida de repressão, por parte de Israel. O Premier Levi Eshkol declarou ontem o Parlamento que as execuções eram um completo crime, acrescentando que atos desse natureza deveriam ser punidos com a máxima severidade. (Página 4 e Editorial, página 6)

MATO GROSSO

● O Conselho de Administração do Banco de Minas Gerais aprovou a abertura de uma nova agência em Mato Grosso, em 20 de janeiro. A nova agência será a primeira de sua espécie a ser oferecida no Estado de Mato Grosso. O curso é o primeiro de sua espécie a ser oferecido no Estado de Maranhão. Os estudantes maranhenses foram matriculados em São Paulo nos últimos meses, chegou a 100 milhões de reais, o que representa um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Devido à Lei de Licitação, que com as novas regras a serem adotadas, em poucos dias a administração municipal poderá assumir sua responsabilidade nacional.

PERNAMBUCO

● O Conselho de Administração do Banco de Minas Gerais aprovou a abertura de uma nova agência em Pernambuco, em 20 de janeiro. A nova agência será a primeira de sua espécie a ser oferecida no Estado de Pernambuco. O curso é o primeiro de sua espécie a ser oferecido no Estado de Maranhão. Os estudantes maranhenses foram matriculados em São Paulo nos últimos meses, chegou a 100 milhões de reais, o que representa um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Devido à Lei de Licitação, que com as novas regras a serem adotadas, em poucos dias a administração municipal poderá assumir sua responsabilidade nacional.

Cavalcanti substitui Albuquerque e dá lugar a Dias Leite

O coronel Costa Cavalcanti tomou posse ontem em Petrópolis no Ministério do Interior, deixando o diaz Leites e Energia para o Sr. Dias Leite, ex-presidente da Vale do Rio Doce, e assume sexta-feira o cargo no Rio, em plenitude da qual o General Albuquerque Lima revelará os motivos que o levaram a pedir demissão.

Além das visitas dos ex-Ministros Jurez Távora e Cordeiro de Farias, o Ministro Albuquerque Lima recebeu ontem telegramas do Ministro Jurez Távora, do Governador do Nordeste. Na sua mensagem, o Ministro do Trabalho deplorou a perda de "lucido aliado, autor de obra notável".

O General Albuquerque Lima recebeu ainda os pedidos de demissão de colaboradores diretos e dos responsáveis pelos órgãos subordinados ao Ministério. O General Buler Monteiro afastou-se imediatamente de Brasília, os Ministros da Fazenda e do Planejamento. (Página 3)

O Sr. Costa Cavalcanti revelou confiança em obter "resultados idênticos" aos alcançados no Ministério das

Nixon alerta contra muito otimismo pela conversação de paz

O Presidente Richard Nixon considerou positivo o início da conferência de paz sobre o Vietnã, mas adverte contra o otimismo exagerado. Ele afirmou que o sucesso de otimismo, principalmente pela dificuldade de se impor um armistício em uma guerra de guerrilha.

Nixon afirmou que, "depois do bom começo", a solução do conflito no Sudeste Asiático é a retirada gradual das tropas. Descontraído e respondendo com precisão,

Cao Ky quer reunião secreta

O Vietnã do Sul pretende iniciar negociações secretas com o Governo norte-vietnamita e com os dirigentes da Frente Nacional de Libertação (Vietcong), para acelerar o andamento das conversações de paz, em Paris. O anúncio foi feito ontem na Conferência Geral de Paz, na quinta-feira. Na guerra, o comando militar norte-americano entregou ontem às forças sul-vietnamitas a base de Dak To, preparando a retirada de suas tropas. (Página 2)

Delfim nega queda dos incentivos

Em balanço dos 600 dias do Governo Costa e Silva, o Ministro Delfim Neto afirmou ontem, em São Paulo, que as alterações na economia não prejudicam o objetivo de diminuir as disparidades regionais. Disse que a nova política econômica fortalecerá todas as empresas do país sem resultar em investimentos financiados com incentivos fiscais.

O Banco Central decretou ontem a liquidação de mais duas instituições financeiras, a Aikética e a Citra, que deixam na mão de seus clientes NCR 40 milhões em letras de câmbio — e divulga nota oficial assegurando a normalidade das demais instituições financeiras. A nota de esclarecimento, contada com recursos oficiais, visa manter sem compromisso em dia. (Página 19)

PC tcheco vê perigo de levante

O Presidium do Partido Comunista da Tchecoslováquia, em comunicado distribuído ontem e dirigido a todo o povo, afirmou que há "sérios sinais de desmoronamento" e podem ocorrer novas tentativas de levante e provocações, inclusive anárquicas.

Moradores da cidade de Mladá Boleslav, a 30 quilômetros de Praga, têm entrado em choques permanentes com soldados soviéticos que já prenderam e maltrataram vários deles, segundo informa um jornal da capital.

É o JORNAL DO BRASIL — Av. ...

BRASILIA
Os operários especializados que se encontram em trabalho no Brasil...

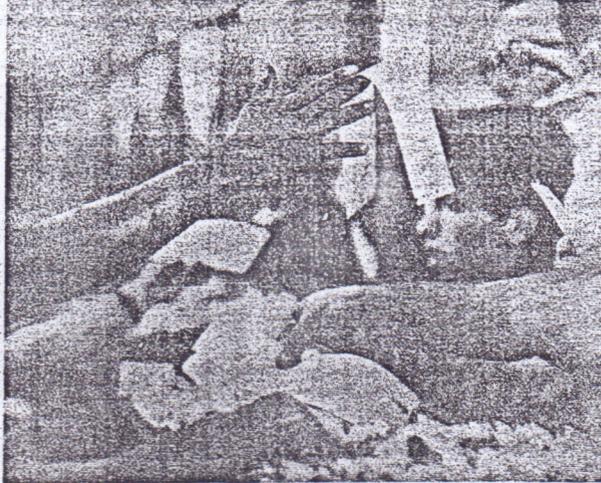
RIO GRANDE DO SUL
Uma placa mandada confeccionar pelo Governo de Evridades Aguiar...

SÃO PAULO
O Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo está contra o modelo do sistema de remuneração...

MINAS GERAIS
A Universidade Federal de Juiz de Fora pretende voltar a apoiar seis cursos de licenciatura e os cursos de Ciências Físicas e Matemáticas...

BAHIA
Foi assinado no Centro Cultural Magalhães Neto...

A CONTRAMÃO DOS DEVEDORES



Milhares de retardatários estão obrigados desde ontem a se explicar diante do fisco porque já não podem andar tranquilamente pelas ruas da cidade. São os motoristas que ainda não retiraram a licença deste ano e cujos veículos estão sendo apreendidos.

Nigéria aperta cerco a Biafra

As tropas federais da Nigéria aprontam ontem o cerco aos rebeldes de Biafra, visando de imediato sua total eliminação...

Academia elege Ciro dos Anjos

No primeiro assembleia o romancista Ciro dos Anjos foi eleito para a Academia Brasileira de Letras...

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
O governador Alvaro de Azevedo anunciou que um grupo de trabalho já está trabalhando para o caso de se concretizar a ameaça de Washington de aplicar...

Presidente fará reforma da Carta com o Congresso

O Presidente Costa e Silva declarou, na segunda parte de sua entrevista à imprensa nacional e estrangeira, divulgada ontem, que ainda é cedo para falar de limites da reforma constitucional...

M. Grosso dá diamante de NCr\$ 100 mil

Cuba (Correspondente) — Um diamante com 31 quilates e 15 pontas, avaliado em NCr\$ 100 mil, foi encontrado na Fazenda Lázaro, de propriedade do Sr. Fernando Carlos Lázaro...

EUA dão prazo de 7 dias para Peru indenizar IPC

Os Estados Unidos deram ontem prazo de uma semana ao Governo do Peru para que seja negociado o litígio em torno de expropriação dos bens da International Petroleum Company (IPC)...

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
O governador Alvaro de Azevedo anunciou que um grupo de trabalho já está trabalhando para o caso de se concretizar a ameaça de Washington de aplicar...

Lin Piao apoiado pelo PC à sucessão de Mao

Com a eleição ontem do Ministro da Defesa Lin Piao para vice-presidência do Partido Comunista chinês, está praticamente assegurada sua indicação como sucessor de Mao Tsé-tung...

Em Praga, o Vice-Chanceler soviético, Vladimir Seminov, e o Ministro da Defesa, Andrei Grechko, iniciaram ontem importantes entrevistas com as autoridades do Governo tcheco-eslovaco...

ENCONTRO DE LIDERES



De Gaulle e Nixon conversam durante a recepção na Casa Branca.

Eisenhower é enterrado em Abilene hoje

O ex-Presidente Dwight David Eisenhower será sepultado hoje, às 10h 30m, na cripta da capela da biblioteca construída em sua honra na pequena cidade de Abilene (Kansas), onde nasceu e viveu sua infância...

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
O governador Alvaro de Azevedo anunciou que um grupo de trabalho já está trabalhando para o caso de se concretizar a ameaça de Washington de aplicar...

EUA anunciam produto que detém o câncer

Cidade do México (APF-1B) — O farmacologista norte-americano Morris Kupchan, especialista em Química Orgânica, comunicou ao Congresso Internacional de Química a descoberta de um produto capaz de bloquear o desenvolvimento dos tumores malignos...

Ato 14 admite pena de morte para subversão

A pena de morte — antes só aplicável em caso de guerra externa — teve ampliada sua aplicação no Brasil pelo Ato Institucional nº 14, assinado com data de 5 e divulgado ontem pelos Ministros Militares no Exercício da Presidência da República e o Ministro da Justiça.

O novo Ato altera a redação do Parágrafo 11 do Artigo 150 da Constituição brasileira, estendendo a pena de morte e a de prisão perpétua aos casos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva, definidas na Lei de Segurança Nacional.

A Junta de Governo considera que a guerra revolucionária ou subversiva já está em andamento no país, como se vê no primeiro considerando do AI-14: "Considerando que atos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva que, atuamente, perturbam a vida do país e o mantêm em clima de intranquilidade e agitação devem merecer mais severa repressão."

Para ser aplicada a pena de morte, falta sua regulamentação em lei ordinária, pois o Código Penal Militar não a prevê fora dos casos de guerra externa. (Pág. 3)

AI-15 transfere eleição municipal

Também ontem foi assinado o Ato Institucional nº 15 — cuja íntegra será dada a conhecer hoje — adiando para 15 de novembro de 1970 as eleições municipais em nove Estados, inclusive em municípios sob intervenção federal. Foram mantidas para o próximo dia 15 de novembro apenas as eleições municipais em Goiás e Mato Grosso.

O AI-15 derroga, assim, o Ato Institucional nº 11, que marcou eleições municipais nos nove Estados em que elas haviam sido suspensas pelo Ato Institucional nº 7. Paralelamente ao AI-15, os Ministros Militares baixaram decreto-lei determinando que a propaganda eleitoral para a eleição deste ano começará só a 1.º de novembro. (Pág. 12)

D. Agnelo presidirá o Sinodo

O Cardeal de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, foi designado pelo Papa Paulo VI como um dos três presidentes do Sinodo Mundial de Bispos, que se realizará em Roma a partir de 11 de outubro próximo. Durante as reuniões será debatida a maior participação das assembleias episcopais nacionais nas decisões do Papa.

Os outros dois presidentes são os Cardeais Carlo Confalonieri, da Itália, e Valerian Graciani, da Índia. Dos 145 preladados que participaram do Sinodo, 52 são presidentes das conferências episcopais, seis patriarcas, um prótorebispo, seis metropolitãos do rito oriental, católico, 19 bispos de departamentos do Vaticano, três membros de ordens religiosos e 17 cardeais e bispos indicados por Paulo VI. (Página 2)

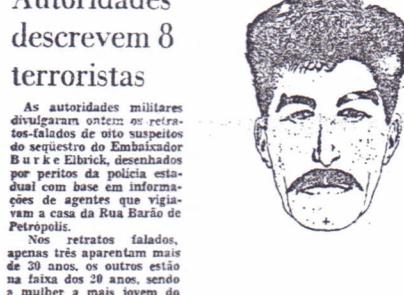
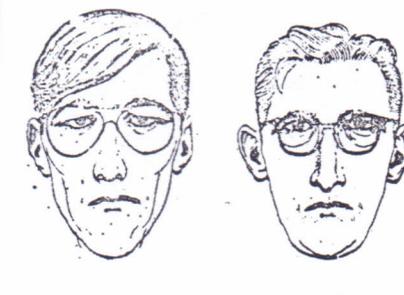
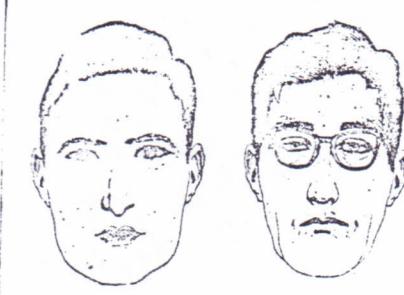
BRASILIA
Uma exposição sobre Napoleão Bonaparte, comemorativa do bicentenario de seu nascimento, foi inaugurada ontem no Setor Cultural de Brasilia. Reunido documentos e livros sobre o famoso militar, a mostra ficara aberta a visitação publica ate a proxima semana, quando sera exibido um filme sobre sua vida, no auditorio da Alianca Francesa.

RIO GRANDE DO SUL
En discurso que proferiu no encerramento da Semana da Pátria, o Governador Petrarchi Barozzi saludou ao exército do Embaixador norte-americano, afirmando que esse exército representa a vontade continental, para conter o avanço da subversão e da revanchista. O discurso do Governador gaúcho foi sacado por ele proprio no domingo, logo após manter contato de uma hora com o comandante do III Exército, Generalissimo Gervasio Medici. Diante de Petrarchi Barozzi que se comemoraram da Semana da Pátria, este ano obedeceram ao desejo de um patriota invigilar, que é o Presidente Costa e Silva.

CEARA
A policia de Sobral prendeu um menor de idade, Francisco Alves de Oliveira, que planejava fazer voar o avião das autoridades no destio da Independência, naquela cidade. O Secretário de Polícia, major Hamilton Holanda, confirmou a prisão dos terroristas e transferiu os dois para Fortaleza, onde serão submetidos a interrogatório. O major Hamilton havia enviado a policia de Sobral uma relação de elementos subversivos em que figuravam os nomes do autor e do mecânico. As resposas do destio, o delegado mandou prender o menor, levando conhecimento, em seguida, de que eles planejavam assassinar o Sr. Zé. (Página 1)

BAHIA
Mesmo depois que Sumner e Wilmar Moraes da Silva "cartaram" todas as comunicações para a terra, a sociedade brasileira, na última semana, o casamento do casal, considerado mais moderno que o de Cristiano Veiloso com Dede, em 1967. "Sumner e Wilmar" convidaram todos para a sua comemoração, na igreja do Monte Serrat, no dia 7 de setembro, que apesar do dia não terminou a ver com a independência nam com a Apólo, hip, hip, hip, foram os últimos do cortejo de casamento, ao qual compareceram centenas de convidados e curiosos.

SÃO PAULO
Apesar do mandato sumário de policias com o intuito de manter a ordem durante o desfile do dia 7 houve apenas a presença de alguns homens e alguns policiais, mantendo a ordem durante o desfile. Durante a parada, soldados e agentes dos serviços secretos das Forças Armadas e do Exército, investidores da Polícia Federal, do DOPS e do Departamento Social, que o sequestro dos brasileiros-proprietários, mas um de uma menina. Mas isso não



Israelenses cruzam o Suez e matam mais de 100 árabes

Força anti-israelense cruzou ontem o golfo de Suez e, sem encontrar a menor resistência, ocupou com tropas de infantaria e blindados uma faixa de 50 quilômetros do litoral egípcio durante 10 horas, matando mais de 100 soldados da RAU e destruindo grande número de instalações militares com ajuda da aviação.

Os meios oficiais de Israel esclareceram que a operação foi realizada em consequência das crescentes baixas causadas pelos disparos da artilharia da RAU no canal de Suez e visou a advertir os egípcios e todos os demais árabes, mostrando que as agressões e os atentados terroristas serão duramente castigados de agora em diante.

Em Amã, capital da Jordânia, porta-voz da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP) ameaçou os turistas de qualquer nacionalidade, afirmando que a organização terrorista não será responsável pela vida daqueles que usarem os meios de transportes israelenses para viagens, ou que colaborarem com as instituições de Israel no país ou no exterior.

O novo Gabinete da Líbia, no regime republicano que derrubou a monarquia, é constituído por sete civis e dois militares e encabeçado pelo engenheiro Mahmud Soleiman El Maghrebi, que esteve preso em 1967 por promover uma participação mais ativa com o país na guerra contra Israel. As fronteiras líbias continuam fechadas e extensas filas de estrangeiros aguardam um salvo-conduto para poder voltar a seus países de origem.

A delegação palestina que seguiu para Beirute, a fim de conversar com as autoridades sobre a presença de terroristas no Líbano, ainda não conseguiu cumprir seu objetivo, havendo recuo de novos choques em consequência do aumento da agitação nos campos de refugiados.

Um grupo terrorista que conseguiu escapar lançou ontem uma granada no Jardim da Embaixada Britânica na Jordânia, sem deixar explicação para o ato de sabotagem. O petardo explodiu na piscina, onde havia seis pessoas, mas, apesar de sua potência, não houve feridos. (Página 11)

Tropa da Guiana toma fronteira com o Suriname

O Governo de Suriname anunciou ontem que tropas da Guiana atacaram e ocuparam o posto defensivo de Sparrie, situado na região fronteiriça, disputada pelos dois países. Informações chegadas a Paramaribo dizem que forças de Suriname e da Guiana empenhavam-se ainda em encarniçados combates na região contestada.

Sparrie achava-se localizado entre o rio Kuruni e o Corantyne, perto do posto de Tigri, que também foi ocupado recentemente por tropas da Guiana. Estão sendo realizadas consultas entre os Governos da Guiana, Londres e Haia para a retirada de todas as forças militares do território e o início de negociações de paz. (Página 8)

Morto homem de Guevara em luta com bolivianos

Guido Inti Peredo, lugar-tenente de Ernesto Che Guevara na campanha guerrilheira de 1967 e seu substituído no comando do "Exército de Libertação Nacional", morreu ontem de manhã num choque com forças do Exército e da polícia no centro de La Paz, segundo anunciou o Ministro do Interior boliviano, coronel Eufrosino Padilla.

Inti Peredo morreu quando tentava lançar uma granada sobre soldados do Exército que armaram um cerco ao redor da casa onde se reunia um grupo extremista. O cadáver de Inti tinha várias perfurações e estava desfigurado pela explosão da granada. No grupo havia cubanos, que fugiram após a explosão da granada, segundo anunciou o Ministro Padilla. (Pág. 8)

Tupamaros seqüestram no Uruguai líder banqueiro

Sete terroristas uruguaios, da organização esquerdista Tupamaros, seqüestraram ontem de manhã, no Centro de Montevideu, o banqueiro Caetano Pellegrini Giampietro, porta-voz dos bancos particulares, paralisados por uma greve de 70 dias.

Uma mulher participava do bando que cercou o Peugeot de Pellegrini Giampietro, quando este estacionou na Avenida 16 de Julho, as 8h15m, em frente ao edifício sede dos jornais governistas La Mañana e El Diario. O banqueiro, que também dirige a empresa proprietária dos dois jornais, foi obrigado a entrar de novo em seu carro, que se acabou seguido por um táxi dos raptores. Ambas as vitórias já foram localizadas, mas apesar da intensa caçada não há pistas.

Pellegrini Giampietro e considerado "o mais linha-dura dos banqueiros" e mostrou intrínseca nas negociações entre patrões e empregados para resolver a greve que paralisa a economia do país. Filho de um ex-Ministro de Finanças de Mussolini, Pellegrini Giampietro fixou-se em Montevideu, dirigindo o banco Itaio-

Americano, logo após a queda do fascismo na Itália.

A Convenção Geral do Trabalho, em apoio aos 6 mil bancários parados há 70 dias e aos 18 bancários em greve de fome na Catedral, há quatro dias, determinou uma paralisação geral amanhã. O novo movimento é destinado a evitar que os bancários em greve sejam considerados "desertores", pela lei de mobilização militar, se não comparecerem ao trabalho. O Governo do Presidente Pacheco Areco impôs rígida censura aos meios de informação com o objetivo de evitar qualquer notícia sobre o sequestro ou sobre a greve de fome dos 18 bancários.

Os terroristas não fizeram exigências para o resgate do banqueiro, mas as autoridades, com base em sequestro precedente, realizado em agosto de 1968, quando detiveram o governador do Presidente Areco, Ulisses Revorell, acreditam que os Tupamaros pretendem "vingar" o tratamento militar dispensado aos bancários durante a greve de fome. (Página 8)

ESTADO DO RIO
Atuais de novo oficial, a Subunidade de Investigações do Estado do Rio, apresentou seu novo membro, presidente Cláudio Zúloaga, brasileiro, que está fazendo um bom trabalho. O único filho brasileiro a que assistiu foi o Ordeas do Carnaval, mas não entendeu nada porque a polícia não foi localizada para o incidente. O chefe de equipe de Cláudio, gravou um vídeo para a subunidade, mas o vídeo não conseguiu ser exibido. O único filho brasileiro a que assistiu foi o Ordeas do Carnaval, mas não entendeu nada porque a polícia não foi localizada para o incidente. O chefe de equipe de Cláudio, gravou um vídeo para a subunidade, mas o vídeo não conseguiu ser exibido.

Ato Comando examina sucessão segunda-feira

S. A. JORNAL DO BRASIL... Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1969.

O BALANÇO QUE CONTAGIA



Maria Odete foi a primeira grande aplaudida da noite, ao interpretar com muita segurança e desembaraço o sucesso Sagartana

O Alto Comando do Exército foi convocado pelo Ministro Lira Tavares para uma reunião às 9 horas da próxima segunda-feira...

Papa faz 72 anos entre rebeldias

O Papa Paulo VI comemora hoje 72 anos de idade em meio a críticas de padres reformistas europeus...

FIC começa com 4 músicas favoritas

Ópera de 15 mil pessoas assistiram ontem à noite, no Maracanãzinho, à abertura do IV Festival Internacional da Canção Popular...

Dayan quer anexar áreas ocupadas

O Ministro da Defesa de Israel, General Moshe Dayan, afirmou ontem durante um comício eleitoral do Partido Trabalhista...

Brasil firma acôrdo de frete com Itália

A política brasileira de fretes obteve um excelente resultado nas conversações em Roma, ontem, quando o Almirante Macedo Soares Guimarães conseguiu que as autoridades italianas assinassem uma declaração conjunta...

CEARÁ

Com uma penção mensal de R\$ 183,00, 13 pedras subordinadas à Arquidiocese de Fortaleza foram apreendidas pelo Instituto de Previdência do Ceará...

ESTADO DO RIO

Seis homens, armados com revólveres, tentaram o assalto às Organizações Marinho, localizada na Avenida Anhangá, Município de Mage, e mataram o seu proprietário, Sr. Antônio Martins da Silva...

As letras de amunhã estão no "Caderno B"

As letras de amunhã estão no "Caderno B" do jornal, segundo fontes do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Licença de feira livre é suspensa

O Estado não mais concederá licenças de qualquer natureza para as feiras livres da cidade, a partir de 1.º de janeiro de 1970...

Smrkowsky desiste mas Dubcek resiste

O presidente da Câmara do Povo da Tcheco-Eslováquia, Josef Smrkowsky, desistiu ontem do cargo, devido a crescente pressão dos conservadores...

Bienal dá 1.º prêmio a alemão

O alemão Erich Hauser ganhou o Grande Prêmio Italiano da X Bienal de São Paulo com sua obra "Sua Mãe", composta por 20 painéis...

Alemanha só dia 29 vê crise monetária

O Chanceler da Alemanha Ocidental, Kurt Georg Kiesinger, reuniu segunda-feira e não hoje — como pretendia o seu adversário político Karl Schiller...

MINAS GERAIS

A Biblioteca Pública de Minas Gerais lançou, em Belo Horizonte, um concurso literário para pre-universitários...

...o DNER não tem o projeto de uma estrada de 100 km, para ligar a cidade de Volta Redonda à cidade de Rio de Janeiro...

Congresso elege Médici e Rademaker hoje à tarde

HONRAS AOS CHEFES

Telêfonos 38.179

O Congresso Nacional reúne-se às 15 horas de hoje, sob a presidência do Senador Gilberto Marinho, para eleger o General Garrastazu Médici Presidente da República e o Almirante Augusto Rademaker Vice-Presidente da República, cuja posse está marcada para o próximo dia 30 de outubro.

O General Garrastazu Médici, que será transferido para a reserva do Exército nos primeiros dias da próxima semana, gravará na manhã de domingo um novo pronunciamento à nação, já como Presidente eleito da República, para ser transmitido por uma cadeia nacional de rádio e televisão na segunda-feira, dia 27.

Sete milhões e meio de trabalhadores urbanos e cerca de 10 milhões de trabalhadores rurais, representados pelas oito confederações nacionais de assalariados, levarão às 16 horas de hoje ao General Garrastazu Médici, na residência oficial do Ministro da Aeronáutica, as reivindicações principais das classes trabalhadoras.

O Senador Carvalho Pinto foi o primeiro parlamentar, desde a reabertura do Congresso, a pronunciar ontem um discurso de crítica à situação, fazendo restrições à reestruturação partidária e à reforma constitucional, principalmente a esta, que a seu ver representa uma diminuição do Poder Legislativo.

O Senador Filinto Müller, no exercício da liderança do Governo, respondeu prontamente ao Sr. Carvalho Pinto, pedindo a constituição de uma comissão mista de senadores e deputados, "que se incumba de estudar esse problema sério que é o da atualização do Congresso, para inseri-lo na realidade brasileira que estamos vivendo."

Pela primeira vez desde que assumiram provisoriamente a Presidência da República, os três Ministros Militares governam de Brasília, onde chegaram ontem. A Junta Governativa deverá retornar amanhã ao Rio de Janeiro, mas voltará ao DF para a posse do Presidente e Vice-Presidente da República. (Páginas 3 e 4)

Zatopek é expulso do PC tcheco

Emil Zatopek, ex-campeão olímpico da Tchéco-Eslováquia, foi expulso ontem do Partido Comunista após sucessivas degradações: do Exército (era coronel), em janeiro; do cargo de técnico em atletismo do clube Dunika, em abril.

Zatopek, signatário do manifesto de duas mil palavras contra o retorno dos conservadores ao poder, foi acusado de "obstruir o desenvolvimento pacífico da sociedade" e "permitir que os direitistas o usassem em suas manobras divisionistas". Prevê-se, em Praga, a abertura próxima de processos políticos em grande escala, que eliminariam todos os reformistas. (Pág. 9)

URSS e EUA debatem armas em novembro

A União Soviética e os Estados Unidos iniciarão em meados de novembro, em Hâlsinqui ou Viena, uma conferência para negociar a redução de armas estratégicas, tanto ofensivas como defensivas.

O Secretário de Imprensa da Casa Branca, Ronald Ziegler, convocou para hoje uma entrevista coletiva na qual deverá comunicar a aceitação, por parte dos soviéticos, do convite à negociação feito pelos Estados Unidos.

O tema principal será a redução de armas estratégicas, mas acredita-se que as duas potências tratarão também do desarmamento. Ontem o Embaixador soviético Anatoly Dobrynin conferenciou com o Secretário de Estado, William Rogers. (Página 8)

Portugal vai escolher hoje 130 deputados

Os eleitores portugueses escolheram amanhã, entre 300 candidatos, seus 130 representantes na Assembleia Nacional, prevendo-se ampla vitória da União Nacional (de inspiração salazarista) sobre os grupos da Oposição — Comissão Democrática Nacional e Comissão Eleitoral de Unidade Democrática.

O Primeiro-Ministro Marcelo Caetano encerrou a campanha eleitoral advertindo os portugueses sobre os perigos do caos em caso de derrota da União Nacional. Na mala-livre das campanhas dos últimos 43 anos, os grupos opositores não puderam registrar um Partido sem concorrer nas Províncias Ultramarinas. (Página 2)

Liz ganha de Burton jóia de US\$ 1 milhão

A atriz Elizabeth Taylor foi presentada ontem, por seu marido, Richard Burton, com uma jóia comprada na véspera por especialistas, pela importância de um milhão de dólares (US\$ 4420 mil). É um diamante em forma de péra, de 69,43 quilates, incrustado num anel de brilhantes de 2,92 quilates, em forma de mesa-lua.

A atriz dispôs a pedra em leilão, com os joalheiros Cartier's, na véspera, e perdeu. Ontem, contudo, seu marido a surpreendeu com o presente. Não foi vendida a importância paga por Burton, que a negociou por intermédio de seu agente em Nova Iorque.

Luta com terroristas se agrava no Líbano

A luta entre terroristas e autoridades no Líbano agravou-se ontem com a ocupação do bairro de Sabra pelos palestinos, em Beirute, e a tomada de vários postos policiais em Trípoli, onde 24 horas de distúrbios deixaram quatro mortos e nove feridos.

Tropas não identificadas — guerrilheiros árabes ou soldados regulares sírios — atacaram ontem com foguetes o posto fronteiriço de Abde, enquanto forças blindadas e de infantaria da Síria tomavam posição nas proximidades de Jeusse, Halwa e monte Dimas.

O Vice-Primeiro-Ministro de Israel, Igal Alon, declarou ontem que seu país não permitirá mudanças que venham a piorar a situação e a posição do Líbano em relação ao conflito do Oriente Médio. Suas declarações foram criticadas por porta-voz do Departamento de Estado norte-americano. (Pág. 8 e editorial, página 6)

Alargamento começa mesmo na 2a-feira

Apesar de oficialmente iniciado na última terça-feira, o alargamento da praia de Copacabana terá início efetivo depois de amanhã, quando os equipamentos superarão as fases de testes e entrarão em funcionamento normal. Outros, em vez de serem a praia do Leme, receberão o nome, depositado sobre o banco de areia da enseada de Botafogo.

A Sra. Sra. Capitana e Portos e as formas burocráticas do alargamento demonstraram ontem que a interrupção dos trabalhos se deu por falta de autorização do Departamento de Portos e Vias Navegáveis, afirmando que "no próximo mês não há nenhuma chance de começo de obras". (Página 5)

Decretada intervenção em Ipatinga

A Junta Governativa assinou ontem, em Brasília, o decreto de intervenção na Prefeitura do Município de Ipatinga, em Minas Gerais, nomeando interventor o engenheiro Almir Ribeiro Tavares, que deverá tomar posse do cargo perante o Ministério da Justiça ou autoridade por este designada.

Em Belo Horizonte, o engenheiro Almir Ribeiro Tavares disse ter tomado conhecimento de sua nomeação através das notícias pelas rádios e por um "apertado laço" que someteu na próxima semana viajaria para o Município de Ipatinga, a fim de assumir suas novas funções. (Página 4)



Os Ministros Rademaker, Lira Santos e Márcio cumprimentam os "oficiais" que lhes foram, ontem, prestar continência na base aérea do Distrito Federal

A PRESEÇA DO TERROR



Um guerrilheiro árabe patrulha uma rua em Trípoli, no Líbano: a foto, tirada no dia 22, foi recebida apenas ontem pela UPI, que logo a transmitiu

1. A. JORNAL DO BRASIL - Av. Rio Branco, 110/112 - End. Tel. JORNAL DO BRASIL - Rio de Janeiro, 205 - Caixa Postal 222-7818 - Telefone número 674 e 678 - Circulação: São Paulo - Av. São Luís, 170, loja 7. Tel. 32-8702. Brasília - Setor Comercial Sul - SCS - Quadra 1 - Bloco 1 - Ed. Central, 6.º and. pr. 6027. Tel. 42-8866. B. H. Curitiba - São Paulo - Av. São Luís, 170, loja 7. Tel. 32-8702. Rio de Janeiro - Av. Amador Pessoa, 114, ap. 1005. Tel. 33-7044. Tel. 5009 e 1700. Pôrto Alegre - Av. Borges de Medeiros, 915. 4.º andar. Tel. 47-5646. Salvador - Rua Chile, 22, s/l 602. Tel. 33-161. Recife - Rua União, 156. Sumaré, 11003. Tel. 2-5793. Correspondentes: Manaus, Belém, S. Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Macaé, Aracaju, Curitiba, Vitória, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Maceió, Washington, Nova Iorque, Paris, Londres, PREÇOS: VENDA AVULSA: CR \$ 1,40. Dias úteis: NCR \$ 0,30 - Domingo: NCR \$ 0,40. SP e BH: Dias úteis: NCR \$ 0,40. Domingo: NCR \$ 0,50. DF: Dias úteis: NCR \$ 0,50. Domingo: NCR \$ 0,60. Férias de São Paulo: Dias úteis: NCR \$ 0,50. Domingo: NCR \$ 0,75. Nome RN até AM: Dias úteis: NCR \$ 0,70. Domingo: NCR \$ 1,10. Costa Rica, MT, Dias úteis: NCR \$ 0,50. Domingo: NCR \$ 0,75. SERVIÇO POSTAL (BRASIL): Ano NCR \$ 70,00; Semestre: NCR \$ 36,00. Trimestre: NCR \$ 20,00 - ENTREGA DO APLICAR: Guanabara, Semestre: NCR \$ 50,00; Trimestre: NCR \$ 25,00 - Encargos (Aéreo) - EUA: Mensal, US\$ 10; Trimestre US\$ 30; Anual, US\$ 70 e US\$ 115. Retenções: 5%. Dias úteis e 5%. Domingo: Chile, Dias úteis: US\$ 1,20; Domingo: US\$ 2,00. escolas

BRASÍLIA
O Tribunal de Contas da União decidiu ontem, atendendo proposta do Ministro Amador Pessoa, enviar oitenta e cinco mil cópias de "Desenvolvimento de Minas Gerais" e do projeto de Plano de Políticas para o Estado de São Paulo para esclarecer se esse município está, em relação à indústria, na "terceira" do projeto.

PERNAMBUCO
Quase 130 mil eleitores votaram nas eleições de 30 de novembro e que vão se realizar em 49 municípios pernambucanos. Enquanto a Arena vai disputar o pleito em todos os municípios, o MDB só apresentará candidaturas em 14 pontos nas eleições. Não conseguiu organizar diretoria.

Com seus 64 anos, a viúva Silvana Maria de Conceição já não mais esperava outro casamento. Tão feliz ficou com o filho em todas as condições, o MDB só apresentará candidaturas em 14 pontos nas eleições. Não conseguiu organizar diretoria.

BAHIA
O único hospital de câncer da Bahia está ameaçado de fechar. O projeto da lei prevê que o NCR e o Ministério da Saúde assumam o destino de NCR de mil O hospital, que dispõe de 117 leitos, tem sido indisciplinadamente para serem atendidas cerca de 200 mil pessoas. O projeto de lei prevê que o NCR e o Ministério da Saúde assumam o destino de NCR de mil O hospital, que dispõe de 117 leitos, tem sido indisciplinadamente para serem atendidas cerca de 200 mil pessoas.

ESTADO DO RIO
A Secretaria de Estado de Saúde anunciou ontem que a Comissão de Saúde do Estado de Rio de Janeiro, quando for constituída, terá a tarefa de estudar a possibilidade de criação de um Conselho de Saúde do Estado.

ESTADO DO RIO
A Secretaria de Estado de Saúde anunciou ontem que a Comissão de Saúde do Estado de Rio de Janeiro, quando for constituída, terá a tarefa de estudar a possibilidade de criação de um Conselho de Saúde do Estado.

ESTADO DO RIO
A Secretaria de Estado de Saúde anunciou ontem que a Comissão de Saúde do Estado de Rio de Janeiro, quando for constituída, terá a tarefa de estudar a possibilidade de criação de um Conselho de Saúde do Estado.

ESTADO DO RIO
A Secretaria de Estado de Saúde anunciou ontem que a Comissão de Saúde do Estado de Rio de Janeiro, quando for constituída, terá a tarefa de estudar a possibilidade de criação de um Conselho de Saúde do Estado.

ESTADO DO RIO
A Secretaria de Estado de Saúde anunciou ontem que a Comissão de Saúde do Estado de Rio de Janeiro, quando for constituída, terá a tarefa de estudar a possibilidade de criação de um Conselho de Saúde do Estado.

ESTADO DO RIO
A Secretaria de Estado de Saúde anunciou ontem que a Comissão de Saúde do Estado de Rio de Janeiro, quando for constituída, terá a tarefa de estudar a possibilidade de criação de um Conselho de Saúde do Estado.

Médici eleito promete rever correção monetária

O PRIMEIRO DIÁLOGO



Eleito Presidente da República, Médici, saiu de casa para falar com os repórteres

Minutos depois de ser eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional, o General Garrastazu Médici declarou, na residência oficial do Ministro da Aeronáutica, no Rio, que já estudava o problema da correção monetária, "não para extingui-la, mas para torná-la menos violenta."

O General Garrastazu Médici foi eleito Presidente da República e o Almirante Augusto Rademaker Vice-Presidente da República por 293 votos e 76 abstenções, para um período governamental que terá início no próximo dia 30 deste mês e se prolongará até o dia 15 de março de 1974.

Emocionado, o Presidente Garrastazu Médici confirmou o pronunciamento à nação que fará amanhã e disse que "nesse

instante em que acaba de ser eleito pelo Congresso Nacional, peço um voto de confiança do povo brasileiro e a colaboração sempre indispensável da imprensa do país."

O Presidente Médici recebeu, na tarde de ontem, um memorial de quase 18 milhões de trabalhadores, representados por oito confederações de empregados, e depois de ler o documento disse que concordava com os pontos-de- vista dos trabalhadores, "indiscutivelmente os sustentáculos deste país."

Encaminhando a votação no Congresso, o presidente do MDB, Senador Oscar Passos, afirmou que a Oposição espera do Presidente Médici "equilíbrio e ponderação" e que "é preciso que caia um dé livremente o seu quinhão

de sacrifício e de esforço para empredermos juntos a obra cíclica de salvação nacional."

O presidente da Arena, Sr. Filinto Muller, em resposta ao Senador Oscar Passos, disse que "começa neste instante o diálogo que deve haver entre os Partidos representados no Congresso, para um profundo debate e exame das causas e das consequências do que vem ocorrendo no Brasil desde 1964."

Após tomar conhecimento de sua eleição, em Brasília, o Almirante Augusto Rademaker disse que "a reunião de hoje do Congresso marcou a abertura do processo democrático e a continuidade da Revolução." O General Lira Tavares disse que o Governo "tem de ter Oposição, pois isso é democracia." (Págs. 2, 3, 4 e 7)

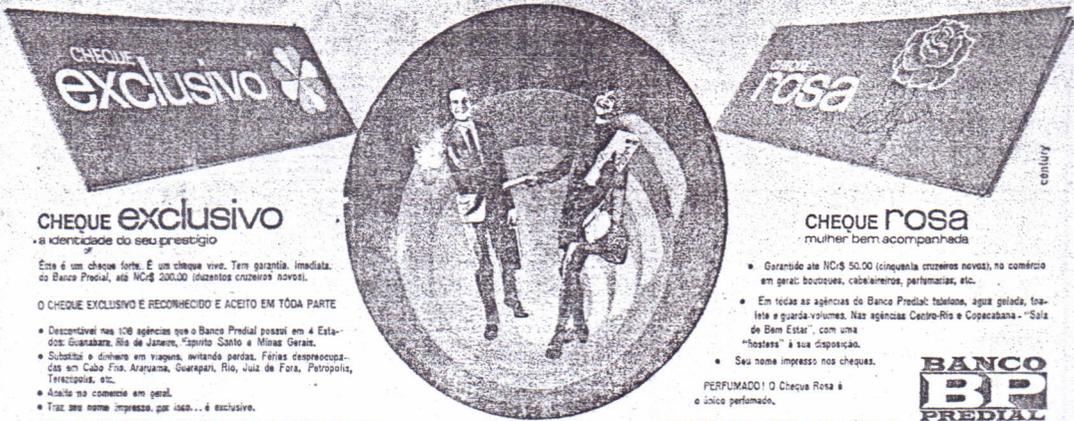
S. A. JORNAL DO BRASIL — Av. Rio Branco, 156/157 — Rio de Janeiro (RJ), 20.211 — Tel. 5145. Edição Nacional, 222.131 — Tel. 5145. Sucesso 074 e 076 — Suplemento: São Paulo — Av. São Paulo, 170, Box 7.141-23-8023 — Brasília — Setor Comercial Sul — C.E.C. — Quadra 1 — Bloco 40 — Ed. Central — 60.400-00 — 40.57. Tel. 42.855. B. H. Horizonte — Av. Afonso Pena, 1.500, 9º and. Tel. 3.554. Niterói — Av. Amador Barreto, 114, grupo-703/704. Tel. 5507 e 5735. Foz de Iguaçu — Av. Borges de Medeiros, 915, 4.º andar. Tel. 47.556. Salvador — Rua Chile, 12, 11.º andar. Tel. 32.141. Recife — Rua União, Ed. Sinaré, s/1.003. Tel. 26.792. Correspondentes: Manaus, Belém, B. Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Macaé, Aracaju, Curitiba, Vitória, Cambé, Florianópolis, Goiânia, Montevideo, Washington, Nova Iorque, Paris, Londres, PRAGO, Viena, DA AVULSA 08 e 8, de Rio de Janeiro: NCR 0,30 — Domingos; NCR 0,50, Di. Das Vés, NCR 0,50, Domingos; NCR 0,60, Estudos do Sul: Di. Das Vés, NCR 0,50, Domingos; NCR 0,75, Nordeste: Di. Das Vés, NCR 0,75, Domingos; NCR 1,10, Centro: Di. Das Vés, NCR 0,50, Domingos; NCR 0,75, SEARVIO POSTAL (BRASIL) — Ano NCR 79,00; Semestre, NCR 36,00; Trimestre, NCR 20,00 — ENTREGA DOMICILIAR: Guanabara, Semestre, NCR 50,00; Trimestre, NCR 25,00 — Exterior (V. Arábia) — EMB. Mensal, US\$ 10; Trimestre, US\$ 28; Anual, US\$ 70 a PAS 115; Uruguai, 38; Di. Das Vés e 315, Domingo; Chile, Di. Das Vés, 1,50; Escócia, Domingos, 2,70; estudos.

Hoje no JB

Noticiário: Páginas 2, 3, 4, 7 e 14. Notícias: Páginas 21, 22, 23 e 24. Economia: Páginas 18, 29, 30, 31 e 34. Esportes: Páginas 21, 22, 23, 24 e 34. Opinião: Páginas 19, 20, 25, 26, 27 e 28. Internacional: Páginas 5, 6, 11, 12, 13, 14 e 15. Brasil: Páginas 41, 42, 43, 44 e 45. Opinião: Páginas 21, 22, 23 e 24. Caderno B: Páginas 1, 2, 3, 4 e 5. Revista de Domingo: Anticorrupção: 100. Sempre: 100. Caderno Místico: 100. Caderno Especial: Páginas 1, 2, 3, 4 e 5. PERNAMBUCO: A Companhia Hidroelétrica do São Francisco anunciou a construção de barragem de México, permitindo o funcionamento da usina. SAO PAULO: O H. P. de Inverno será aberto oficialmente no dia 1.º de novembro. CEARA: A Polícia Federal iniciou investigação para identificar e prender elementos que estão se preparando para passar por agentes e estorvando o trabalho de homens locais. PERNAMBUCO: A Companhia Hidroelétrica do São Francisco anunciou a construção de barragem de México, permitindo o funcionamento da usina. SAO PAULO: O H. P. de Inverno será aberto oficialmente no dia 1.º de novembro. CEARA: A Polícia Federal iniciou investigação para identificar e prender elementos que estão se preparando para passar por agentes e estorvando o trabalho de homens locais.

BANCO PREDIAL NOVA DIMENSÃO AO CHEQUE

Numa concepção avançada de técnica bancária o Banco Predial oferece



CHEQUE exclusivo

• a identidade do seu prestígio

Éste é um cheque forte. É um cheque vivo. Tem garantia, invalida, do Banco Predial, s/a NCR 200.00 (duzentos cruzeiros novatos).

O CHEQUE EXCLUSIVO É RECONHECIDO E ACEITO EM TODA PARTE

- Descontado em 100 agências que o Banco Predial possui em 14 Estados: Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.
• Substitui o dinheiro em viagens, evitando perdas. Faltas desproporcionais em Caba Fia, Araguana, Guaraná, Rio, Vila de Foz, Petropolis, Terapeutas, etc.
• Aceito no comércio em geral.
• Traz seu nome impresso, por isso, é exclusivo.

IDENTIFIQUE SEU PRESTÍGIO COM O CHEQUE EXCLUSIVO DO BANCO PREDIAL

CHEQUE ROSA

muito bem acompanhada

- Garantido até NCR 50.00 (cinquenta cruzeiros novatos), no comércio em geral: boutiques, cabaretes, farmácias, etc.
• Em todas as agências do Banco Predial: telefonia, água gelada, toalete e guarda-roupas. Nas agências Centro-Rio e Copacabana - "Salá de Bem Estar", com uma "hostess" à sua disposição.
• Seu nome impresso nos cheques.

PERFUMADO! O Cheque Rosa é o único perfumado.



DESCONTO IMEDIATO EM QUALQUER AGENCIA BP

DE NOVA DIMENSÃO À SUA VIDA COM O CHEQUE EXCLUSIVO OU O CHEQUE ROSA DO BANCO PREDIAL

Três bairros sofrem com o gás fraco

Botafogo, Laranjeiras e São Cristóvão poderão ser os bairros mais atingidos pela redução no fornecimento de gás-bote e amônia, para a ligação entre duas unidades da linha de cravação de gás, que tem um comprimento de 178 mil metros.

Sinodo termina amanhã

Os 147 membros que participam do Sinodo ecumênico, iniciado há seis dias, encerrarão as propostas que serão entregues ao Papa, para aplicação do governo ecumênico da Igreja. O Papa Paulo VI deverá discursar encerrando a assembleia.

Portugal renova a Assembléa

Quase 2 milhões de eleitores portugueses vão hoje às urnas para escolher, pela primeira vez em 43 anos, os 130 novos deputados da Assembleia Nacional entre candidaturas apresentadas pelo Partido do Governo, a União Nacional, e pelo Opção, dividida em dois grupos, a Comunidade Democrática Eleitoral e a Comunidade Eleitoral de Unidade Democrática.

Armas vão a debate dia 17 em Helsinqui

Washington e Moscou em discussões simultâneas anunciaram ontem que iniciaram em Helsinqui, a 17 de novembro, a primeira fase das negociações para limitar as armas aéreas estratégicas.

Libano pede a Nasser para conter a invasão

O Líbano pediu ontem oficialmente a mediação do Presidente Gamal Abdel Nasser para pôr termo ao conflito com as organizações palestinas, depois da invasão da aldeia libanesa de Yantá por 800 guerrilheiros sírios.

SAO PAULO: O H. P. de Inverno será aberto oficialmente no dia 1.º de novembro. CEARA: A Polícia Federal iniciou investigação para identificar e prender elementos que estão se preparando para passar por agentes e estorvando o trabalho de homens locais.

ESTADO DO RIO: O Governo do Estado do Rio de Janeiro anunciou a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação de uma nova cidade no Estado do Rio de Janeiro.

BAHIA: O Secretário de Estado do Estado da Bahia anunciou a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação de uma nova cidade no Estado da Bahia.

MINAS GERAIS: O Governador do Estado de Minas Gerais anunciou a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação de uma nova cidade no Estado de Minas Gerais.

GOIÁS: O Governador do Estado de Goiás anunciou a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação de uma nova cidade no Estado de Goiás.

PARANÁ: O Governador do Estado do Paraná anunciou a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação de uma nova cidade no Estado do Paraná.

PERNAMBUCO: O Governador do Estado de Pernambuco anunciou a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação de uma nova cidade no Estado de Pernambuco.

ANEXO II- DATAS IMPORTANTES NA HISTÓRIA INSTITUCIONAL E LEGAL DA CENSURA.

9/02/1967. Lei n.º 5.250, Lei de Imprensa. Trouxe sérias limitações à atividade jornalística e à liberdade de informação. Não permitia a exceção da verdade no caso de acusações a ocupantes de altos postos públicos, no Brasil e no estrangeiro. Ao isentar alguns cidadãos e não outros, mas respeitou a igualdade de todos perante a lei.

Constituição de 1967. O artigo 153, 8, assegurou a liberdade de imprensa.

13/12/1968. AI-5. Assinado por Costa e Silva, oficializou a censura no Brasil.

14/12/1968. No dia seguinte do AI-5, militares invadiram diversas redações de jornais que haviam protestado contra a medida. Iniciava-se a escalada no regime do terror.

13/03/ 1969. Lei n.º 314. Versão preliminar da Lei de Segurança Nacional (LSN), que incluía vários conceitos autoritários e totalitários que atingiam a liberdade de imprensa.

20/03/1969. Lei n.º 510. Nova versão da LSN. Persistiu o conceito totalitário de guerra sócio-psicológica.

7/06/1969. Paulo Vieira, secretário-geral do Ministério de Justiça, envia recomendações aos diretores de todos os jornais, revistas, estações de rádio e de televisão, proibindo a publicação de vários tipos de notícias.

31/08/1969. Promulgado o Ato Institucional n.º 12, redigido por Carlos Medeiros da Silva, um dos advogados favoritos da ditadura, que impedia a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, legitimando o triunvirato militar e acelerando o cerceamento da liberdade dos brasileiros.

29/09/1969. Decreto-Lei n.º 898, Lei de Segurança Nacional. Uma monstruosidade que os três ministros militares, que ninguém elegeu, impuseram aos brasileiros. A LSN incluía vários absurdos jurídicos, inclusive a extraterritorialidade, explícita nos artigos 5 e 6. A lei estabeleceu penas muito mais severas para os crimes de “propaganda de guerra, subversão da ordem e preconceito de classe” quando cometidos através da imprensa.

22/-01/1970. Decreto-Lei n.º 1.077. Assinado pelo ditador Garrastazu Médici, estabeleceu a censura prévia.

13/05/1970. A Câmara dos Deputados, com o voto da Arena, aprova o Decreto n.º 1.077.

20/05/1970. O senado, através do voto de liderança de Eurico Rezende, aprova o Decreto-Lei n.º 1077.

4/01/1975. Fim da censura prévia ao jornal *O Estado de São Paulo* (governo Geisel).

12/03/1975. Fim da censura prévia em *O Pasquim* (governo Geisel).

1/04/1977. *Opinião* fechou as portas sob censura e pressões financeiras (governo Geisel).

6/06/1978. Fim da censura prévia em *Movimento, O São Paulo e Tribuna da Imprensa* (governo Geisel).

ANEXO III - REGRAS GERAIS DA CENSURA

Documento distribuído nas redações em 1969, sem assinatura

1. Inconformidade com a censura de livros, periódicos, jornais e diversões.
2. Campanhas visando a revogação dos Atos Institucionais, nomeadamente do Ato Institucional n.o 5.
3. Contestação do regime vigente. Difere de Oposição, que é legal.
4. Notícias sensacionalistas que prejudiquem a imagem do Brasil e tendentes a desnaturar as vitórias conquistadas pelo Brasil.
5. Campanha de descrédito à Política Habitacional, Mercado de Capitais, e outros assuntos de vital importância para o governo.
6. Assaltos à mão armada à estabelecimentos de crédito e comerciais acompanhado de abundante noticiário, instrutivo e explicativo, em sentido negativo.
7. Tensão entre a Igreja Católica e o Estado e agitação nos meios sindicais e estudantis.
8. Ampla publicidade sobre nações comunistas e pessoas do mundo comunista.
9. Críticas contundentes aos governos estaduais, procurando demonstrar o desacerto de sua escolha pelo Governo Federal.
10. Exaltação da imoralidade e do erotismo, notícias sobre homossexualismo, prostituição e tóxicos.

**ANEXO IV- ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DIÁRIO OFICIAL DA
UNIÃO, 13 DE DEZEMBRO DE 1968**

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria” (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança interna, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará”, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar “a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução”, deveria “assegurar a continuidade da obra revolucionária” (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a

Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combater-la e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam, sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados Federais, Estaduais, e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuem Tribunal de Contas será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo Único – Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixadas em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo Único – Aos membros dos Legislativo Federal, Estaduais e Municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quórum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa simultaneamente em:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III – proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV – aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de freqüentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado.

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo Único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á a sua restituição.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do artigo 152 da Constituição.

Art. 10º - Fica suspensa a garantia de habeas-corpus, nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11º - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12º - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

- A. COSTA E SILVA - Luís Antônio da Gama e Silva - Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Aurélio de Lyra Tavares - José de Magalhães Pinto - Antonio Delfim Netto -

Mário David Andreazza – Ivo Arzua Pereira – Tarso Dutra – Jarbas G. Passarinho – Márcio de Souza e Mello – Leonel Miranda – José Costa Cavalcanti – Edmundo de Macedo Soares – Hélio Beltrão – Afonso A. Lima – Carlos F. de Simas.